



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPE)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPGSS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MDPT)

**DINÂMICA POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM CIDADES DO NORTE GOIANO: ESTUDO DE CASO DE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**

UBIRAJARA DE LIMA FERREIRA

GOIÂNIA

2020

UBIRAJARA DE LIMA FERREIRA

**DINÂMICA POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM CIDADES DO NORTE GOIANO: ESTUDO DE CASO DE
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pasqualetto

GOIÂNIA

2020

F383d Ferreira, Ubirajara de Lima
Dinâmica populacional e desenvolvimento regional em
cidades do norte goiano: estudo de caso de Santa Terezinha
de Goiás / Ubirajara de Lima Ferreira.-- 2020.
181 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Gestão e Negócios, Goiânia,
2020

Inclui referências: f. 165-173

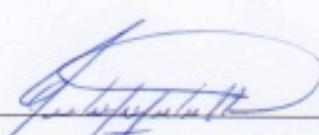
1. Comunidades - Desenvolvimento. 2. População. 3.
Indicadores sociais. 4. Indicadores econômicos. I. Pasqualetto,
Antônio. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento
Territorial - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 338.1(043)

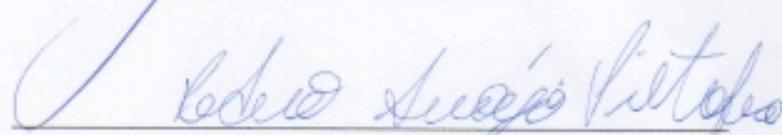
UBIRAJARA DE LIMA FERREIRA

**DINÂMICA POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM
CIDADES DO NORTE GOIANO: ESTUDO DE CASO DE SANTA TEREZINHA
DE GOIÁS**

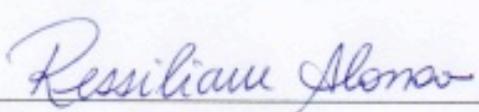
Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Aprovada em 11/03/2020 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



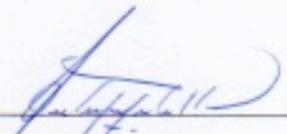
Dr. Antônio Pasqualetto
Orientador – PUC Goiás



Dr. Pedro Araújo Pietrafesa
Examinador interno - PUC Goiás



Dra. Ressiliane Ribeiro Prata Alonso
Examinadora externa – UniAraguaia



Dr. Alexandre Assis Tomporoski
Examinador externo – UnC

WEB. CONF. 2020



**PUC
GOIÁS**

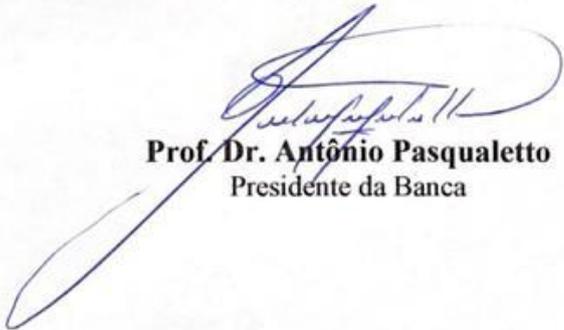


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1070 • Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br • prope@pucgoias.edu.br

ATESTADO DE PARTICIPAÇÃO EM VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Professor Dr. Antônio Pasqualetto, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora da Defesa da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, do candidato discente Ubirajara de Lima Ferreira, intitulada “**DINÂMICA POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM CIDADES DO NORTE GOIANO: ESTUDO DE CASO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS**”, ATESTO que o examinador externo, **Professor Dr. Alexandre Assis Tomporoski**, Universidade do Contestado - esteve temporalmente presente durante a sessão de defesa supracitada, ocorrida no dia 11 de março de 2020, das 14h às 16h, por meio de web conferência. Sendo assim, transcrevo o julgamento transmitido de viva voz e assino os documentos relativos à defesa em lugar do referido professor e dou fé.


Prof. Dr. Antônio Pasqualetto
Presidente da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação aos meus pais, Serafim e Izaurina (ambos *In memoriam*), filhos do mato e da escassez material, porém fartos portadores de humildade e de amor transbordantes, com todos compartilhados ao longo das suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Serafim de Lima Ferreira e Izaurina de Lima Notto (ambos *in memoriam*), que saíram da roça (Pouso Alto, região entre os municípios de Guarinos e Crixás-GO), no início da década de 1970, e migraram para Santa Terezinha de Goiás para educar e proporcionar uma vida melhor a mim e aos meus irmãos.

Aos meus queridos irmãos, Sebastião (Basilho), Nadir (*in memoriam*), Carolina, Jamáus (*in memoriam*), Lázaro, Jason, Neuza e Maria da Penha (*in memoriam*), pelo amor compartilhado ao longo da jornada e pelo companheirismo por toda a vida.

À minha esposa, Elizabeth Tugeiro Ferreira, aos meus filhos, Ubirajara de Lima Ferreira Junior, André Felipe Tugeiro Ferreira e Letícia Tugeiro Ferreira, que são a expressão maior da minha vida, a razão do sorriso, o fator de alegria na terra.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Pasqualetto que, de maneira incontestada, jamais negou apoio e orientações, contribuindo diretamente para a minha construção como pesquisador, professor e aluno. Que Deus lhe retribua tamanha generosidade!

A todos os professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, os avaliadores Dra. Ressiliane Ribeiro Prata Alongo (UniAraguaia) e Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás) que gentilmente me colocaram no centro e compartilharam seu conhecimento, suas experiências, suas vidas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) pela oportunidade e pelo apoio.

Aos meus colegas e amigos das Turmas 2017 e 2018, em especial ao Fudio Matsuura e ao Gean Pablo Azara de Souza, por todos os debates, diálogos técnicos e amizades construídas que, dada a sua grandeza, são para sempre.

Ao grupo de “Jovens Pesquisadores” dentre eles, Luiz Eduardo de Lima Galvão, Rangel Costa Silva Venâncio Xavier, Schneider Ferreira Muniz Cabral, Vithor Hernandez de Lima Moraes, os alunos William Gabriel Rodrigues Amorim, Gian Pablo Marques do Nascimento, Lavínea Vieira Silva e a diretora Margarete Aparecida Ramos Santana Silva, do Educandário Amiguinhos do Saber, todos de Santa Terezinha de Goiás.

A DEUS, que instruiu desde cedo, antes mesmo de eu nascer, aos seus santos e anjos para me proteger e orientar na jornada da vida, na busca do conhecimento, a minha gratidão e eterno agradecimento.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

(Cora Coralina)

RESUMO

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados anualmente, cerca de 25% dos municípios brasileiros sofreram redução do seu contingente populacional (IBGE, 2017), aspecto que afeta diretamente o nível de atividade econômica, a arrecadação de impostos, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o potencial de crescimento e o desenvolvimento de forma geral. Tal redução populacional estaria concentrada naqueles municípios que possuem até 20 mil habitantes. O incremento ou a redução populacional quase sempre esteve relacionado à descoberta e à extração de recursos minerais, salvo exceções como a instalação de pequenas indústrias, na maioria dos municípios da Região Norte do estado de Goiás. Este trabalho objetiva identificar as razões que têm levado à redução populacional ocorrida nestas unidades da federação e inferir sobre a estratégia que deve ser adotada pelos gestores públicos a fim de se conter a migração e criar fatores de atração. Como reter e atrair talentos e mão de obra para o município? Quais políticas públicas foram implementadas e os resultados obtidos, tendo-se em vista as flagrantes desigualdades regionais? Haverá uma opção ao desenvolvimento sem o crescimento populacional? Na busca de respostas a estas indagações, pesquisou-se a bibliografia clássica e regional, utilizando-se das plataformas Scielo, Google Acadêmico, CAPES, livros, revistas e jornais, inclusive a rede internet. Efetuou-se pesquisas de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros. Estudou-se a ocupação, a dinâmica populacional, os indicadores econômicos e sociais da região e dos 10 municípios do entorno imediato de Santa Terezinha de Goiás. Diante da aleatoriedade do crescimento, da ausência de cidades consideradas Polos de Desenvolvimento, mas apenas de enclaves como Porangatu, Niquelândia, Minaçu e Uruaçu e da causação circular onde as forças de mercado tendem a acentuar a desigualdade, tornou-se evidente a importância da oferta do Capital Fixo Social (CFS) por parte do Estado, entendida como estrutura geral e arcabouço jurídico a fim de se promover o desenvolvimento regional. Realizou-se estudo de caso, elegendo como objeto o município de Santa Terezinha de Goiás, mediante aplicação de questionário a 193 moradores, possuidores de mais de 40 anos, composto por 36 perguntas, dispostas em 3 eixos: I- fatores de atração e migração; II- Políticas públicas percebidas pela população; e III- Ações e políticas públicas recomendadas pela população aos gestores municipais, tendo-se em vista o desenvolvimento local. Os resultados e discussões indicam que os principais fatores da redução populacional das pequenas cidades do interior de Goiás, em especial no município de Santa Terezinha de Goiás, apontam para a carência de oportunidades de trabalho, a busca da melhoria do nível de escolaridade dos filhos e maior qualidade de vida ao migrarem para cidades de maior porte, especialmente para a capital, Goiânia, inclusive para o exterior. Observou-se ainda a ausência de políticas públicas impactantes sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, aplicadas em níveis regional e municipal a fim de se promover a geração de emprego e renda. Os municípios da região dependem diretamente do FPM para o custeio das despesas, principalmente a folha de pagamento dos servidores, cujo percentual sobre as receitas excede a

50% na maioria dos municípios, que possuem percentuais de beneficiários do PBF e do BPC superiores à média do estado de Goiás e do Brasil. Exige-se interesse genuíno, conhecimento e ação abnegada dos gestores municipais, na adoção do planejamento estratégico baseado no diagnóstico, gestão por indicadores e inovação, incluindo-se práticas de gestão e parcerias adotadas no setor privado, aplicáveis à administração pública, para que se promova o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Região Norte de Goiás. Dinâmica Populacional. Indicadores econômicos e sociais. Políticas Públicas. Santa Terezinha de Goiás.

ABSTRACT

Based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), released annually, about 25% of Brazilian municipalities have suffered a reduction in their population (IBGE, 2017), an aspect that directly affects the level of economic activity, collection of taxes, the Municipal Participation Fund (FPM), the potential for growth and development in general. The population reduction is concentrated in those municipalities that have up to 20 thousand inhabitants. The increase or reduction in population, has almost often been related to the discovery and extraction of mineral resources, with exceptions such as the installation of small industries, in most municipalities in the Northern Region of Goiás. This work seeks to identify the reasons that have led to population reduction in these units of the federation and infer on a strategy that should be adopted by public managers in order to contain the migration and create attraction factors. How to retain and attract talent and labor to the municipality? What public policies were implemented and what the results obtained a view to the blatant regional inequalities? Is there an option for development without population growth? In the search for answers to these questions, the classical and regional bibliography, was researched using scientific platforms, Scielo, Google Scholar, CAPES, books, magazines and newspapers, including the internet. Data research was conducted with the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB) and Institute of Applied Economic Research (IPEA), among others. The occupation, population dynamics, economic and social indicators of the region and the 10 municipalities in the surrounding of Santa Terezinha de Goiás. Given the randomness of growth, the absence of cities considered to be Development Poles, but only enclaves such as Porangatu, Niquelândia, Minaçu and Uruaçu and the circular causation where market forces tend to accentuate inequality, the importance of supply has become evident of Fixed Social Capital (CFS) by the State, seen as a general structure and legal framework in order to promote regional development. A case study was conducted, electing as object the municipality of Santa Terezinha de Goiás, through the application of a questionnaire to 193 residents, over more than 40 years, composed of 36 questions, arranged in 3 fronts: factors of attraction and migration; II - Public policies perceived by the population; and III- Actions and public policies recommended by the population to municipal managers, with a view to local development. The results and discussions indicate that the main factors in the population reduction of small towns in the inland of Goiás, especially in the municipality of Santa Terezinha de Goiás, point to the lack of job opportunities, the search for improving the education level of children and higher quality of life when migrating to larger cities, especially to the capital, Goiânia, including abroad. It was also observed the absence of impacting public policies from an economic, social and environmental point of view, applied at regional and municipal levels in order to promote the generation of employment and income. The municipalities in the region depend directly on the FPM for the cost of expenses, especially the payroll of the servers, whose percentage of revenues exceeds 50% in most municipalities, which have percentages of beneficiaries of the PBF and the BPC higher than the average of the states Goiás and Brazil. Genuine interest, knowledge and selfless action of municipal managers are

required in the adoption of strategic planning based on diagnosis, management by indicators and innovation, including management practices and partnerships adopted in the private sector, applicable to public administration, in order to promote local development.

Keywords: North Region of Goiás. Population Dynamics. Economic and social indicators. Public policy. Santa Terezinha de Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mesorregião do IBGE - Norte Goiano	31
Figura 2: Dez municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, todos a menos de 100 km de distância, com características econômicas e populacionais semelhantes	32
Figura 3: Taxa de Fecundidade dos municípios de Goiás – Dez. 2016.....	38
Figura 4: Distribuição percentual dos recursos do FPM.....	46
Figura 5: Municípios ameaçados de extinção pela PEC 188/2019.....	85
Figura 6: Participação no PIB Municipal – Santa Terezinha de Goiás.....	100
Figura 7: Demonstrativo da Despesa e Receita Segundo as Categorias Econômicas – Site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás (2019).....	101
Figura 8: Local da Amostra - Brasil, Região Centro-Oeste	107
Figura 9: Local da Amostra - Goiás, Região Norte.....	107
Figura 10: Local da Amostra - Região Norte, Santa Terezinha de Goiás	108
Figura 11: Local da Amostra - Cidade de Santa Terezinha de Goiás e Rio Crixás.....	108
Figura 12: Roteiro de pesquisa do Município de Santa Terezinha de Goiás	109
Figura 13: Faixa etária dos 193 entrevistados em Santa Terezinha de Goiás.....	114
Figura 14: Total de pessoas entrevistadas em Santa Terezinha de Goiás, por sexo (A) e nível de escolaridade (B) no município de Santa Terezinha de Goiás ...	115
Figura 15: Qualificação do entrevistado por atividade ou profissão.....	116
Figura 16: Regiões (A) e estados (B) de procedência dos migrantes para o município de Santa Terezinha de Goiás	117
Figuras 17: Motivos (A) e data da migração (B) para Santa Terezinha de Goiás	118
Figuras 18: Entrevistados que tiveram membros da família que migraram para outras cidades (A) e os respectivos motivos (B).....	119
Figura 19: Motivo de permanência em Santa Terezinha de Goiás a partir dos anos 1990.....	120
Figura 20: Atividades econômicas predominantes até o ano 1980 no município de Santa Terezinha de Goiás.....	120

Figura 21: Atividades econômicas exercidas na década de 1990 no município de Santa Terezinha de Goiás.....	121
Figura 22: Atividades econômicas principais, praticadas a partir dos anos 1990 no município de Santa Terezinha de Goiás	121
Figura 23: Agências bancárias existentes até a década de 1980 (A) e após (B) a década de 1980 no município de Santa Terezinha de Goiás	122
Figura 24: Aspecto de segurança da cidade antes (A) e após (B) do Garimpo de Esmeraldas (início da década de 1980) no município de Santa Terezinha de Goiás	123
Figuras 25: Número de detentos antes (A) e depois (B) do surgimento do garimpo de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás (início da década de 1980)	124
Figuras 26: Tipos de crimes praticados antes (A) e depois (B) do surgimento do garimpo de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás (1981/2019).....	126
Figuras 27: Quantidade de hotéis antes (A) e após (B) o garimpo na cidade de Santa Terezinha de Goiás.....	126
Figuras 28: Quantidade de escolas antes (A) e após (B) o garimpo na cidade de Santa Terezinha de Goiás.....	127
Figuras 29: Quantidade de faculdades existentes antes (A) e depois (B) do surgimento do garimpo de esmeraldas, em Santa Terezinha de Goiás	128
Figuras 30: Quantidade de hospitais e postos de saúde na cidade, antes (A) e depois (B) do garimpo na cidade de Santa Terezinha de Goiás.....	129
Figuras 31: Nível e qualidade da água do Rio Crixás antes (A) e depois (B) do garimpo no município de Santa Terezinha de Goiás	130
Figuras 32: Políticas públicas percebidas pela população de Santa Terezinha de Goiás, períodos 1969/1989 (A) e 1989/2019 (B)	133
Figuras 33: Conhecimento do entrevistado sobre ações de ordem econômica ou social, voltadas ao desenvolvimento local, períodos 1969/1989 (A) e 1989/2019 (B) no município de Santa Terezinha de Goiás	134
Figuras 34: Atuação dos gestores municipais nas áreas saúde educação, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento local até a década de 1980 (A) e após a década de 1980 (B) no município de Santa Terezinha de Goiás	136

Figuras 35: Conhecimento e participação do entrevistado em ações promovidas pelo setor público em defesa do meio ambiente antes dos anos 1980 (A) e após os anos 1980 (B) no município de Santa Terezinha de Goiás	137
Figura 36: Recomendações da população aos gestores públicos para que o município atraia habitantes e melhore o nível de atividade econômica no município de Santa Terezinha de Goiás	139
Figura 37: Ações recomendadas pela população aos gestores municipais, visando à reversão do quadro de definhamento econômico e populacional, comum aos pequenos municípios, em face à PEC 188/2019.....	142
Figura 38: Recomendações pela população para se obter equilíbrio das contas de Receitas e Despesas municipais no município de Santa Terezinha de Goiás	143
Figura 39: Recomendações dos munícipes para que o município se desenvolva sob o aspecto econômico, com ênfase à geração de emprego e renda no município de Santa Terezinha de Goiás	145
Figura 40: Existência de estratégias de gestão adotadas pelos gestores estaduais e municipais para a atração de negócios em geral, a qualquer tempo, no município de Santa Terezinha de Goiás	146
Figura 41: Existência de recursos naturais catalogados no município de Santa Terezinha e Goiás	148
Figura 42: Aproveitamento do fácil acesso e da localização central do município de Santa Terezinha de Goiás no médio norte goiano como vantagem competitiva	149
Figura 43: Ações de qualificação dos servidores públicos, a exemplo do setor privado, para melhoria da prestação do serviço e redução de custos no município de Santa Terezinha de Goiás	149
Figura 44: Existência de métodos e avaliações de desempenho, comuns ao setor privado, aplicados na gestão do município de Santa Terezinha de Goiás	150
Figura 45: Percepção da existência de ação ou metodologia de gestão do setor privado na administração do município de Santa Terezinha de Goiás	151
Figura 46: Percepção sobre a existência de parcerias com órgãos de governo federal, estadual, setor privado e terceiro setor, visando à promoção do	

desenvolvimento econômico e social, por parte da população no município de Santa Terezinha de Goiás.....	152
Figura 47: Matriz SWOT/FOFA empregada no meio empresarial, também aplicável à gestão pública	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios da Região Norte de Goiás – Ênfase à criação/emancipação por década	33
Tabela 2: Área, Lei de Criação, município de origem e densidade da Região Norte de Goiás (IMB)	34
Tabela 3: Taxa de Fecundidade Anos 2000, 2010, 2015 e 2018 e projeções décadas 2020 a 2060, Brasil, Centro Oeste, Goiás	39
Tabela 4: Síntese de Estatísticas IMB, anos 1991 a 2017 (Publicação 2018). Região norte de Goiás	39
Tabela 5: População residente e taxa geométrica de crescimento anual em Santa Terezinha de Goiás e nos 10 municípios do seu entorno.....	41
Tabela 6: Área plantada ou destinada à colheita – Brasil x Mesorregiões do estado de Goiás. Comparativo décadas 1990 a 2018. Produto das Lavouras Temporárias ou Permanentes – Total.....	43
Tabela 7: Produção de grãos em toneladas, safras 2014 a 2016	43
Tabela 8: Participação na arrecadação do ICMS nas Regiões de Planejamento – Região Norte do Estado de Goiás.....	44
Tabela 9: Coeficiente de Participação dos Municípios – FPM (Parcela Interior, 86,4%).....	46
Tabela 10: Comparativo do FPM em R\$ (Reais) repassado em 2000 e 2019 aos municípios da Região Norte de Goiás.....	46
Tabela 11: Valor do FPM anual e média mensal, anos 2000, 2010 e 2019	48
Tabela 12: Visão geral dos cadastrados no CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social e famílias beneficiárias do PBF e BPC na Região Norte de Goiás	52
Tabela 13: Municípios com maiores IMCFs do estado de Goiás (Setembro/2019)	55
Tabela 14: Crescimento Demográfico Brasil, Goiás e Região Norte – comparativo anos 1991/2000 e 2010/2018	57
Tabela 15: População residente e taxa média geométrica de crescimento anual 1991/2017 (IBGE/IMB), com adaptações do autor	57
Tabela 16: Coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) conforme a faixa populacional, Exercício 2016.....	82

Tabela 17: Dez Municípios do Entorno de Santa Terezinha de Goiás (Centro e Norte) com menos de 5 mil habitantes e receita própria inferior a 10%	86
Tabela 18: Municípios da Região Norte de Goiás, com menos de 5 mil habitantes e receita própria inferior a 10%.....	87
Tabela 19: População residente e taxa geométrica de crescimento anual em Santa Terezinha de Goiás e nos 10 municípios do seu entorno em um raio de até 100 km de distância. Ênfase à perda de moradores em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes	98
Tabela 20: Comparativo das famílias cadastradas no CadÚnico, beneficiárias do PBF, percentual e valores transferidos (out/2019) no Brasil, Estado de Goiás e Santa Terezinha de Goiás.....	103
Tabela 21: Valores críticos relacionados ao Grau de Confiança na amostra.....	110
Tabela 22: Resultado do cálculo efetuado eletronicamente por meio de site especializado na internet.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS

ANM	Agência Nacional de Mineração
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CRC RJ	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro
CODEGO	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICMS-E	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-Ecológico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMB	Instituto Mauro Borges
IMCF	Índice Multidimensional de Carência de Famílias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
IR	Imposto de Renda
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRDCO	Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SAEB	Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto de Benevides
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEMAD	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás
SEMOVI	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGC	Sistema de Gerenciamento de Conteúdo
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE-SC	Tribunal de Contas de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1	29
A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DE GOIÁS	29
1.1 Considerações Iniciais	29
1.2 Localização, Composição e Características dos Municípios da Região Norte de Goiás	28
1.3 Dinâmica Populacional da Região Norte de Goiás	37
1.4 Aspectos Econômicos e Sociais da Região Norte de Goiás	43
1.5 Fatores Determinantes dos Fluxos Migratórios	56
1.6 Considerações Parciais	65
CAPÍTULO 2	66
POLÍTICAS PÚBLICAS E A REGIÃO NORTE DE GOIÁS	66
2.1 Considerações Iniciais	66
2.2 O que são Políticas Públicas	66
2.3 Tipologia de Políticas Públicas	67
2.4 Políticas Públicas e o Desenvolvimento Regional do Norte Goiano	69
2.5 Responsabilidade de Planejamento e Execução como Fator de Efetivação das Políticas Públicas e Redução das Desigualdades Regionais	78
2.6 O FPM, a sua Relevância e a Dependência dos Pequenos Municípios	81
2.7 Proposta de Emenda Constitucional do Pacto Federativo – PEC 188/2019	84
2.8 Considerações Parciais	89
CAPÍTULO 3	90
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	90
3.1 Considerações Iniciais	90
3.2 Revisão da Literatura	91
3.2.1 Origem e histórico do município de Santa Terezinha de Goiás	95
3.2.2 Dinâmica populacional de Santa Terezinha de Goiás	97
3.2.3 Aspectos econômicos e sociais de Santa Terezinha de Goiás	99
3.3 Metodologia	105
3.3.1 Objeto de pesquisa	107
3.3.2 Tipo e classificação da pesquisa	108
3.3.3 Roteiro de elaboração de pesquisa	109
3.3.4 Universo e amostra do estudo	109
3.3.5 Instrumentos e coleta de dados	112
3.3.6 Processamento das informações	113

3.4 Resultados e Discussão.....	113
3.4.1 Fatores de atração e migração para outras cidades	114
3.4.2 Políticas públicas percebidas pela população	132
3.4.3 Proposições de políticas públicas para Santa Terezinha de Goiás.....	138
3.4.4 Ferramentas de gestão do setor privado, aplicáveis ao setor público.....	154
3.5 Considerações Parciais.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICES.....	174

INTRODUÇÃO

O tão propalado êxodo rural evidenciado pela migração das populações do campo rumo às cidades, que marcou a segunda metade do século XX e o início deste século XXI, aspecto que tornou o Brasil um país tipicamente urbano, ainda ocorre, embora em menor escala. Há também processo de inversão, onde grupos de pessoas em busca de melhor qualidade de vida deixam as capitais e mudam para cidades menores, que oferecem boa infraestrutura (moradia, escolas, saúde, segurança etc.) no interior do país.

Mas um aspecto curioso tem ocorrido em quase todo o Brasil: o encolhimento populacional de pequenas cidades. Gradativa e sistematicamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem registrando a redução dos moradores, principalmente dos municípios brasileiros com até 20 (vinte) mil habitantes, onde 1.233 deles, ou seja, 32,4% do total, segundo estes dados, tiveram redução (IBGE, 2017).

Até a década de 1980 o país contava com 3.991 municípios. Porém, com o advento da nova Constituição (BRASIL, 1988) houve crescimento indiscriminado de novas municipalidades, quando foram emancipados 1.579 novos municípios.

Na Região Sul, o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TSE-SC) (MAGAGNIN, 2019), por meio de auditores fiscais, realizou levantamento em 2017 sobre o fenômeno da fragmentação dos municípios detentores de até 5 mil habitantes e o impacto no desempenho econômico financeiro. A conclusão recomendou que dos 295 municípios, ao menos 105 deles, naquele estado, cuja administração teria sido considerada inviável, poderiam deixar de existir como municípios e serem fundidos.

A região Sudeste, embora a mais desenvolvida do país, possui 327 municípios detentores de menos de 5 mil habitantes e receita própria inferior a 10% das receitas totais, inviáveis economicamente, sujeitos portanto, de fusão com municípios limítrofes conforme proposto pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 188/2019 (BRASIL, 2019).

O Nordeste, por sua vez, poderá perder exatos 200 municípios pelos mesmos motivos, a se manterem as condições atuais, caso a PEC 188/2019 seja promulgada na íntegra após o crivo do Congresso Nacional (BRASIL, 2019).

Embora as Regiões Norte e Centro-Oeste tenham tido maior proporção de municípios com crescimento superior a 1% nos dados do IBGE (2017), há um determinado grupo de municípios no Centro-Oeste, especialmente no interior do estado de Goiás, que vê reduzir, ano após ano, gradativamente, os seus moradores.

Em determinados locais os registros afirmam que a redução atingiu mais de 50% da população. No mesmo estudo, 50% dos municípios apresentaram crescimento de até 1%. Destaque para os municípios com mais de 1 (um) milhão de habitantes que tiveram crescimento entre 0,5% a 1% no ano, o que ratifica o poder de atração das cidades maiores (IBGE, 2017).

Aspecto que deve ser investigado diz respeito à localização geográfica. Em sua maioria, estes municípios possuem menos de 5 mil habitantes, baixo dinamismo econômico pelo fato de estarem situados em localidades distantes dos principais centros produtores e consumidores, faltando-lhes a conexão. Também influencia o fato de não disporem de centros qualificados de ensino e aprendizagem, como universidades e faculdades, o que lhes impõe como legado o baixo conhecimento. Por fim, também lhes é ausente a competência, própria dos locais onde há cultura e formação técnica consolidada, de modo a formarem profissionais diferenciados na produção, execução e gestão.

Supõe-se que as dificuldades do escoamento da produção, comuns nessas regiões cujos municípios se encontram mais isolados, distantes das principais malhas rodoviárias, dada a ausência de infraestrutura de transporte de qualidade, onde grande parte delas sequer possuía asfalto até os anos 1980, também se caracteriza como elemento impeditivo ao crescimento populacional e ao desenvolvimento.

Logo, a distância dos grandes centros consumidores e a ausência de meios de transporte adequados e de boa qualidade como rodovias, ferrovias e modais, seriam fatores que levaram à estagnação e ao encolhimento econômico e populacional destes municípios?

Sabe-se que investir na infraestrutura de transporte gera crescimento econômico, posto que provocará redução de custos na produção, acessibilidade, maior competitividade, menores preços, incremento do nível de atividade, aumento do consumo, atração de investimentos, entre outros e, conseqüentemente, aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

É importante reconhecer que maior quantidade e melhor qualidade na oferta da infraestrutura de transportes possibilita a redução do custo dos insumos necessários à produção. Assim, melhores malhas viárias, construídas mediante o emprego de materiais de qualidade e a correta manutenção das rodovias, além de reduzir o desgaste dos veículos particulares e de transportes, possibilitará maior segurança às pessoas, economizará tempo e reduzirá o custo dos transportes em geral. Porém, simplesmente reduzir o custo dos transportes não é mais suficiente para a localização das empresas. Outros fatores também impactam, dentre eles, a qualificação da mão de obra, a localização dos fornecedores e dos clientes, custo do terreno e impostos locais (DALOSTO; PASQUALETTO, 2018).

Conseqüentemente, uma melhor malha viária e de transportes em geral dará dinamismo econômico e competitividade às localidades mais distantes dos grandes centros consumidores, permitindo-lhes a conexão, mediante a análise destes aspectos observados pelos autores.

Seria, conforme este entendimento, a oferta de malha viária de qualidade por rodovias e ferrovias, para o escoamento da produção e o transporte de pessoas, fator essencial, isoladamente considerado, para a viabilidade econômica, a atratividade e a retenção de pessoas aos pequenos municípios?

E o que dizer-se daqueles pequenos municípios brasileiros, muitos deles emancipados a partir da Promulgação da Magna Carta (BRASIL, 1988), possuidores de menos de 5 mil habitantes, que apresentam produção irrelevante e possuem na sua pauta econômica apenas a agricultura e a pecuária de subsistência, sem a mínima possibilidade de manutenção sem os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)?

Assim, como **objetivo geral**, buscou-se compreender os fatos que levaram ao encolhimento populacional de pequenos municípios, a ponto de comprometer-lhes a existência a médio e longo prazo e, se possível, apontar

caminhos que conduzam à reversão do quadro por meio do crescimento e do desenvolvimento. Para tanto, realizou-se levantamento bibliográfico sobre a região, bem como comparativo de dados econômicos, de transporte e populacionais dos 26 (vinte e seis) municípios da Região Norte do estado de Goiás, dando-se ênfase ao município de Santa Terezinha de Goiás e aos 10 (dez) municípios localizados no seu entorno, dele distantes a menos de 100 km.

Quanto à **metodologia**, empregou-se o método **histórico evolutivo**. Entende-se que, por meio da análise qualificada do processo histórico experimentado pelo lugar, haverá de se compreender os fatos que construíram a realidade vivida, que explicam o que os trouxe até aqui e, conseqüentemente, a possibilidade de se apontar alternativas à realidade enfrentada.

Para consolidar os estudos, foram elaboradas tabelas e figuras com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB) e outros, relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB), ao Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) e às estimativas de população.

Elaborou-se pesquisa quantitativa e qualitativa junto aos moradores do município de Santa Terezinha de Goiás, mediante a aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas, para: a) identificar os fatores de atração de moradores nos primeiros 30 (trinta) anos da emancipação do município de Santa Terezinha de Goiás (1960 a 1989); b) identificar os fatores de migração dos habitantes para outros municípios, ocorrida nos próximos 30 anos (1989 a 2019) no mesmo município; c) analisar e comparar o movimento do contingente populacional dos municípios da Região Norte, em especial, dos 10 (dez) municípios próximos no mesmo período; d) investigar se os fatores relacionados à maior dinamicidade econômica e ao ensino qualificado determinaram a migração de moradores para municípios próximos, distantes ou para a capital, Goiânia; e) analisar a contribuição na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) e a dependência dos municípios ao Fundo de Participação Municipal como fator de aquecimento ou óbices ao crescimento e ao desenvolvimento naquelas unidades federativas.

Buscou-se também realizar a proposição de políticas públicas e recomendar a utilização de modelos de gestão do setor privado como a metodologia *BSC – Balanced Scorecard* e a Análise *SWOT – Strengths, Weaknesses, Oportunities, Threats* (Forças, fraquezas, oportunidades, ameaças) como instrumento para a realização de diagnóstico de limitações e potencialidades, aplicáveis ao setor público, visando à melhoria da gestão municipal e, caso possível, apresentar-se como instrumento para gestão administrativa e para a elaboração de políticas públicas que favoreçam ao desenvolvimento regional.

Para tanto, a presente Dissertação está disposta em 3 (três) capítulos divididos em tópicos.

O primeiro capítulo trata da ocupação da Região Norte de Goiás, com ênfase à composição e a emancipação dos municípios, sua dinâmica populacional, os aspectos econômicos e sociais, bem como os fatores determinantes dos fluxos migratórios em nível regional.

Nele se evidenciam as principais características destes municípios no âmbito da população e da economia, porte, baixa geração de receitas próprias e elevada dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o seu custeio. Apresenta os dados e tabelas de renomados institutos econômicos e sociais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Mauro Borges (IMB) compilados pelo autor, com o objetivo de se demonstrar a realidade que permeia inicialmente a região, depois os 10 (dez) pequenos municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, dele distantes a menos de 100 km, localizados no médio norte, na busca de se identificar os fatores que podem ter levado à redução populacional, ao baixo dinamismo econômico predominante na maior parte dos municípios e a suposta fuga migratória ocorrida a partir dos anos 1990.

Apresenta ainda a revisão bibliográfica de autores clássicos que tratam da questão do desenvolvimento regional e de autores que repercutem a região, sua ocupação ocorrida entre os anos 1960 a 1989 e a respeito dos fatores que levaram ao encolhimento populacional e à baixa dinamicidade dos municípios brasileiros, em especial da Região Norte do estado de Goiás, ocorridos entre os anos 1989 a 2019.

O segundo capítulo foca as Políticas Públicas, a que se referem, suas tipologias e a sua eventual ocorrência na Região Norte de Goiás, com o objetivo de se promover a redução das desigualdades e o desenvolvimento.

Aborda a problemática dos municípios detentores de até 5 (cinco) mil habitantes, que possuem somente até 10% de receitas próprias em relação às suas despesas, tema do “Pacto Federativo” proposto pelo Governo Federal ao Congresso Nacional em novembro de 2019 que, a se considerar as condições atuais, levará à extinção de 1.254 pequenos municípios a partir do início de 2025.

Tratou-se ainda da responsabilidade e dos desafios dos gestores públicos como planejadores e executores das políticas públicas, com ênfase à necessidade de se promover o desenvolvimento e a qualidade de vida no âmbito das suas atuações, bem como a respectiva revisão bibliográfica a respeito.

No terceiro capítulo realizou-se estudo de caso do município de Santa Terezinha de Goiás, iniciando-se pela Revisão da Literatura clássica e regional; abordou-se desde a origem e o histórico do município, sua dinâmica populacional, os aspectos econômicos e sociais que o caracterizam. Por fim, buscou dar ênfase aos 30 primeiros anos pós-emancipação de parte deles (1969/1989) que marcaram o incremento populacional e os 30 anos posteriores (1989/2019) onde se observara a redução populacional e a baixa dinamicidade econômica.

Na Metodologia deste capítulo, definiu-se como objeto de estudo o município de Santa Terezinha de Goiás e optou-se pela realização de pesquisa junto à parcela correspondente a 2% da estimativa de habitantes (175 dos 8744 munícipes) em 2019 segundo estimativas do IBGE, visando compreender os motivos de atração e de afastamento, da percepção da implantação de políticas públicas no município por parte da sua população, bem como suas recomendações aos gestores, tendo em vista a responsabilidade dos gestores pelo desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Apresenta o objeto, o tipo e classificação, o roteiro de elaboração da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e o processamento das informações.

Nos Resultados e Discussão busca-se entender os fatores de atração e de afastamento, políticas públicas percebidas e recomendações de políticas públicas pela população com o objetivo do desenvolvimento local, identificadas e demonstradas nas tabelas originadas da pesquisa em face ao posicionamento dos autores clássicos e regionais.

Traz ainda proposições para adoção de estratégias voltadas à gestão, com base em metodologias utilizadas no setor privado, como a Análise *SWOT* – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* ou “FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças” e a metodologia *BSC* – *Balanced Scorecard* (Resultados Balanceados), aplicáveis no âmbito municipal, a fim de se evitar a redução populacional, o definhamento e a irrelevância econômica e reverter o quadro constatado. No fechamento do capítulo constam as considerações parciais alusivas aos estudos ali tratados.

Finalizando a dissertação constam as Considerações Finais, as Referências e o Questionário aplicado ao público alvo junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, presentes nos Apêndices “A” e “B”.

CAPÍTULO 1

A OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DE GOIÁS

1.1 Considerações Iniciais

Desde a década de 1950 o processo de ocupação do Cerrado Brasileiro, de iniciativa do Governo Federal, foi orientado por políticas de ocupação e desenvolvimento dos “espaços vazios” do mapa do país e marchou rumo ao oeste. Expressão maior desse movimento foi a construção de Brasília, a capital do país no planalto central e, em paralelo, a transferência da capital do estado de Goiás da antiga Cidade de Goiás para Goiânia.

Este capítulo apresenta o estudo realizado sobre o surgimento, o perfil, a composição, a evolução demográfica e as características dos 26 (vinte e seis) municípios da Região Norte do estado de Goiás, metade deles emancipados entre 1960 a 1989, a outra metade entre 1989 a 2019 e os fatores que levaram os pequenos municípios do Brasil, especialmente aqueles do médio norte goiano, possuidores de até 10 (dez) mil habitantes em sua maioria, a terem dificuldades de se viabilizar sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Acidente geográfico decorrente da distância dos grandes centros consumidores? Ausência de Estado por meio de políticas públicas? Desinteresse do “Mercado” que ali não enxerga potencial de retorno nos seus investimentos? Despreparo dos gestores municipais no planejamento, execução das políticas públicas e gestão das suas atividades? O que, afinal, provoca dependência do poder central (governos federal e estadual) e condena parte dos municípios brasileiros, em especial os da Região Norte de Goiás a definharem sob o ponto de vista populacional e econômico?

Analisa-se dados relacionados à localização, população, principais atividades econômicas, Produto Interno Bruto (PIB), dependência do FPM, arrecadação e aplicação dos recursos em saúde, educação e saneamento destes municípios instalados geograficamente no norte do estado de Goiás, dentre outros. Dispensa-se foco ao município de Santa Terezinha de Goiás,

objeto de estudo de caso no Terceiro Capítulo, considerada a sua localização central em relação a 10 municípios de pequeno porte cujas características econômicas e sociais são similares.

1.2 Localização, Composição e Características dos Municípios da Região Norte de Goiás

A Região Norte do estado de Goiás, em especial a nova fronteira da mineração, se caracterizou pela “povoação” e “despovoação” inicial decorrente das emancipações entre 1960/1989 e mais acentuada a partir do movimento econômico em torno da atividade garimpeira, voltada para a exploração do ouro nos municípios de Crixás, Guarinos, Pilar e Alto Horizonte, segundo Cardoso Júnior (2015) e das esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, posteriormente, aspectos que marcaram o início dos anos 1980. O “capital industrial” que marcou o ingresso de multinacionais do setor na região se expressou no período 1989/2019:

A captação da região do “Vale do Rio Crixás” pelo capital industrial mineral se dá a partir de 1989, ano que marca o início da extração de ouro no município de Crixás. Desde então, através de pesquisas financiadas principalmente pelos órgãos do governo e pela abertura do setor mineral para o capital externo, a região vem sendo foco de interesse das grandes indústrias do setor mineral. Como exemplos temos a instalação de multinacionais nos municípios de Alto Horizonte de Goiás (2006), Pilar de Goiás (2011) e Guarinos (2012) (CARDOSO JÚNIOR, 2015, p. 1).

A economia predominante na região, especialmente nos demais municípios, onde não houve ocorrência da mineração, sempre girou em torno da pecuária, agricultura praticamente de subsistência, o comércio e os serviços na maior parte do tempo, nos últimos 30 anos (1989/2019), período em que ocorreu migração de pessoas para outras cidades, principalmente a capital, Goiânia e também para o exterior, para países como a Espanha e os Estados Unidos.

Observando-se o processo histórico evolutivo, a partir de 1960 houve incremento populacional na Região Norte decorrente da emancipação dos novos municípios, marcada pela doação de terras, muitas delas devolutas (pertencentes ao Estado) e a oferta de fazendas por preços irrisórios, sem

documentação regular, tornou-se atrativo para a vinda de famílias procedentes de outras regiões e até mesmo de outros estados.

Nos anos 1980 o incremento populacional na Região Norte ocorreu em grande parte por força da descoberta e a exploração de recursos minerais como o ouro em Pilar de Goiás, Crixás, Guarinos, Alto Horizonte e as esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás.

No final da década de 1990 a maioria dos pequenos municípios sofreu redução na quantidade dos seus moradores e, concomitantemente a capital, Goiânia, destacou-se no Centro-Oeste obtendo-se forte incremento populacional.

A Região Norte do estado de Goiás é composta por 26 municípios: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mozarlândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Crixás, Nova Iguaçu de Goiás, Novo Planalto, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, São Miguel do Araguaia, Trombas, Uirapuru e Uruaçu, 9 (nove) deles (34%) originados a partir de 1988, conforme mapa de localização, demonstrando a sua posição geográfica ao norte do estado de Goiás, como se pode observar na Figura 1.

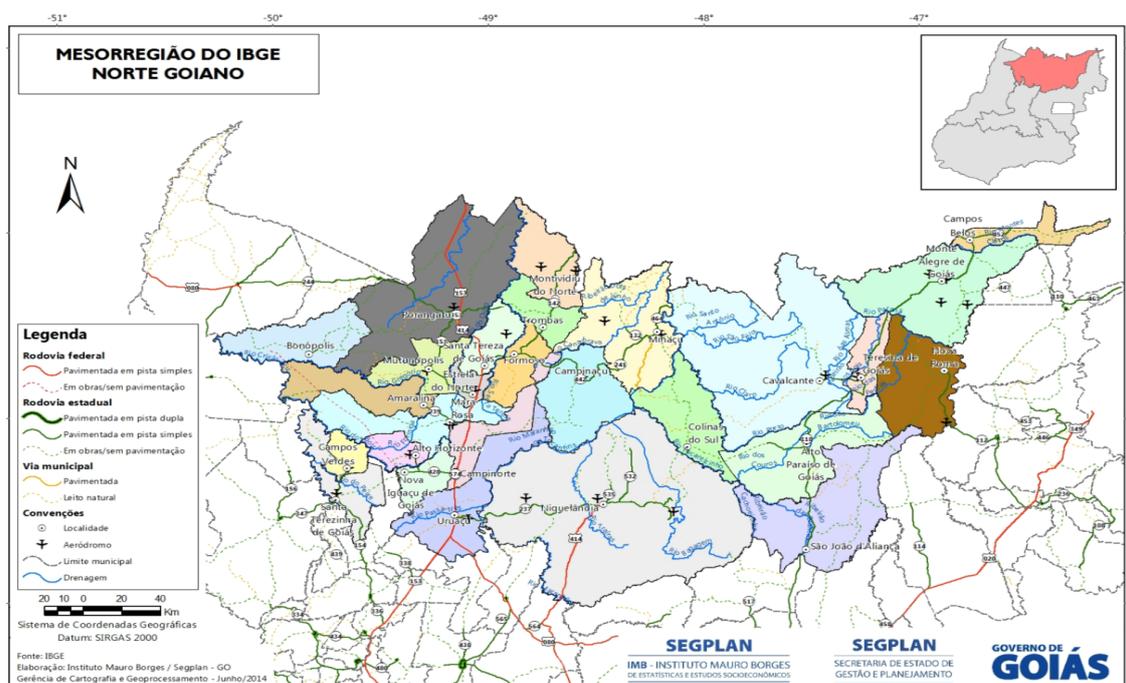


Figura 1: Mesorregião do IBGE - Norte Goiano

Fonte: Elaboração IMB/SEGPLAN/IBGE - Instituto Mauro Borges (2018) com adaptações do autor.

Os 10 (dez) municípios que compõem o entorno de Santa Terezinha de Goiás, distantes a menos de 100 km, são: Itapaci, Pilar de Goiás, Guarinos, Hidrolina, Alto Horizonte, Campos Verdes, Crixás, Mara Rosa, Nova Iguaçu e Uirapuru. Apresentam características muito similares, predominam a pecuária e a agricultura como principais atividades econômicas, exceto nos municípios de Pilar, Crixás, Alto Horizonte (extração de ouro) e Campos Verdes (Garimpo de Esmeraldas), onde a economia é impactada diretamente pela exploração mineral.

Na Figura 2 têm-se os 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás (cor laranja), a saber: 1- Pilar de Goiás, 2- Uirapuru, 3- Mara Rosa, 4- Alto Horizonte, 5- Campos Verdes, 6- Nova Iguaçu, 7- Hidrolina, 8- Itapaci, 9- Guarinos e 10- Crixás. Dentre estes, Itapaci, Pilar, Guarinos e Hidrolina pertencem à Região Centro, porém, localizados a apenas 42 km, 55 km, 48 km e 63 km de distância, respectivamente.

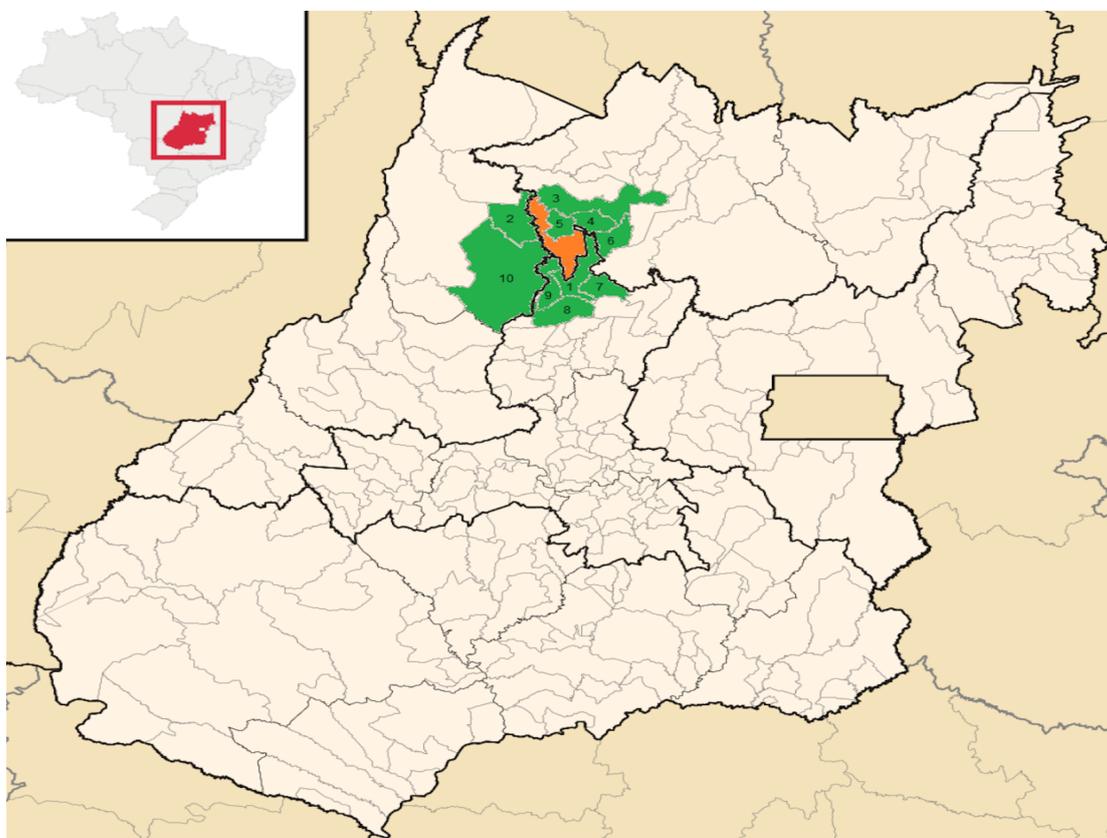


Figura 2: Dez municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, todos a menos de 100 km de distância, com características econômicas e populacionais semelhantes

Fonte: Mesorregiões de Goiás (IBGE, 2018) com adaptações do autor.

Apesar da restrita bibliografia disponível sobre a Região Norte do estado de Goiás, sabe-se que esta teve os seus primeiros municípios emancipados a partir dos anos 30, exceto o município de Niquelândia, que pertencia à província de Pirenópolis, emancipado em 01 de abril de 1833, no século XIX, tendo aproximadamente 50% deles se emancipado a partir dos anos 1980, conforme se pode notar na Tabela 1, elaborada pelo IBGE/IMB-Segplan-GO, com adaptações do autor:

Tabela 1: Municípios da Região Norte de Goiás – Ênfase à criação/emancipação por década

Décadas	Municípios	Área (km ²)	Data de Criação	Município de origem	Densidade demográfica hab/km ² (2017)
SÉC XIX - 1833	Niquelândia	9.843,25	01/04/1833	Pirenópolis	4,66
1930/1939	Uruaçu	2.141,82	04/07/1931	Pilar de Goiás	18,71
1940/1949	Porangatu	4.820,52	25/08/1948	Uruaçu	9,40
1950/1959	Mara Rosa	1.687,84	26/08/1953	Uruaçu	6,06
	Crixás	4.661,17	30/10/1953	Itapaci	3,62
	Estrela do Norte	301,64	14/11/1958	Porangatu	11,20
	Mutunópolis	955,88	14/11/1958	Porangatu	4,09
	São Miguel do Araguaia	6.148,80	14/11/1958	Porangatu	3,69
1960/1969	Campinorte	1.067,19	08/10/1963	Uruaçu	11,55
	Formoso	844,29	25/09/1963	Mara Rosa	5,48
	Mozarlândia	1.734,36	23/10/1963	Goiás	8,72
	Santa Terezinha de Goiás	1.202,25	23/10/1963	Pilar de Goiás	8,00
	Santa Tereza de Goiás	794,56	13/11/1963	Porangatu	4,67
1970/1979	Minaçu	2.860,74	14/05/1976	Uruaçu	10,73
1980/1989	Mundo Novo	2.146,65	10/06/1980	Crixás	2,64
	Nova Crixás	7.302,23	10/06/1980	Crixás	1,75
	Campinaçu	1.974,38	14/05/1982	Uruaçu	1,89
	Campos Verdes	441,65	27/01/1988	Santa Terezinha de Goiás	7,70
	Novo Planalto	1.242,96	27/01/1988	São Miguel do Araguaia	3,53
	Trombas	799,13	27/01/1988	Formoso	4,47
1990/1999	Alto Horizonte	503,76	16/01/1991	Mara Rosa	11,48
	Nova Iguaçu de Goiás	628,44	16/01/1991	Mara Rosa	4,71
	Montividiu do Norte	1.333,00	29/04/1992	Trombas	3,34
	Uirapuru	1.153,48	29/04/1992	Crixás	2,57

	Amaralina	1.343,24	27/12/1995	Mara Rosa	2,79
	Bonópolis	1.628,49	27/12/1995	Porangatu	2,54

Fonte: IBGE (2019) e Assembleia Legislativa de Goiás. Elaboração do Instituto Mauro Borges - Segplan-GO com adaptações do autor.

Observa-se na referida tabela, excluindo Niquelândia (emancipado em 1833), que Uruaçu é o município mais antigo, detentor de maior densidade demográfica, cuja emancipação é datada de 04/07/1931, originado do município de Pilar de Goiás (pertencente à região central). Posteriormente, Porangatu (25/08/1948) no extremo norte, próximo à divisa com o estado do Tocantins, desmembrado do município de Uruaçu. Santa Terezinha de Goiás emancipou-se do município de Pilar de Goiás, em 23/10/1963 e Campos Verdes, do município de Santa Terezinha de Goiás, em 27/01/1988 no auge do garimpo de esmeraldas, força propulsora da emancipação. Os mais recentes são os municípios de Amaralina e Bonópolis, ambos emancipados em 27/12/1995, originários dos municípios de Mara Rosa e Porangatu, respectivamente. Registra-se também que os municípios de menores densidades demográficas são aqueles cuja principal atividade econômica está concentrada na criação de gado, como Nova Crixás, Campinaçu, Bonópolis, Uirapuru e Amaralina.

Dos 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, inclusive, 7 deles apresentaram taxa geométrica de crescimento populacional negativa no período 1991/2000, 1991/2010, 2000/2010; e 6 deles apresentaram taxa geométrica de crescimento populacional negativa no período 2010/2017, motivado, provavelmente, pela baixa taxa de fecundidade e a migração de moradores da região para outras cidades. Quanto à origem de cada um dos municípios da região, a Tabela 2 traz informações quanto à Área, Lei de criação, o município de origem e densidade demográfica.

Tabela 2: Área, Lei de Criação, município de origem e densidade da Região Norte de Goiás (IMB)

Municípios	Área (km ²)	Lei de Criação		Município de origem	Densidade demográfica hab/km ² (2017)
		Número	Data		
Alto Horizonte	503,76	11.399	16/01/91	Mara Rosa	11,48
Amaralina	1.343,24	12.802	27/12/95	Mara Rosa	2,79
Bonópolis	1.628,49	12,800	27/12/95	Porangatu	2,54
Campinaçu	1.974,38	9.177	14/05/82	Uruaçu	1,89

Campinorte	1.067,19	4.655	08/10/63	Uruaçu	11,55
Campos Verdes	441,65	10.401	D.O. 27/01/1988	Santa Terezinha de Goiás	7,70
Crixás	4.661,17	850	30/10/53	Itapaci	3,62
Estrela do Norte	301,64	2.127	14/11/58	Porangatu	11,20
Formoso	844,29	4.586	25/09/63	Mara Rosa	5,48
Mara Rosa	1.687,84	760	26/08/53	Uruaçu	6,06
Minaçu	2.860,74	8.085	14/05/76	Uruaçu	10,73
Montividiu do Norte	1.333,00	11.701	29/04/92	Trombas	3,34
Mozarlândia	1.734,36	4.702	23/10/63	Goiás	8,72
Mundo Novo	2.146,65	8.849	10/06/80	Crixás	2,64
Mutinópolis	955,88	2.105	14/11/58	Porangatu	4,09
Niquelândia	9.843,25	Res. Prov.	01/04/1833	Pirenópolis	4,66
Nova Crixás	7.302,23	8.853	10/06/80	Crixás	1,75
Nova Iguaçu de Goiás	628,44	11.406	16/01/91	Mara Rosa	4,71
Novo Planalto	1.242,96	10.415	D.O. 27/01/1988	São Miguel do Araguaia	3,53
Porangatu	4.820,52	122	25/08/48	Uruaçu	9,40
Santa Tereza de Goiás	794,56	4.896	13/11/63	Porangatu	4,67
Santa Terezinha de Goiás	1.202,25	4.705	23/10/63	Pilar de Goiás	8,00
São Miguel do Araguaia	6.148,80	2.137	14/11/58	Porangatu	3,69
Trombas	799,13	10.436	D.O. 28/01/1988	Formoso	4,47
Uirapuru	1.153,48	11.706	29/04/92	Crixás	2,57
Uruaçu	2.141,82	Decreto 1.204	04/07/31	Pilar de Goiás	18,71
TOTAL DA REGIÃO	59.561,69	-	-	-	5,41
TOTAL DO ESTADO	340.106,49	-	-	-	19,93
REGIÃO/ESTADO(%)	17,51	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2019). Assembleia Legislativa de Goiás.

Nota: Elaboração do Instituto Mauro Borges / Segplan-Go, com adaptações do autor. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2018.

Com base nos dados do IBGE (2019) e na Síntese de Estatísticas dos dados levantados pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2019) verifica tratar-se de região de baixa densidade demográfica, que possui elevação populacional inferior à média estadual e que apresenta modesta representatividade a se considerar os dados gerais do estado.

Ainda, conforme síntese das pesquisas do autor, os municípios:

- Em sua maioria estão localizados à margem da BR-153, principal via de transportes de cargas e de pessoas que liga o centro ao norte do país (Rodovia Belém/Brasília ou Transbrasiliana);
- Dentre os 4 municípios mais populosos, Uruaçu e Porangatu, são “cruzados” pela BR-153;

- Os municípios estão localizados entre 250 km a 600 km da capital, Goiânia;
- Acesso difícil até meados dos anos 1980, quando a maioria das estradas estaduais, popularmente conhecidas como “GOs”, ainda não eram sequer asfaltadas;
- Estradas atuais esburacadas, sem acostamento, que não recebem manutenção pontual e adequada;
- A maioria dos municípios passou a receber a energia elétrica da CELG – Centrais Elétricas de Goiás (atualmente ENEL, privatizada) entre as décadas de 1970 e 1980;
- Poucas cidades possuem faculdades e universidades;
- Atividade econômica principal concentrada em exploração mineral, criação de gado, agricultura praticamente de subsistência, comércio varejista e serviços, com poucos municípios destaques;
- A maioria das cidades está localizada em pequenos municípios com até 10 (dez) mil habitantes (13 dos 26 possuem até 5 mil habitantes);
- Migrantes para a região a partir da década de 1980 são na maioria oriundos de camadas mais baixas de rendimentos e escolaridade, principalmente procedentes dos estados da Região Nordeste (Bahia) e Sudeste (Minas Gerais);
- A migração dos moradores da região para outras cidades, principalmente para a capital, Goiânia, a partir da década de 1990 se acentua;
- Dependência direta do FPM para o custeio das despesas municipais, principalmente a folha de pagamento dos servidores.

Quanto às características comuns aos municípios integrantes da Região Norte do estado de Goiás, além da baixa densidade demográfica, entende-se que dado o isolamento, o vazio econômico e a falta de perspectiva no que se refere à educação, emprego e renda principalmente aos mais jovens, aspectos que marcaram as décadas 1989/2019, esses municípios tenham intensificado o papel polarizador dos principais centros urbanos da Região Centro-Oeste, Brasília e Goiânia, de modo a ampliar a sua influência e inflar as suas populações, principalmente no entorno de Brasília, no Distrito Federal e nos bairros periféricos de Goiânia, capital do estado de Goiás.

Os aspectos econômicos comuns a estes municípios se referem à predominância de terras apropriadas à criação de gado e constatada existência

de minerais em larga escala como o níquel, ouro, amianto, cianita, esmeraldas, dentre outros.

1.3 Dinâmica Populacional da Região Norte de Goiás

Sabe-se que a dinâmica populacional é determinada pelas componentes demográficas fecundidade, mortalidade e migração, seus elementos básicos. Segundo estudos do IMB, concernentes à fecundidade, com base nos dados do IBGE, o país passou de cerca de 6 filhos por mulher nas décadas de 40 a 60 para 2,38 em 2000, 1,9 em 2010 e 1,77 filhos em 2018, abaixo do nível de reposição de 2,1 filhos que permitiria a manutenção do contingente populacional. Apesar da longevidade e o envelhecimento populacional, tais dados indicam tendência de queda populacional a longo prazo (IMB, 2019).

O IMB também registra o fato de que as mulheres tem adiado a maternidade, por força das mudanças econômicas, sociais e culturais, posto que em 2000 as mulheres em idade fértil tinham em média 24,64 anos e em 2014 houve alteração para 26,52 anos.

A taxa de fecundidade de certa forma também explica a demografia de determinada região, posto que constitui aspecto importante no incremento e na redução populacional, de modo a impactar o planejamento do governo, a economia, o mercado de trabalho, os contribuintes etc.

A Figura 3 demonstra a taxa de fecundidade dos municípios do estado de Goiás, onde a Região Norte do estado de Goiás, na porção esquerda do mapa, destacada por linha horizontal, apresenta resultado entre 0,5 ao máximo de 2,5 filhos por mulher.

Em que pese se referir a região de baixa densidade demográfica, há predominância de 1,5 a 2,0 filhos por mulher na região, característica neste aspecto, similar aos municípios das regiões Sul e Sudeste do estado de Goiás.

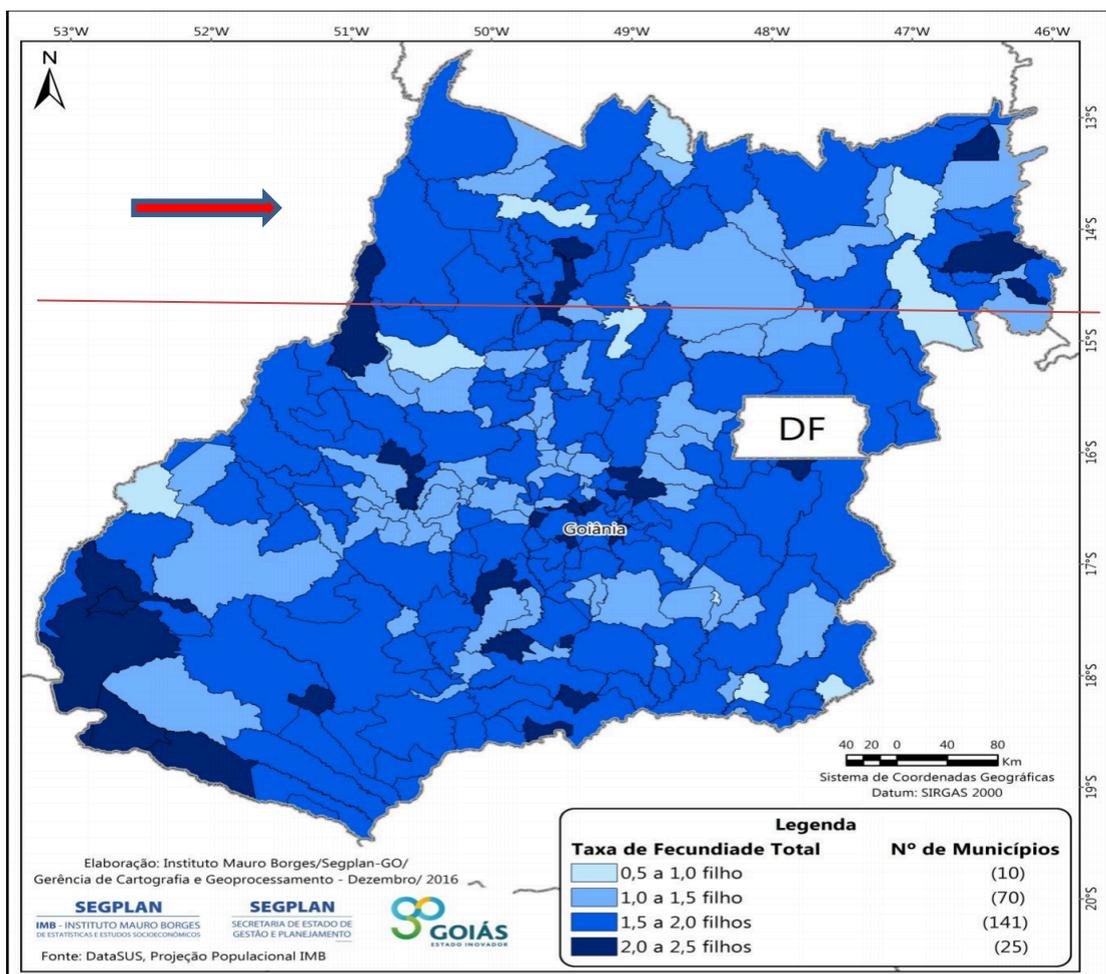


Figura 3: Taxa de Fecundidade dos municípios de Goiás (Dez. 2016).

Fonte: DATASUS, Projeção Populacional e elaboração IMB, com alterações do autor (2019).

A Região Norte de Goiás é menos populosa que as Regiões Centro, Sul e Sudeste. Entretanto, acompanha a tendência de redução da taxa de fecundidade nacional e estadual, e grande parte dos municípios sofrem gradativa e sistemática redução do contingente populacional por motivo migratório. Corroborando com o estudo, apresenta-se as taxas de fecundidade verificadas nos anos 2000, 2010, 2015 e 2018 e projeções das décadas 2020 a 2060 (IBGE, 2018) na Tabela 3.

Estudo comparativo apresentado na tabela 3 evidencia queda gradativa da taxa de fecundidade ocorrida entre os anos 2000, 2010, 2015 e 2018 quanto ao número de filhos por mãe, considerando-se o Brasil (2,32 – 1,75 – 1,80 – 1,77); Região Centro-Oeste (2,16 – 1,77 – 1,90 – 1,87) e o estado de Goiás (2,02 – 1,69 – 1,82 – 1,79).

Tabela 3: Taxa de Fecundidade Anos 2000, 2010, 2015 e 2018 e projeções décadas 2020 a 2060, Brasil, Centro Oeste, Goiás

Unidades da Federação	Taxas de fecundidade – 2000/2060								
	Anos verificados e projeções								
Comparativo	2000	2010	2015	2018	2020	2030	2040	2050	2060
Brasil	2,32	1,75	1,80	1,77	1,76	1,72	1,69	1,67	1,66
Centro-Oeste	2,16	1,77	1,90	1,87	1,85	1,80	1,75	1,69	1,63
Mato Grosso do Sul	2,33	1,92	2,04	2,02	2,01	1,96	1,91	1,85	1,80
Mato Grosso	2,35	1,88	2,08	2,06	2,05	1,99	1,92	1,86	1,80
Goiás	2,02	1,69	1,82	1,79	1,77	1,72	1,66	1,61	1,55
Distrito Federal	2,13	1,65	1,71	1,68	1,67	1,63	1,59	1,54	1,50

Fonte: IBGE (2018). Elaboração do autor.

Os dados demonstram taxa de fecundidade decrescente ao longo do tempo e contrastam com o fluxo migratório positivo do estado de Goiás, que ocupa a 2ª colocação no país, no período 2004/2009, oriundo de outros estados e do Distrito Federal, principalmente para a região do entorno de Brasília, cujo custo de vida é menor que o da capital federal, o que incoorre na Região Norte (IMB, 2011).

Na Tabela 4 demonstra-se uma síntese dos 26 municípios que compõem a Região Norte de Goiás, no que se refere à área, densidade demográfica, taxa de crescimento, IDHM, flutuação do emprego, escolaridade etc., elaborada pelo IMB (2018), onde se identifica a baixa densidade demográfica e a modesta dinamicidade econômica da região no comparativo com o estado de Goiás.

Tabela 4: Síntese de Estatísticas IMB, anos 1991 a 2017 (Publicação 2018). Região Norte de Goiás.

Indicadores	Região	Estado	Região / Estado (%)
Municípios (nº)	26	246	8,1
Área (Km²)	59.561,69	340.106,49	17,5
Densidade Demográfica (hab/km²) – 2017	5,41	19,93	-
População residente (hab)			
População total - 1991	312.891	4.018.903	7,8
População total – 2017	322.105	6.778.772	4,8

Taxa de crescimento anual (%)			
1991/2000	-0,4	2,5	-
2000/2010	0,2	1,8	-
2010/2017	0,6	1,7	-
Flutuação do nível de emprego – saldo – 2000	1.429	44.108	3,2
Flutuação do nível de emprego – saldo – 2017	-321	25.370	(1,3)
Número de emprego – 2016	43.069	1.445.943	3,0
Rend. nominal médio mensal – (R\$) – 2016	2.004,53	2.397,96	-
IDH – M – 1991	0,379	0,487	-
IDH – M – 2000	0,533	0,615	-
IDH – M – 2010	0,675	0,735	-
Educação			
Nº de escolas – 2017	293	4.622	6,3
Alunos matriculados 2017	69.457	1.432.261	4,8
Taxa de analfabetismo (%) 2010	12,1	7,3	-
População atendida (%) - 2017			
Água	97,99	96,80	-
Esgoto	26,03	57,00	-
Produção de grãos (t) – 2016	355.167	16.976.994	2,1
Pecuária – 2016			
Bovino (cab.)	4.322.796	22.879.411	18,9
Suínos (cab.)	80.770	1.988.478	4,1
Aves (cab.)	589.790	69.071.040	0,9
Produção de leite (mil lts)	165.278	2.933.441	5,6
Arrecadação do ICMS (R\$ mil) – 2017	156.521	15.022.541	1,0
PIB 2014	6.715.145	165.015.318	4,1
PIB 2015	7.855.106	173.631.663	4,5
PIB per capita – 2014	21.014	25.297	-
PIB per capita – 2015	24.514	26.265	-

Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-Go (2018), com adaptações do autor.

Como se pode observar a maioria são municípios de pequeno porte, considerando o baixo contingente populacional e que possuem características econômicas semelhantes. Enquanto a população da região norte evoluiu 2,94%, o Estado de Goiás, teve incremento de 68,67% no período 1991/2017 (26 anos), motivado certamente pela migração positiva apresentada em outras regiões.

Com base na Síntese de Estatísticas dos dados levantados pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2018), verifica tratar-se de região de baixa densidade demográfica em relação ao estado (5,41% x 19,93%), que apresenta elevação populacional inferior à média estadual e modesta representatividade a se considerar os dados gerais do estado.

Observou-se também a taxa negativa de -321 postos de trabalho na flutuação de emprego, saldo 2017 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região em 1991, 2000 e 2017, embora apresente evolução gradativa, a posição permanece inferior à média estadual.

A população atendida por esgoto representa apenas 26% na região contra 57% da média estadual, aspecto que reflete diretamente no índice de qualidade de vida da maioria dos municípios. Destaca-se a baixa produtividade de grãos (2,1%) e a considerável participação do rebanho em relação à média do estado (18,9%). A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representava apenas 1,0% da estadual em 2017 e a participação no PIB nos anos 2014 e 2015 (4,1% e 4,5%) sempre inferior à média do estado, a se demonstrar efetivamente o baixo nível de atividade econômica que marcou a região como um todo no período. A irrelevância econômica teria relação direta com o número de moradores nestes municípios?

Por sua vez, no entorno imediato do município de Santa Terezinha de Goiás, apenas Itapaci (Região Centro) supera os 20 (vinte) mil residentes com base na Projeção Populacional 2019, contando já em 2017 com 21.691 moradores, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: População residente e taxa geométrica de crescimento anual em Santa Terezinha de Goiás e nos 10 municípios do seu entorno

População residente e taxa média geométrica de crescimento anual – 1991, 2000, 2010, 2017								
Municípios	População residente				Taxa Geométrica crescimento anual (%)			
	1991	2000	2010	2017 (1)	1991/2000	1991/2010	2000/2010	2010/2017
Alto Horizonte (2)		2.564	4.505	5.784	-	-	5,80	3,63
Campos Verdes	16.648	8.057	5.020	3.399	-7,75	-6,11	-4,62	-5,42
Crixás	22.213	14.673	15.760	16.893	-4,50	-1,79	0,72	1,00
Mara Rosa	21.291	11.939	10.649	10.228	-6,23	-3,58	-1,14	-0,57
Nova Iguaçu de Goiás (2)	-	2.746	2.826	2.961	-	-	0,29	0,67
Santa Terezinha de Goiás	16.522	12.015	10.302	9.622	-3,48	-2,46	-1,53	-0,97
Uirapuru (2)	-	3.043	2.933	2.961	-	-	-0,37	0,14
Itapaci	12.652	13.931	18.458	21.691	1,08	2,01	2,85	2,33
Pilar de Goiás	4.845	3.339	2.773	2.529	-4,05	-2,89	-1,84	-1,31

Guarinos	3.711	2.844	2.299	2.052	-2,91	-2,49	-2,10	-1,61
Hidrolina	4.979	4.548	4.029	3.852	-1,00	-1,11	-1,20	-0,64
TOTAL DA REGIÃO NORTE (7)	312.891	300.807	308.127	322.105	-0,44	-0,08	0,24	0,64
TOTAL DA REGIÃO CENTRO GOIANO (4)	478.858	541.440	622.541	689.626	1,37	1,39	1,41	1,47
TOTAL DO ESTADO	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.778.772	2,46	2,14	1,84	1,75
REGIÃO / ESTADO (%)	7,79	6,01	5,13	4,75	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2017)

Nota: Elaboração do Instituto Mauro Borges / Segplan-GO com adaptações do autor. Gerência de sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2018

(1) Estimativa de 1º de julho.

(2) Município instalado em 1993.

(3) Município instalado em 1º/01/1997.

Destacou-se na Tabela 5 os 7 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, inclusive, que apresentaram redução populacional gradativa constatada nos Censos 1991, 2000, 2010 e no ano 2017. Apenas os municípios de Alto Horizonte (Região Norte) que possui mineração de ouro em larga escala efetuado pela canadense Lundin Mining (Mineração Maracá), e Itapaci (Região Centro) que possui usina de produção de etanol (Grupo Farias) dobraram o número de moradores nos últimos 15 anos) e se destacam ao apresentar taxa geométrica de crescimento populacional de 3,63% e 2,33%, respectivamente. No mesmo período, tanto a região Norte quanto a Centro apresentaram taxa geométrica de crescimento anual positiva de 0,24/0,64 (2010/2017) e 1,41/1,67 (2010/2017) respectivamente.

Embora decrescente, o estado apresentou taxa geométrica de crescimento anual positiva de 2,46, 2,14, 1,84 e 1,75 no período em contraste às taxas negativas predominantes entre os 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, no médio norte goiano.

Depreende-se que a capacidade de geração de emprego e renda, presente nos municípios de Alto Horizonte (Norte) e Itapaci (Centro) se constituam em fator de atração de migrantes que buscam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

1.4 Aspectos Econômicos e Sociais da Região Norte de Goiás

O país obteve crescimento continuado por quatro décadas contínuas, porém, na década 1980, o Brasil atravessou período de estagnação econômica prolongada, impactando diretamente os pequenos municípios. O mercado interno se desacelerou e terminava o ciclo de substituição de importações, que marcou o crescimento industrial do país por décadas.

Apesar da economia baseada na pecuária e na agricultura, além da extração mineral, a fatia de participação da área plantada ou destinada à colheita na Região Norte do estado de Goiás é pequena (227.370ha), representa apenas 3,60% da área plantada estadual (6.308.617ha) e 0,28% da área plantada nacional (78.502.422ha) conforme se pode observar na Tabela 6.

Tabela 6: Área plantada ou destinada à colheita – Brasil x Mesorregiões do estado de Goiás. Comparativo décadas 1990 a 2018. Produto das Lavouras Temporárias ou Permanentes – Total.

BRASIL	Mesorregião Geográfica	HECTARES	HECTARES	HECTARES	HECTARES	PARTIC GOIÁS	PARTIC BRASIL
	Anos	1990	2000	2010	2018	2018	2018
GOIÁS	Noroeste Goiano	105.111	47.135	61.839	165.752	2,63%	0,21%
	Norte Goiano	134.712	88.060	138.605	227.370	3,60%	0,28%
	Centro Goiano	463.742	269.207	301.322	349.456	5,54%	0,44%
	Leste Goiano	297.870	322.024	686.401	876.794	13,90%	1,11%
	Sul Goiano	1.652.707	2.366.103	3.321.931	4.689.245	74,33%	5,97%
TOTAL	GOIÁS	2.654.142	3.092.529	4.510.098	6.308.617	8,04%	8,04%
TOTAL	BRASIL	53.152.446	51.819.125	65.374.591	78.502.422	100%	100%

Fonte: Produção Agrícola Municipal. IBGE (2019). Elaborado pelo autor.

Em consonância com a quantidade pequena de área plantada ou destinada à produção disponível no Norte do estado de Goiás, em relação ao Leste e ao Sul Goiano, vê-se na Tabela 7, conseqüentemente, a baixa e decrescente quantidade comparativa da produção de grãos em toneladas, safras 2014 a 2016:

Tabela 7: Produção de grãos em toneladas, safras 2014 a 2016

Municípios	2014	2015	2016
Alto Horizonte	1.678	2.450	920

Amaralina	4.598	6.350	3.550
Bonópolis	28.990	29.604	29.790
Campinaçu	5.120	5.922	2.322
Campinorte	32.000	33.220	19.300
Campos Verdes	304	150	125
Crixás	2.720	2.140	1.250
Estrela do Norte	5.595	4.911	2.441
Formosa	525	574	389
Mara Rosa	8.800	6.800	3.580
Minaçu	4.829	5.880	3.073
Montividiu do Norte	7.670	11.187	5.253
Mozarlândia	1.950	2.360	2.489
Mundo Novo	2.630	3.037	5.100
Mutunópolis	2.200	2.967	1.391
Niquelândia	159.300	219.324	133.932
Nova Crixás	17.338	42.000	49.848
Nova Iguaçu de Goiás	386	350	224
Novo Planalto	16.060	19.596	12.897
Porangatu	28.329	34.100	18.675
Santa Tereza de Goiás	3.470	4.717	3.864
Santa Terezinha de Goiás	1.834	1.915	1.198
São Miguel do Araguaia	26.490	19.461	20.067
Trombas	8.460	4.207	2.749
Uirapuru	570	543	220
Uruaçu	55.340	60.340	30.520
TOTAL DA REGIÃO	427.186	524.105	355.167
TOTAL DO ESTADO	19.757.173	19.569.247	16.976.994
REGIÃO/ESTADO(%)	2,16	2,68	2,09

Fonte: IBGE (2018)

Nota: Elaboração do Instituto Mauro Borges / Segplan-Go – com adaptações do autor. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2018

A matriz econômica predominante na Região Norte está centrada na pecuária de forte concentração, agricultura basicamente de subsistência e a maioria das pequenas cidades possui sua economia baseada no comércio e na prestação de serviços, havendo poucas indústrias de transformação na região, excetuando-se aqueles municípios que já operam com a atividade mineradora mecanizada, a exemplo de Crixás, Alto Horizonte e Minaçu, aspectos observados nos estudos do autor.

Analisando-se o nível de atividade comercial, a Tabela 8 traz a baixa contribuição dos municípios da região na arrecadação do ICMS, destacando-se negativamente a Região Norte que possuía 2,06% de participação na fatia do estado de Goiás em 2000, caiu para 1,99% em 2010 e caiu novamente para 1,04% em 2017, conforme levantamento do IMB (2018) e apontamentos do autor.

Tabela 8: Participação na arrecadação do ICMS nas Regiões de Planejamento. Região Norte do estado de Goiás

Região	2000	2010	2017
001 - Metropolitana de Goiânia	58,47	56,63	58,03
002 - Centro Goiano	7,07	7,33	8,05
003 - Norte Goiano	2,06	1,99	1,04
004 - Nordeste Goiano	0,27	0,42	0,23
005 - Entorno do Distrito Federal	2,27	3,30	3,35
006 - Sudeste Goiano	2,63	4,22	2,82
007 - Sul Goiano	3,88	3,50	2,53
008 - Sudoeste Goiano	5,81	4,86	4,35
009 - Oeste Goiano	1,68	1,15	0,95
010 - Noroeste Goiano	0,37	0,31	0,29
Outros	15,48	16,29	18,35
ESTADO DE GOIÁS	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração do Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO com adaptações do autor. Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

A queda de contribuição percentual e da participação da Região Norte, fato que também ocorreu na Região Nordeste, na fatia da arrecadação do ICMS do estado no período analisado denota, simultaneamente, menor dinamicidade econômica naquela região e maior nas demais regiões, o que causa efeito direto no emprego e na renda, aspectos que podem ser também causadores da redução populacional ocorrida ao longo do tempo. A maioria das regiões apresentou estagnação, enquanto a Região Centro, o entorno do Distrito Federal e a Região Metropolitana da capital (Goiânia, Aparecida, Anápolis, Senador Canedo, Trindade), fizeram valer o seu poder de atração.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b) da União para os estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (BRASIL, 1988b).

A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos municípios estão baseados na Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei Nº 1.881/81 (BRASIL, 1966; BRASIL, 1981).

Anualmente o IBGE, com base na referida legislação, divulga estatística populacional dos municípios e o Tribunal de Contas da União (TCU), com base nessa estatística, calcula e publica no Diário Oficial da União os coeficientes dos municípios até o último dia útil do exercício. Os percentuais de repasse são 10,0% para as capitais estaduais e o DF; 3,6% para a denominada “Reserva”, municípios com população acima de 156.216 habitantes com base no DL 1881/1981, que sofreu alteração na Lei Complementar – LC 91/1997 para 142.633 habitantes e 86,4% para o interior (demais municípios), conforme exposto na Figura 4.

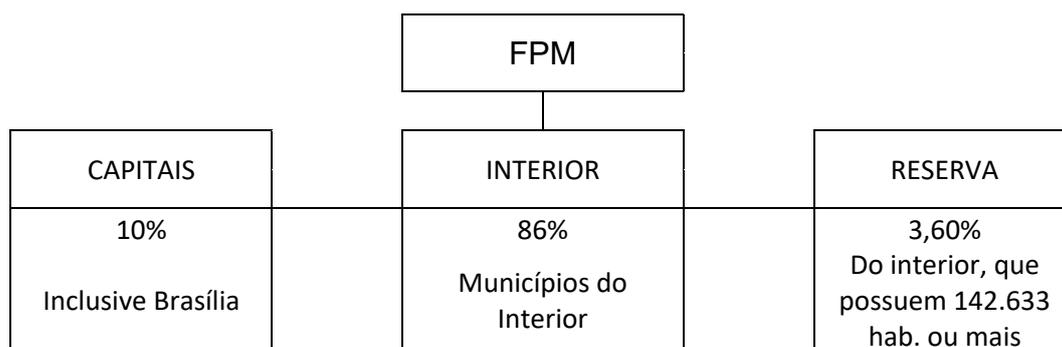


Figura 4: Distribuição percentual dos recursos do FPM

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional (2018), com elaboração do autor

Demonstra-se por oportuno, o coeficiente devido a cada município de acordo com a sua população, aqui compreendidos grande parte dos municípios da Região Norte do estado de Goiás cujo coeficiente predominante corresponde a 0,6, baseando-se na faixa de habitantes, conforme Tabela 9:

Tabela 9: Coeficiente de Participação dos Municípios – FPM (Parcela Interior, 86,4%)

Faixa de Habitantes	Coeficiente
< 10.188	0,6
10.189 a 13.584	0,8
13.585 a 16.980	1,0
16.981 a 23.772	1,2
23.773 a 30.564	1,4
30.565 a 37.356	1,6
37.357 a 44.148	1,8
44.149 a 50.940	2,0
50.941 a 61.928	2,2
...	...

Fonte: Decreto-Lei n. 1881/1981 (Elaborado pelo autor)

Aplicados os coeficientes com base na quantidade de habitantes, demonstra-se na Tabela 10 os valores repassados a cada município nos anos 2000 e 2019, para que se conheça e faça comparativo dos valores anuais.

Tabela 10: Comparativo do FPM em Reais (R\$) repassado em 2000 e 2019 aos municípios da Região Norte de Goiás

REGIÃO	N	MUNICÍPIO	2000	2019
NORTE	1	Alto Horizonte	1.103.482,61	5.152.884,41
	2	Amaralina	1.103.482,61	5.152.884,41
	3	Bonópolis	1.103.482,61	5.152.884,41
	4	Campinaçu	1.103.482,61	5.152.884,41
	5	Campinorte	1.257.733,10	6.870.512,41
	6	Campos Verdes	1.816.725,31	5.152.884,41
	7	Crixás	2.166.095,53	8.588.140,45
	8	Estrela do Norte	1.103.482,61	5.152.884,41
	9	Formoso	1.257.733,10	5.152.884,41
	10	Mara Rosa	2.026.347,41	6.870.512,41
	11	Minaçu	2.942.619,57	13.741.024,58
	12	Montividiu do Norte	1.103.482,61	5.152.884,41
	13	Mozarlândia	1.471.310,03	8.588.140,45
	14	Mundo Novo	1.103.482,61	5.152.884,41
	15	Mutunópolis	1.103.482,61	5.152.884,41
	16	Niquelândia	3.423.827,98	17.176.280,80
	17	Nova Crixás	1.257.733,10	6.870.512,41
	18	Nova Iguaçu de Goiás	1.103.482,61	5.152.884,41
	19	Novo Planalto	1.103.482,61	5.152.884,41
	20	Porangatu	3.563.576,05	17.176.280,80
	21	Santa Tereza de Goiás	1.103.482,61	5.152.884,41
	22	Santa Terezinha de Goiás	2.026.347,41	5.152.884,41
	23	São Miguel do Araguaia	2.305.843,50	10.305.768,52
	24	Trombas	1.257.733,10	5.152.884,41
	25	Uirapuru	1.103.482,61	5.152.884,41
	26	Uruaçu	3.004.583,74	15.458.652,68

Fonte: IMB/IBGE (2019)

Destacam-se entre aqueles que tiveram maior majoração de valor do FPM, os municípios mais populosos, considerados sub-polos de desenvolvimento segundo Hirschmann (1961), de Minaçu (de R\$ 2.942.619,57 para R\$ 13.741.024,58, coeficiente 1,6), Niquelândia (de R\$ 3.423.827,98 para R\$ 17.176.280,80, coeficiente 2,0), Porangatu (de R\$ 3.563.576,05 para R\$ 17.176.280,80, coeficiente 2,0) e São Miguel do Araguaia (de R\$ 2.305.843,50

para R\$ 10.305.768,52, coeficiente 1,2) motivado pela mudança do coeficiente em razão do incremento populacional, contrapondo-se à redução populacional dos municípios menores ocorrida no período 1989/2019. Os coeficientes dos municípios do interior para o exercício 2019, foram divulgados por meio do Anexo IX da Decisão Normativa – TCU n. 173 de 04 de janeiro de 2019, com base na população estimada pelo IBGE em julho/2018 (TCU, 2019).

Demonstra-se também, o valor recebido nos anos 2000, 2010 e 2019, com suas respectivas médias mensais, a fim de se conhecer e fazer comparativo, do valor repassado a título de FPM, a principal arrecadação, às prefeituras municipais da Região Norte do estado de Goiás, de acordo com a Tabela 11.

Tabela 11: Valor do FPM anual e média mensal, anos 2000, 2010 e 2019

Municípios	2000		2010		2019	
	FPM (R\$)	Média Mensal	FPM (R\$)	Média Mensal	FPM (R\$)	Média Mensal
Alto Horizonte	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Amaralina	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Bonópolis	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Campinaçu	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Campinorte	1.257.733,10	104.811,09	3.600.677,06	300.056,42	9.526.309,55	793.859,13
Campos Verdes	1.816.725,31	151.393,78	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Crixás	2.166.095,53	180.507,96	6.001.128,26	500.094,02	11.907.886,88	992.323,91
Estrela do Norte	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Formoso	1.257.733,10	104.811,09	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Mara Rosa	2.026.347,41	168.862,28	4.800.902,63	400.075,22	9.526.309,55	793.859,13
Minaçu	2.942.619,57	245.218,30	9.601.804,99	800.150,42	19.052.618,78	1.587.718,23
Montividiu do Norte	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Mozarlândia	1.471.310,03	122.609,16	6.001.128,26	500.094,02	11.907.886,88	992.323,91
Mundo Novo	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Mutunópolis	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Niquelândia	3.423.827,98	285.319,00	10.802.030,60	900.169,22	23.815.773,57	1.984.647,80
Nova Crixás	1.257.733,10	104.811,09	4.800.902,63	400.075,22	9.526.309,55	793.859,13
Nova Iguaçu de Goiás	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Novo Planalto	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Porangatu	3.563.576,05	296.964,67	10.802.030,60	900.169,22	23.815.773,57	1.984.647,80
Santa Tereza de Goiás	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Santa Terezinha de Goiás	2.026.347,41	168.862,28	4.800.902,63	400.075,22	7.144.732,29	595.394,36
São Miguel do Araguaia	2.305.843,50	192.153,62	7.201.353,78	600.112,82	14.289.464,23	1.190.788,69
Trombas	1.257.733,10	104.811,09	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36

Uirapuru	1.103.482,61	91.956,88	3.600.677,06	300.056,42	7.144.732,29	595.394,36
Uruaçu	3.004.583,74	250.381,98	9.601.804,99	800.150,42	21.434.196,17	1.786.183,01

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração IMB (2019) e alterações do autor.

Destacado o volume e o impacto do FPM na gestão municipal, há que se considerar também o fator localização que possui relevada importância na conexão entre os mercados produtores e os consumidores. Sabe-se da localização geográfica dos pequenos municípios do Norte do estado de Goiás, estado limítrofe ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, desfavorável em face à distância dos grandes centros consumidores e desprovida de meios adequados de escoamento, com estradas, em sua maioria, não pavimentadas e esburacadas, principalmente na década de 1980, fatores que também se tornaram empecilhos ao desenvolvimento da região.

Barat (1978, p. 187, 264, 265 *apud* DALOSTO, 2018) alerta que, em regiões subdesenvolvidas – ou para os vazios econômicos que deverão ser incorporados à economia nacional – a ausência do planejamento do sistema secundário de transporte constitui sério obstáculo à integração regional. Assim, para tais áreas, o investimento rodoviário deverá ter a principal função de eliminar obstáculos que impedem a propagação dos efeitos dinamizadores dos polos de desenvolvimento. A disseminação do desenvolvimento socioeconômico exige implantação de uma boa rede de rodovias alimentadoras e de colonização, além de conjunto de investimentos básicos.

Nesse viés, destaca-se a contribuição de Albert Otto Hirschman, no livro *The Strategy of Economic Development*, de 1958, traduzido ao português sob o título *Estratégias de Desenvolvimento Econômico* (1961). Na perspectiva do autor, a infraestrutura viabiliza e estimula as atividades produtivas, ou seja, investimentos em infraestrutura transcendem a analogia de permissividade, podendo, então, facilitar ou dificultar o desenvolvimento econômico.

Defende que a infraestrutura de transporte, energia elétrica e o investimento em Capital Social Fixo – CFS constituem condições essenciais para as Atividades Diretamente Produtivas – ADP, que permitem o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o autor argumenta:

É muito generalizada a presunção que a ampliação das disponibilidades de energia elétrica e das facilidades de transporte é

pré-condição essencial, praticamente em toda a parte, para o desenvolvimento econômico. [...] O investimento em CFS é defendido não pelo seu efeito direto sobre a produção final, e sim porque permite e, de fato, incita a instauração do ADP (HIRSCHMAN, 1961, p. 133).

Ainda, Barat (1978, p. 207, *apud* DALOSTO, 2018) também argumenta que o investimento rodoviário não é, por si só, uma condição suficiente para promover o desenvolvimento econômico de uma região. Isto porque o crescimento do tráfego depende, em grande parte, das possibilidades de crescimento futuro dos fluxos a serem transportados. Tal crescimento resultará da conjugação de vários investimentos, inclusive dos rodoviários.

Aliando-se a este aspecto, a baixa dinamicidade econômica caracterizada pela modesta produção de grãos na lavoura no comparativo com outras regiões ao sul do Estado; a concentração da criação de gado em maior escala em poucos municípios; a ausência de indústrias da transformação; a dependência da exploração mineral e do FPM, aspectos comuns à maioria dos municípios da região; pode-se inferir que os entraves ao desenvolvimento não residem apenas nos transportes.

Portanto, não se deve ignorar a necessidade de outros investimentos muito importantes, como, por exemplo, na melhoria dos níveis de educação, segurança e saúde, dentre elas, a disponibilidade de saneamento básico, O que Hirschmann (1961) denominou por Capital Fixo Social – CFS relacionando-se à infraestrutura e logística que o Estado deveria prover para se permitir o desenvolvimento local. Como se vê, a problemática é ampla e envolve também outros aspectos econômicos e sociais.

Os migrantes que se deslocaram para o grupo de 16 microrregiões de Goiás concentraram-se nas faixas mais baixas de rendimentos, o que pode ser consequência de um menor nível de qualidade de vida nessas microrregiões ou do fato de os migrantes apresentarem probabilidades de emigração com baixa concentração em idades economicamente ativas, o que aumenta a participação da renda de pessoas mais velhas, que geralmente são mais baixas (AMARAL; RODRIGUES; FÍGOLI, 2002, p. 134).

Entende-se que estas pessoas, comumente oriundas de camadas sociais detentoras de menor escolaridade, que migram para outras regiões, tendem a enfrentar maiores dificuldades de inserção no mercado formal de

trabalho ou em oportunidades que ofereçam maior remuneração, e que no médio e longo prazo tendem a depender mais dos programas sociais.

Adicionalmente, sabe-se que as vulnerabilidades sociais em grande parte tem a sua origem na baixa perspectiva de renda, emprego e educação, aspectos comuns aos municípios da região.

Sob o ponto de vista social, a Região Norte de Goiás possui características bem peculiares, com destaque a um volume significativo de famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2019) e percentuais de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) acima do estado de Goiás e do Brasil, conforme se pode observar na Tabela 12.

Tabela 12: Visão geral dos cadastrados no CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social e famílias beneficiárias do PBF e BPC na Região Norte de Goiás

Unidade	População Censo 2010	População Estimativa 2019 (IBGE)	Famílias no CadÚnico	Total Famílias	Famílias Beneficiárias no PBF (N)	População Beneficiária	População Beneficiária PBF (%)	Valor transferido out. 2019 PBF	Valor Médio do Benefício	População Beneficiária BPC	Valor Mensal Transferido BPC	População Beneficiária BPC
			(N)	Cadastro atualizado (N)		Quantidade 2019		(R\$)	(R\$)	(N)	(R\$)	X ESTIMAT IBGE 2019(%)
Brasil	190.755.799	210.147.125	27.796.543	23.346.651	13.505.758	42.722.910	20,33	2.564.193.203,00	189,86	4.619.830	4.620.735.030,70	2,20
Goiás	5.003.228	7.018.354	799.336	653.761	285.946	953.092	13,58	45.789.164,00	160,13	155.614	155.614.736,58	2,22
R Norte GO	308.127	317.939	53.985	44.068	21.289	67.879	21,35	3.507.277	169,27	10.142	10.142.707,68	3,19
Alto Horizonte	4.505	6.414	1.492	1.376	486	1.640	25,57	96.006,00	197,54	46	45.908,00	0,72
Amaralina	3.434	3.812	860	782	415	1.079	28,33	60.132,00	144,9	18	17.964,00	0,47
Bonópolis	3.503	4.405	706	526	369	1.120	25,44	82.881,00	224,61	29	28.942,00	0,64
Campinaçu	3.656	3.640	750	423	388	865	23,77	77.595,00	199,99	28	27.944,00	0,77
Campinorte	11.111	12.626	1.858	1.603	892	2.585	20,48	136.111,00	152,59	426	425.148,00	3,37
Campos Verdes	5.020	2.141	1.509	1.298	856	792	37,01	164.882,00	192,62	165	165.668,00	7,71
Crixás	15.760	16.949	2.309	1.874	841	2.079	12,27	124.648,00	148,21	403	402.194,00	2,38
Estrela do Norte	3.320	3.275	639	496	220	537	16,42	36.573,00	166,24	36	35.928,00	1,10
Formoso	4.883	4.248	1.247	954	573	1.086	25,58	87.378,00	152,49	163	162.674,00	3,84
Mara Rosa	10.649	9.503	1.759	1.378	709	1.623	17,08	115.422,00	162,8	431	433.132,00	4,54
Minaçu	31.154	29.070	4.563	3.956	1.837	4.188	14,41	344.524,00	187,55	1.080	1.079.845,80	3,72
Montividiu do Norte	4.122	4.479	1.426	1.149	786	1.930	43,11	149.019,00	189,59	48	47.904,00	1,07
Mozarlândia	13.404	15.659	2.435	2.078	1.206	3.675	23,47	241.149,00	199,96	335	334.330,00	2,14
Mundo Novo	6.438	4.887	1.214	1.030	481	867	17,75	78.938,00	164,11	141	143.712,00	2,89
Mutunópolis	3.849	3.778	754	600	339	819	21,69	51.041,00	150,56	65	64.870,00	1,72
Niquelândia	42.361	46.388	5.465	4.151	2.004	5.209	11,23	263.529,00	131,5	1.175	1.174.646,40	2,53
Nova Crixás	11.927	12.869	2.369	1.979	844	2.203	17,12	120.633,00	142,93	318	318.362,40	2,47
Nova Iguaçu de Goiás	2.826	2.929	415	314	146	367	12,53	21.547,00	147,58	23	22.954,00	0,79

Novo Planalto	3.956	4.495	1.024	873	514	1.321	29,40	85.417,00	166,18	47	46.906,00	1,05
Porangatu	42.355	45.394	5.854	4.693	2.236	6.450	14,21	348.233,00	155,74	2.020	2.019.973,20	4,45
Santa Tereza de Goiás	3.995	3.355	692	540	244	489	14,59	49.454,00	202,68	70	69.860,00	2,09
Santa Terezinha de Goiás	10.302	8.744	2.456	1.930	1.490	2.986	34,16	281.871,00	189,18	410	410.178,00	4,69
São Miguel do Araguaia	22.283	21.993	5.195	4.591	1.718	4.183	19,02	246.825,00	143,67	897	897.202,90	4,08
Trombas	3.452	3.500	784	632	289	705	20,16	43.216,00	149,54	46	45.908,00	1,31
Uirapuru	2.933	2.854	518	393	314	655	22,98	68.249,00	217,35	4	3.992,00	0,14
Uruaçu	36.929	40.532	5.692	4.449	1.092	2.922	7,21	132.004,00	120,88	1.718	1.716.560,98	4,24

Fonte: MDS (2019). Colaboração Coordenação do Programa Bolsa Família, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Integração (SEDS-GO).
Elaboração do autor.

Importante notar que aproximadamente 28 milhões de famílias no Brasil encontram-se cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, destas, mais de 13 milhões são beneficiárias do PBF, sujeitas portanto, ao recebimento dos benefícios sociais. E, de acordo com as informações prestadas pela Coordenação do Programa Bolsa Família da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS-GO), 20,33% da população brasileira (aproximadamente 43 milhões de pessoas) é beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e 2,20% (mais de 4 milhões de pessoas) do Benefício de Prestação Continuada (BPC). No estado de Goiás 13,58% da população (mais de 953 mil pessoas) é beneficiária do PBF e 2,22% (mais de 155 mil pessoas) do BPC. Na Região Norte, por sua vez, 21,35% da população (mais de 67 mil pessoas) é beneficiária do PBF e 3,19% (mais de 10 mil pessoas) do BPC.

As peculiaridades da Região Norte, no que se refere à dependência dos programas sociais, trazem preocupação. Excetuando-se os municípios de Crixás (12,27%), Niquelândia (11,23%), Nova Iguaçu (12,53%) e Uruaçu (7,21%), todos os demais excedem ao percentual dos beneficiários do PBF no estado de Goiás (13,58%) e 14 dos 26 (54%) superam à média de beneficiários do Brasil (20,33%) em relação à sua população.

Os municípios de Montividiu do Norte (43,11%, 1.930 pessoas), Campos Verdes de Goiás (37,01%, 1.792 pessoas) e Santa Terezinha de Goiás (34,16%, 2.986 pessoas) destacam-se com população beneficiária do PBF superior a 30% do total da população estimada de residentes (IBGE 2019).

Quanto aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que corresponde a um salário mínimo pago pelo Governo Federal a pessoas com deficiência de qualquer idade e a idosos, com idade superior a 65 anos, que tenham impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial cujas famílias apresentem renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa (MDS, 2019), 13 municípios se destacam, com percentual superior à média registrada no Estado de Goiás (2,22%) e no Brasil (2,20%), são eles: Campos Verdes (7,71%), Mara Rosa (4,54%), Porangatu (4,45%), Santa Terezinha de Goiás (4,69%), São Miguel do Araguaia (4,08%), Uruaçu (4,24%), Formoso (3,84%), Minaçu (3,72%), Campinorte (3,37%), Mundo Novo (2,89%), Niquelândia (2,53%), Nova Crixás (2,47%) e Crixás (2,38%).

Estes aspectos evidenciam tratar-se de região que possui graves problemas sociais e alta dependência dos programas assistenciais do Governo Federal como o PBF e o BPC.

A propósito, 3 dos municípios da Região Norte (Amaralina, Montividiu do Norte e Santa Terezinha de Goiás) integram o grupo dos 10 (dez) maiores Índices Multidimensionais de Carência das Famílias (IMCF) do Estado de Goiás, cruzamento de dados do Cadastro Único (CadÚnico) dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, com ênfase à moradia insalubre, jovens entre 7 e 17 anos fora da escola e baixa renda (beneficiários do Bolsa Família), desenvolvido pelo Instituto Mauro Borges (IMB), que insiste em afirmar que as vulnerabilidades estão relacionadas a fatores que extrapolam simplesmente a baixa renda, a dependência do Programa Bolsa Família, conforme se observa nas justificativas do IMB (2019):

o IMCF tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado no “Relatório Final da Comissão de Estados da Legislação Social Brasileira” proposto por Alkire e Foster (2009 e 2011) e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de parceria com a Universidade de Oxford. Contudo, o objetivo primordial do IMCF não é o de mensurar *per se* a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, mas sim identificar quais são as principais carências dos domicílios goianos, para assim poder direcionar as políticas públicas que visam transformar as condições de vida da população mais carente do estado. Vale salientar que o termo carência é entendido aqui como a necessidade de alguma coisa básica; uma falta, uma privação, como a carência de alimentação, por exemplo. Pode representar adicionalmente uma necessidade emocional e/ou afetiva. Assim, diante dessa visão mais abrangente, parte-se do princípio de que as carências não são referentes apenas à privação de renda necessária para a manutenção de um padrão minimamente satisfatório de consumo de bens e serviços (IMB, 2019, s/p.).

Apresenta-se, para maior compreensão, a relação dos 10 (dez) municípios detentores dos maiores Índices Multidimensionais de Carência de Famílias (IMCFs) do estado de Goiás, que não é uniforme no estado e os mais carentes estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, conforme exposto na Tabela 13.

Tabela 13: Municípios com maiores IMCFs do estado de Goiás (Setembro/2019)

	MUNICÍPIOS	REGIÕES	IMCF	
			MÉDIA	MÁXIMA
0	Estado de Goiás	Goiás	0,167	0,889
1	Amaralina	Norte	0,259	0,778

2	Campinaçu	Norte	0,233	0,722
3	Cavalcante	Nordeste	0,300	0,889
4	Colinas do Sul	Nordeste	0,268	0,889
5	Heitorai	Noroeste	0,230	0,722
6	Matrinchã	Noroeste	0,230	0,667
7	Monte Alegre de Goiás	Nordeste	0,254	0,778
8	Montividiu do Norte	Norte	0,243	0,806
9	Santa Terezinha de Goiás	Norte	0,235	0,861
10	Teresina de Goiás	Nordeste	0,259	0,889

Fonte: Ministério da Cidadania (CadÚnico)

Nota 1: IMCFs – Índice Multidimensional de Carência das Famílias

Nota 2: Elaboração do Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado da Economia, com adaptações do autor.

1.5 Fatores Determinantes dos Fluxos Migratórios

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (GOIÁS, 2000) afirmava que a região participa com 15,5% de sua área total, possuía cerca de 6% da população do estado (300.807 hab.) e apresentava taxa anual de crescimento demográfico de -3,86% na oportunidade. Possuía densidade demográfica de 5,05 habitantes por quilômetro quadrado, com 77% de sua população vivendo nas cidades. A região possui boa distribuição espacial, onde 61% dos municípios apresentam entre 2 mil e 10 mil habitantes, apenas 4 municípios abrigam mais de 30 mil habitantes, como Minaçu (33.608), Niquelândia (38.573), Porangatu (39.593) e Uruaçu (33.530).

Entretanto, observa-se, o referido estudo já apontava fator migratório que continua a ocorrer atualmente:

um fenômeno social merece destaque na situação do Norte Goiano: trata-se da fuga migratória da população, com a perda de 12.084 habitantes para outras regiões, no período intercensitário (1991-2000). Tal fenômeno tem estreito nexos com a atividade garimpeira da região e a questão educacional com a fuga de jovens em busca de ensino superior na capital (GOIÁS, 2000, p. 7).

Os dados demonstram queda populacional de -3,86% no período 1991/2000 e evolução de 4,54% no período 2010/2017 na Região Norte do estado de Goiás, em contraste com o estado de Goiás, a Região Centro-Oeste e o Brasil, que no último período, apresentaram evolução populacional de 15%, 14% e 10% respectivamente, aspecto que demonstra a redução populacional ocorrida na região no primeiro período e modesta evolução no segundo

período, no comparativo com a Região Norte do Estado de Goiás e o Centro Oeste do país, conforme se pode notar na Tabela 14.

Tabela 14: Crescimento Demográfico Brasil, Goiás e Região Norte – comparativo anos 1991/2000 e 2010/2018

Território	Comparativo anos 1991/2000 e 2010/2018					
	1991 A	2000 B	2010 C	2018 D	Crescimento B/A	Crescimento D/C
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.732.694	210.147.125	15,64%	10,18%
Centro Oeste	9.427.601	11.636.728	14.058.094	16.085.885	23,43%	14,42%
Goiás	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.921.161	24,49%	15,28%
Região Norte de Goiás	312.891	300.807	308.127	*322.105	-3,86%	4,54%

Fonte: IBGE (2018) com dados compilados pelo autor

Nota: *dados ano 2017

A Tabela 14 possui relação direta com o exposto ainda na Tabela 4, onde notou-se que no período 1991 a 2017, houve redução significativa em 6 dos 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, que tiveram taxas negativas, destacando-se Campos Verdes, cuja população passou de 16.648 em 1991 para apenas 3.399 residentes em 2017 (redução de aproximadamente 80% dos seus moradores) que migraram para outras cidades conforme se observa também na Tabela 12 (IBGE/IMB) que traz os 26 municípios da Região Norte do estado de Goiás.

A propósito, Matsuura e Pasqualetto (2019) destacaram esta “povoação” dos anos 1980 que conferiu o título de Capital das Esmeraldas à cidade e a “despovoação” posterior que trouxe “tristeza e desencanto aos moradores”, marcada pela migração para outros centros urbanos e a decadência ocorrida naquele município (SILVA, 2006 *apud* MATSUURA; PASQUALETTO, 2019):

Esse processo de decadência pode ser percebido na população do município que na década de 1980, período áureo da exploração de esmeraldas, possuía uma população de aproximadamente “30.000 (trinta mil) habitantes, sendo 25 (vinte e cinco mil) na zona urbana e 4.000 (quatro mil) na zona rural, até os meados da década de 1990, porém com a decadência do garimpo de esmeraldas esta população diminuiu consideravelmente (SILVA, 2006 *apud* MATSUURA; PASQUALETTO, 2019, p. 65).

Tabela 15: População residente e taxa média geométrica de crescimento anual 1991/2017 (IBGE/IMB), com adaptações do autor

Municípios	População residente				Taxa geométrica de crescimento anual (%)			
	1991	2000	2010	2017(1)	1991/ 2000	1991/ 2010	2000/ 2010	2010/ 2017

Alto Horizonte (2)	-	2.564	4.505	5.784	-	-	5,80	3,63
Amaralina (3)	-	3.074	3.434	3.754	-	-	1,11	1,28
Bonópolis (3)	-	2.598	3.503	4.143	-	-	3,03	2,43
Campinaçu	4.483	3.707	3.656	3.740	-2,09	-1,07	-0,14	0,33
Campinorte	8.257	9.641	11.111	12.321	1,74	1,51	1,43	1,49
Campos Verdes	16.648	8.057	5.020	3.399	-7,75	-6,11	-4,62	-5,42
Crixás	22.213	14.673	15.760	16.893	-4,50	-1,79	0,72	1,00
Estrela do Norte	3.387	3.398	3.320	3.379	0,04	-0,11	-0,23	0,25
Formoso	6.158	5.589	4.883	4.623	-1,07	-1,21	-1,34	-0,78
Mara Rosa	21.291	11.939	10.649	10.228	-6,23	-3,58	-1,14	-0,57
Minaçu	32.288	33.608	31.154	30.696	0,45	-0,19	-0,76	-0,21
Montividiu do Norte (2)	-	3.789	4.122	4.447	-	-	0,85	1,09
Mozarlândia	10.078	11.186	13.404	15.125	1,17	1,51	1,83	1,74
Mundo Novo	5.476	8.109	6.438	5.661	4,46	0,86	-2,28	-1,82
Mutunópolis	4.064	3.958	3.849	3.906	-0,29	-0,29	-0,28	0,21
Niquelândia	40.751	38.573	42.361	45.913	-0,61	0,20	0,94	1,16
Nova Crixás	11.102	11.061	11.927	12.810	-0,04	0,38	0,76	1,03
Nova Iguaçu de Goiás (2)	-	2.746	2.826	2.961	-	-	0,29	0,67
Novo Planalto	4.394	3.432	3.956	4.387	-2,71	-0,55	1,43	1,49
Porangatu	41.086	39.593	42.355	45.305	-0,41	0,16	0,68	0,97
Santa Tereza de Goiás	5.102	4.697	3.995	3.710	-0,91	-1,28	-1,61	-1,05
Santa Terezinha de Goiás	16.522	12.015	10.302	9.622	-3,48	-2,46	-1,53	-0,97
São Miguel do Araguaia	19.169	22.793	22.283	22.684	1,94	0,80	-0,23	0,26
Trombas	6.493	3.434	3.452	3.571	-6,83	-3,27	0,05	0,49
Uirapuru (2)	-	3.043	2.933	2.961	-	-	-0,37	0,14
Uruaçu	33.929	33.530	36.929	40.082	-0,13	0,45	0,97	1,18
Total da Região	312.891	300.807	308.127	322.105	-0,44	-0,08	0,24	0,64
Total do Estado	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.778.772	2,46	2,14	1,84	1,75
Região / Estado (%)	7,79	6,01	5,13	4,75	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2018)

Nota: Elaboração do Instituto Mauro Borges/Segplan-Go com adaptações do autor. Gerência de sistematização e disseminação de Informações Socioeconômicas – 2018.

(1) Estimativa de 1º de julho

(2) Município instalado em 1993.

(3) Município instalado em 1º/01/1997.

Importante registrar que a redução de moradores causa impacto econômico, social e ambiental relevante, inclusive repercute diretamente na redução do Fundo de Participação Municipal (FPM), repasse de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, cuja dependência dos pequenos municípios em razão da baixa dinamicidade econômica e do seu custo mensal, aumenta gradativamente.

A busca por terras para o plantio e a criação do gado foram as primeiras motivações das pessoas de outras regiões que rumaram para o médio norte goiano, para além dos municípios de Itapaci e Pilar para, posteriormente, dar origem a novos municípios como Santa Terezinha de Goiás, Nova Crixás, Uirapuru, Alto Horizonte, Campos Verdes e outros, emancipados a partir da década de 1960. Era terra selvagem, sem estradas, que para serem atingidas era preciso “abrir picada”, pequenas trilhas feitas a foice, sujeitando-se ao ataque de animais, como se pode observar nas ponderações da Professora Célia, autora do livro *Santa Terezinha de Goiás e suas reminiscências* (LOPES, 2010):

A partir de Itapaci – GO foi preciso abrir estradas onde só havia trilhas de animais selvagens. Verdadeiros Bandeirantes venceram diversos obstáculos para alcançar o objetivo. Fizeram pontes de buritis, abriram estrada com foice, machado, enxada, ferramentas rudimentares. Cozinharam em trempes, dormiram sob a luz das estrelas. Aqui chegando, a primeira coisa que fizeram foi erguer uma cruz tosca e rezaram um terço. Durante o primeiro ano, foram doados mais de 30 lotes para pessoas carentes, para que viessem habitar aqui. Não havia absolutamente nada, a não ser as coisas criadas por Deus: mata virgem, animais, água, terra, sol, lua, estrelas (LOPES, 2010, p. 17).

Muitos anos, desafios e disputas políticas depois a Lei Estadual n. 4.705/1963 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e sancionada pelo governador Mauro Borges Teixeira, conforme descrito por Godoi (2012):

A promulgação dessa lei estadual desmembrou o distrito de Santa Terezinha de Goiás da cidade de Pilar de Goiás, elevando-o à categoria de município, passando a ser reconhecido oficialmente como Santa Terezinha de Goiás (GODOI, 2012, p. 34).

Os atrativos para o exercício da agricultura e a pecuária que marcaram os primeiros anos de criação dos municípios, baseados na doação de lotes de terras e fazendas à venda com preço modesto, propiciou o início a processo de crescimento populacional regular nas três primeiras décadas pós-emancipação.

No período entre 1980/1991 a população do município cresceu 51% em razão do surgimento e do apogeu do garimpo de esmeraldas (GODOI, 2012). Porém, já no final dos anos 1990 iniciou-se contínua redução do quantitativo de moradores na maioria dos pequenos municípios da Região Norte do estado de Goiás, principalmente Santa Terezinha de Goiás, que no Censo de 2000

apresentou decréscimo de 26% em comparação com o Censo de 1991, motivado principalmente pela desativação do garimpo de esmeraldas, aspecto já destacado pelo referido autor em sua obra “Santa Terezinha de Goiás, releitura da história e contemporaneidade”, citando que “o crescimento populacional da cidade de Santa Terezinha de Goiás foi negativo entre 2000 e 2012, ou seja, houve decréscimo populacional, que variou entre -0,17 a -5,22” (GODOI, 2012, p. 78).

Destaca-se ainda que, em 1970, 70% da população do município vivia na zona rural e, em 2010, este número caiu para apenas 24%. A motivação principal, segundo o autor, seria a perda da capacidade produtiva e a falta de condições de subsistência das pequenas propriedades rurais, além da “cultura” do campo, que se perdeu em razão das facilidades do garimpo, aspectos que teriam provocado a migração para a sede do município ou para outras cidades.

A exploração de minerais representou forte atrativo ao povoamento do estado de Goiás, a partir dos Bandeirantes oriundos de São Paulo e Minas Gerais ainda no século XVIII, responsável ora por sua “povoação” com a sua busca, ora por sua “despovoação” com a decadência desta atividade econômica ocorrida a partir da segunda metade do século XX, conforme observa Cardoso Júnior (2015).

Somente no final do século XX a atividade retomou com vigor a sua produção, o que possibilitou ao estado de Goiás ocupar a 4ª posição entre os maiores produtores minerais do Brasil (6,25% da produção nacional) e responder por 70% da produção do Centro Oeste segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (ANM, 2010). No ano 2012, 18% das exportações do estado tinha origem na produção mineral (SEGPLAN, 2013), destacando-se Barro Alto, Crixás, Catalão e Alto Horizonte:

É nesse cenário de consolidação da importância do estado de Goiás na produção mineral do Brasil que se destaca a região do “Vale do Rio Crixás”. Participam dessa região 12 municípios, sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Campos Verdes, Crixás, Guarinos, Itapaci, Mara Rosa, Mundo Novo, Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Santa Terezinha de Goiás e Uirapuru (CARDOSO JÚNIOR, 2015, p. 4).

Como se pode observar, a região que Cardoso Júnior (2015) denomina por “Vale do Crixás” possui municípios das mesorregiões Norte, Noroeste e

Centro do estado e há relevante contribuição do setor minerador à economia da região no período, o que provoca aumento populacional a partir do incremento do nível de atividade econômica.

Ainda segundo o autor:

A presença do capital minerador na região tem provocado mudanças econômicas e socioespaciais nos municípios que a compõem. De 2001 a 2011 a economia da região cresceu cerca de 490%, número superior ao crescimento das três microrregiões (quando analisadas separadamente) onde o vale se situa. Além disso, podemos destacar o crescimento populacional da região, que girou em torno de 13% de 2000 a 2010 etc.

Cabe destacar que de todos os municípios que possuem reservas minerais no “Vale do Rio Crixás” (total de sete) seis deles (Alto Horizonte, Crixás, Guarinos, Mara Rosa Mundo Novo e Pilar de Goiás) possuem a atividade extrativa mineral... etc.

Grandes reservas como a de Cobre, Barita e Ouro em Mara Rosa, bem como o Talco em Amaralina e de Cianita em Santa Terezinha de Goiás ainda permanecem inexploradas (CARDOSO JÚNIOR, 2015, p. 6).

A respeito do crescimento demográfico provocado pelo exercício da mineração quando ocorre a melhoria do nível de atividade, típico na região, no mesmo período 4 (quatro) municípios do entorno imediato de Santa Terezinha de Goiás, Guarinos (Região Centro), Mara Rosa, Mundo Novo e Uirapuru, perderam contingente populacional. No caso de Mundo Novo, houve decréscimo de 36% dos moradores em uma década. Tal disparidade chama a atenção por destoar do entendimento maior atividade = maior população, o que leva a refletir sobre outros fatores, dentre eles a atividade pecuária como concentradora e a automação na atividade garimpeira, que estima-se como motivo de migração populacional para outros municípios, em especial para a capital Goiânia, identificada no período.

Ao referir-se a depósitos minerais ainda não explorados em sua plenitude como o ouro em Mara Rosa, o talco em Amaralina e a cianita em Santa Terezinha de Goiás, pode-se inferir o potencial econômico destes municípios para os próximos anos, a partir das eventuais ampliações das demandas do mercado por estes minerais. Porém, o aumento populacional estima-se, em menor escala, a se considerar o nível de mecanização das modernas indústrias extrativas minerais.

A maioria dos municípios mais antigos passou por processo similar de crescimento nos primeiros 30 (trinta) a 40 (quarenta) anos da sua existência e

de decadência econômica e populacional nos 30 (trinta) anos seguintes, e os mais recentes apresentaram queda a partir do final da década de 1980, salvo exceções como o município de Itapaci, localizado geograficamente na Região Centro e que figura entre os 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, possuiu torrefadora de café, indústria de processamento de tomates e ainda mantém usina de álcool em seu município, atividades geradoras de emprego e renda, distante apenas 63 km do município de Santa Terezinha de Goiás, na região central do estado e a cerca de 20 km da BR-153 ou Rodovia Transbrasiliana que atravessa o país, ligando a capital federal Brasília a Belém, Capital do Estado do Pará.

A propósito, tratando-se de ocupação do território e desenvolvimento, vale registrar a contribuição teórica de Hirschman (1961), citada por Dalosto e Pasqualetto em artigo apresentado no Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional – Enanpur, realizado na cidade de Natal, RN (2019):

O economista define inicialmente a diferença entre capital fixo social (CFS) e atividades diretamente produtivas (ADP). O capital fixo social (CFS) compreende os serviços básicos sem os quais as atividades produtivas não podem funcionar, sendo, em um sentido mais amplo, todos os serviços públicos 'desde a justiça e a ordem, através da educação e a saúde pública, até o transporte, comunicações, suprimento de água e de energia' (HIRSCHMAN, 1961, p. 131 *apud* DALOSTO; PASQUALETTO, 2019).

Percebe-se, portanto, que embora a localização geográfica exerça influência e os transportes sejam importantes, não bastam a proximidade e/ou a acessibilidade aos centros demandantes consumidores para que haja o desenvolvimento das localidades. É preciso ocorrer um conjunto de ofertas que contemplem desde o ordenamento jurídico que produza a justiça e a ordem, a educação, saúde pública, as comunicações e até mesmo aos suprimentos de água e energia, em ação compartilhada entre o governo (setor público) e o mercado (setor privado). Portanto, desenvolvimento e desigualdades regionais tem relação direta com Políticas Públicas em toda a sua amplitude e complexidade.

A segunda onda de migrações rumo ao Centro-Oeste viria com a idealização da transferência do Governo Federal para Brasília nos anos 1950, cuja efetiva inauguração se deu em 1960, integrava o Plano de Metas idealizado pelo Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira e tornou-se parte

do projeto de ocupação do cerrado, conforme observa Oliveira (2017) em sua tese de doutorado:

O Plano de Metas considerou a nova capital como uma nova frente de expansão econômica, o que se afirma pela construção e pela expansão rodoviária originadas a partir dela. Para Bezerra e Cleps JR. (2004), a rodovia Belém – Brasília (BR 153), por exemplo, teve relevância ao possibilitar a integração das regiões localizadas ao norte do estado de Goiás à região sudeste do país. Nota-se o papel de Estado na intervenção econômica e territorial do país ao incentivar o crescimento da indústria automobilística estrangeira através da expansão das rodovias e de um mercado consumidor para esse setor da indústria (OLIVEIRA, 2017, p. 67-79).

A BR-153 ou Rodovia Transbrasiliana tornou-se verdadeiro fator de integração do norte do estado de Goiás aos estados do Tocantins, Pará e Maranhão, e principalmente à capital Goiânia no que se refere ao escoamento da produção e ao transporte de pessoas. Deu vigor também às estradas estaduais, as denominadas “GOs” que dela derivam rumo ao médio norte, à sua margem, como as GO-336 e GO-154 que liga a BR-153 aos municípios de Itapaci, Pilar e Santa Terezinha de Goiás, daí para Crixás, Campos Verdes e aos demais municípios do seu entorno, em sua maioria, componentes da chamada região mineradora. Ressalta-se que até meados da década de 1980 a maioria destes municípios estavam relegados ao quase completo abandono, posto que as estradas de acesso sequer eram asfaltadas e era difícil o acesso, principalmente na estação chuvosa, período que ocorre entre novembro a abril de cada ano.

Segundo Leite e Steinberger (2015) deu-se início a uma nova região mineradora em Goiás, delimitada a partir dos anos 1960 ao norte do estado, marcada por duas fases: a primeira em Minaçu com a extração de amianto, de níquel em Niquelândia e ouro em Crixás; posteriormente, em 1980, ocorreu grande afluxo de garimpeiros para Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, que declinou nos anos 1990. A segunda se deu a partir dos anos 2000 com a extração de cobre e ouro em Alto Horizonte e de níquel e bauxita em Barro Alto. Observaram ainda:

O interesse das empresas mineradoras pelo norte de Goiás está expresso nos dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de que, em 2013, 80% dos investimentos realizados no estado em áreas de títulos de lavra já concedidos por esse órgão, responsável pela regulação do setor, ocorreram nessa porção

territorial. Ademais disso, no estado, todos os requerimentos de concessão de lavra para a extração de alumínio, amianto e cobre referem-se a jazidas do norte de Goiás, assim como aqueles relativos a extração de níquel, que ultrapassam 50%. As decisões empresariais de investir na instalação de unidades produtivas minerais exigem uma infraestrutura capaz de escoar a produção, o que leva ao terceiro critério, a acessibilidade viária (LEITE; STEINBERGER, 2015, p. 315).

Difícil ignorar que a atividade extrativa mineral tenha se constituído no maior fator de atração populacional para a nova fronteira mineral de Goiás, responsável pela maior produção do estado, no período 1989/2019, a exigir-se a instalação da “infraestrutura social” para a criação do ambiente de negócios e o escoamento da produção, por parte do governo, a fim de se promover o desenvolvimento local.

Mas a economia da Região Norte do estado, apesar do movimento maior em torno da atividade mineradora, não se restringe apenas aos garimpos de ouro, amianto, níquel, cobre e esmeraldas, há também significativa atividade pecuarista nos municípios de Crixás, Nova Crixás, São Miguel do Araguaia e, em menor escala, nos demais municípios como Santa Terezinha de Goiás.

O isolamento geográfico decorrente da ausência de estradas de qualidade para o tráfego de pessoas e escoamento da produção, além do fato de literalmente a maioria dos municípios se encontrarem “à margem” da BR-153, principal conexão do Sudeste/Sul com o Norte, parece ter condenado a região a pelo menos 1 (um) século de atraso. Cita Oliveira:

Para Costa (2013) Brasília foi pioneira em relação ao Norte e Oeste do país, pois se tornou polo de articulação inter-regional política e de empresas privadas, ao mesmo passo que rodovias que ligavam Brasília aos principais pontos do país eram construídas: Belém-Brasília (BR-153), Acre-Brasília (BR-364), Fortaleza/Brasília (BR-020), Belo Horizonte-Brasília (BR-040) e Goiânia-Brasília (BR-060). Teixeira Neto (2001) afirma que as atuais rodovias de integração nacional e regional desempenharam, e continuarão desempenhando, papel relevante para o processo de ocupação, povoamento e urbanização do território. Nesse sentido, o autor explica que a rodovia BR-153 significou a retirada do isolamento de Goiás e Tocantins do restante do país, uma vez que possibilitou a incorporação dos estados dos Cerrados à economia de mercado do território nacional (COSTA, 2013 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 72).

Depreende-se que a inexistência de Polos de Desenvolvimento na região, somada à localização à margem da BR-153 e à dependência da oscilante economia derivada da atividade garimpeira também tenham

contribuído para a baixa dinamicidade econômica e a redução populacional ocorrida no período.

1.6 Considerações Parciais

Os 26 municípios da Região Norte do estado de Goiás estão localizados entre 200 km a 600 km da Capital, não possuem polo de atração regional de maior relevância, apenas subpolos como Uruaçu, Niquelândia, Minaçu e Porangatu, municípios mais antigos e tiveram povoação acentuada nos primeiros 30 anos pós-emancipação, grande parte em razão da mineração. Apresentaram despovoação gradativa nos 30 anos posteriores, com base em dados do IBGE, em especial nos pequenos municípios, supondo-se que em razão da baixa dinamicidade econômica e a busca por oportunidades de trabalho e educação a migração tenha ocorrido principalmente para a capital, Goiânia e até mesmo para países do exterior, como Espanha e Estados Unidos.

A localização geográfica e as dificuldades de acesso e transportes precários que marcaram a região, onde até meados dos anos 1980 haviam poucas estradas asfaltadas e ausência de energia elétrica, podem também ter influenciado no seu atraso na corrida pelo desenvolvimento.

Os 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás apresentaram características comuns como: a maioria possui população inferior a 10 mil habitantes e baixa densidade demográfica; economia fortemente ligada à mineração; alta dependência do FPM para o custeio das suas atividades, principalmente a folha de pagamento dos servidores e dos Programas Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Governo Federal, destinados à população de baixa renda, tida como vulnerável, que entende-se convenientes à mitigação dos graves problemas sociais presentes nos municípios da região.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS E A REGIÃO NORTE DE GOIÁS

2.1 Considerações Iniciais

Neste capítulo pretende-se explicar o que são políticas públicas, a sua tipologia e finalidade, bem como, identificar e analisar a existência de Políticas Públicas que visem o desenvolvimento regional aplicadas na Região Norte de Goiás, as suas implicações e eventuais resultados obtidos, como forma de conferir maior dinamicidade econômica e viabilizar os municípios, como o de Santa Terezinha de Goiás, sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Buscou-se também realçar a responsabilidade dos gestores quanto à necessidade de se implantar e executar o planejamento legal, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros, utilizando-os de forma estratégica, com o objetivo de se efetivar as políticas públicas e realizar gestão técnica e eficaz, tendo em vista o desenvolvimento e a qualidade de vida.

Procurou-se na Metodologia, proceder à revisão da literatura buscando autores focados em políticas públicas e desenvolvimento regional, por meio de pesquisas prioritárias junto às plataformas CAPES, Scielo e Google Acadêmico, visando estabelecer relação com a realidade experimentada pelos municípios da Região Norte de Goiás, bem como, à cultura do planejamento e execução das políticas públicas e dos planos como instrumentos de gestão eficaz.

2.2 O que são Políticas Públicas

Não há que se falar em Políticas Públicas desprovida dos atores Estado, política, economia e sociedade, postos os objetivos e os efeitos por elas provocados sobre um povo, em um determinado território. Ampliando este entendimento, assim expressam Estêvão e Ferreira (2018):

As Políticas Públicas são, assim, instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre a o Estado e a Sociedade. Não há, entretanto, certeza de que os direitos sociais sejam efetivados, pois tudo irá depender da maior ou menor representatividade que cada segmento representado possui. Estêvão; Ferreira (2018, p. 172).

Assim, por meio das políticas públicas se objetiva dar solução a um problema ou demanda local ou regional que contará com a presença do Estado, das classes sociais, dos partidos políticos, dos grupos de interesse, dentre outros a fim de se tornar factível. Portanto, as políticas públicas de certa forma colocam o governo em ação, posto que elas devem expressar os seus propósitos, fruto dos programas de governo como PPA, Plano Plurianual, LDO Planos Diretores e outros, mas também as pressões da sociedade, das partes interessadas, gerando ações que irão impactar a vida dos cidadãos.

A se considerar o ambiente as políticas públicas podem ser nacionais, regionais ou municipais. Como política de desenvolvimento regional, em face às desigualdades, as políticas públicas podem ser de caráter regional, específicas para aquele determinado território, dadas as suas especificidades. As políticas públicas em muito se confundem com as políticas sociais, por exemplo, mas no entendimento do autor, elas possuem caráter geral e uma constituiria a outra. Assim, as políticas públicas em amplo sentido, se fragmentam e adquirem uma tipologia que as caracterizam segundo a sua característica e finalidade.

2.3 Tipologia de Políticas Públicas

Considerando-se que as demandas nacionais, regionais e municipais são as mais diversas, em especial quando se refere a regiões não contempladas pelo desenvolvimento propiciado pelo mercado, as Políticas Públicas possuem diferentes tipologias. Segundo a tipologia, as Políticas Públicas adquirem quatro formatos, definidos por Theodor Lowi (1964; 1972 *apud* SOUZA, 2006):

O primeiro é o das **políticas distributivas**, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar

certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das **políticas regulatórias**, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das **políticas redistributivas**, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das **políticas constitutivas**, que lidam com procedimentos (THEODOR LOWI, 1964; 1972 *apud* SOUZA, 2006).

Sabe-se popularmente dos desejos ilimitados e dos recursos limitados, princípio da economia que permeia a sociedade como um todo. As políticas distributivas ignoram este princípio, privilegia pessoas, grupos sociais ou região e estão associadas ao chamado “clientelismo” e “patrimonialismo” muito comuns na realidade brasileira.

As políticas regulatórias, por sua vez, são normalmente percebidas pela sociedade, pois se referem às normas e à burocracia como um todo, aos políticos e grupos de interesse.

As políticas redistributivas são as de mais difícil implementação, pois dizem respeito àquelas que afetam a todos, impõem ganhos e perdas para uns e outros, no presente e no futuro, tidas como universais dado este aspecto. Como exemplo cita-se os sistemas tributário e previdenciário, amplamente conhecidos.

O quarto formato, das chamadas políticas constitutivas, trata diretamente com os procedimentos, essenciais para que ganhem forma e se traduzam em ações efetivas, produzindo impacto nos campos econômico, social, educacional, de saúde etc., conforme a sua espécie.

Ainda segundo Souza (2006) a política pública trata-se de processo dinâmico, cujo ciclo é constituído por estágios como: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Assim, sob o ponto de vista da economia e da gestão, o planejamento do gestor público colide com a pressão dos grupos de interesse e da sociedade, a fim de se priorizar as ações de maior relevância na formação de uma agenda; levantamento das alternativas viáveis à implementação; escolha da melhor alternativa, daquela mais aplicável, que possa produzir o melhor efeito e causar o menor custo; processo de definição das ações que levarão à

sua implementação; e, por fim, submeter a política pública à avaliação, principalmente das partes diretamente interessadas.

2.4 Políticas Públicas e o Desenvolvimento Regional do Norte Goiano

A cultura do planejamento após inúmeros planos obteve maior ênfase no país a partir do governo militar de 1964, mediante a introdução dos Planos de Desenvolvimento. As desigualdades regionais seriam um obstáculo ao desenvolvimento do país, segundo Oliveira (2017):

Posteriormente, diferentes planos implementados pelo Governo Federal impactaram de forma direta e indireta os Cerrados do estado de Goiás a partir do golpe militar de 1964. As ações inseridas no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) eram voltadas ao desenvolvimento econômico do país através da busca pela resolução das desigualdades regionais... Eram um “obstáculo ao desenvolvimento econômico do país”. Diversas agências que buscavam suprir esses impasses regionais, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), são criadas ainda no governo Juscelino Kubitschek (OLIVEIRA, 2017, p. 67-79).

A partir dos anos 1970, em razão da política econômica, deu-se forte avanço industrial praticamente em todas as regiões e estados brasileiros conforme observou Pacheco (1996) no artigo “Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional”. Ainda segundo o autor:

houve crescimento absoluto das exportações em quase todas as regiões do país, entre o início da década de 80 e os anos 90, com uma pequena queda relativa da participação de São Paulo, sobretudo pelo aumento das exportações originárias do Centro-Oeste, Maranhão, Norte e Minas Gerais (PACHÉCO, 1996, p. 124).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) tinha a estratégia de desenvolvimento regional pautada especialmente na política de integração nacional. Assim, objetivava criar mercado interno capaz de manter o crescimento acelerado e autossustentável e permitir a progressiva desconcentração econômica. A desconcentração seria realizada mediante a implantação de polos regionais no Sul e no Nordeste (caráter agrícola-industrial), assim como no Planalto Central e na Amazônia, caráter (agrícola-mineral), complementando o polo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte por meio de incentivos regionais (BRASIL, 1971, p. 26-27).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) deu continuidade ao projeto de integração nacional, viabilizado pelo PIN, objetivando o aproveitamento econômico do território brasileiro. Dessa forma, o Governo Federal buscava implementar os grandes eixos rodoviários de penetração, programas de colonização ao longo das rodovias federais, especialmente na Transamazônica, com Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém e, também, implantar e pavimentar novas rodovias (MIGLIORINI, 2012, p. 118).

Assim, os efeitos das políticas de integração – criação de infraestrutura e expansão da fronteira agrícola conjuntamente subsídios –, previstas no I PND e II PND, podem ser observados nos seguintes relatos:

Os anos 70 foram a consolidação do processo de modernização da agricultura iniciado no final da década de 50. A articulação do crédito subsidiado à disponibilidade de insumos modernos, à criação de infraestrutura e à organização de um sistema de pesquisa e extensão, foi institucionalizada como um programa integrado de modernização e crescimento da agropecuária [...]. (FONSECA; SALLES FILHO, *apud* PACHECO, 1996, p. 63-64).

Quanto a esse período, Pacheco (1996, p. 64-65) descreve:

É fácil perceber a importância que esta política iria adquirir em termos de desenvolvimento regional brasileiro. Entre 1970 e 1980 foram incorporados mais de 70 milhões de hectares à área total dos estabelecimentos agropecuários, o que significou um acréscimo de 24% em relação a 1970, metade destes no Centro-Oeste. A expansão das lavouras e das pastagens plantadas foi, em termos relativos, ainda mais significativa: as áreas de lavouras cresceram 44% e as pastagens plantadas 104%. Este aumento de áreas, no contexto da introdução de novos produtos, significou muitas vezes ganhos expressivos de produtividade e da rentabilidade do setor, com impactos bastante diferenciados por regiões. Os ganhos maiores concentraram-se no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em que se estruturou uma forte agricultura exportadora e articulada, para frente e para trás, com a indústria. Os resultados deste processo seriam cruciais para determinar o desempenho na década seguinte, quando os mecanismos de financiamento calcados no forte subsídio de crédito rural iam sendo paulatinamente erodidos pela crise das finanças públicas (PACHECO, 1996, p. 64-65).

No III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND III) (BRASIL, 1980) instituído no Governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo, já se discutia, além do foco na agricultura e na pecuária, a questão mineral no capítulo destinado às Políticas Setoriais, setoriais e urbanas, capítulo VI – Outras políticas, conforme se descreve:

VI - Outros Setores – Mineração e Pesquisa Mineral. As principais orientações para o setor estão assim esquematizadas: - expandir e diversificar a produção, intensificando a pesquisa geológica e tecnológica e a exploração, objetivando o aumento da integração horizontal e vertical das atividades; - mobilizar ao máximo as potencialidades, inclusive nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde a eliminação dos estrangulamentos oriundos das deficiências de infraestrutura econômica e social é imperativa para a viabilidade da exploração; - melhorar a posição brasileira no que respeita ao abastecimento interno de produtos minerais, particularmente dos que são fontes energéticas (a exemplo do urânio e carvão) e dos que mostrem boas perspectivas de exportação ou que substituam importações de minerais estratégicos de que o País ainda é carente, como o cobre e o níquel; - conciliar o desenvolvimento das atividades com os interesses de proteção ao meio ambiente etc. (BRASIL, 1980, p. 79).

Em consonância com o planejamento traçado, no início da década de 1980, o então Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals de Oliveira Filho, visitou o município de Santa Terezinha de Goiás e autorizou a permissão de lavra de esmeraldas na Fazenda São João, localizada na zona rural do município de Santa Terezinha de Goiás, legalizando o garimpo até então informal, onde posteriormente, em 1989, viria a ser emancipado o município de Campos Verdes, desmembrado de Santa Terezinha de Goiás, no norte do estado de Goiás (SILVA, 2006).

A propósito, a portaria de n. 442, do Ministério das Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 04 de abril de 1984, tendo em vista as irregularidades na exploração, a iminência de conflitos e os riscos envolvidos, dentre outros aspectos, instituía e regularizava a área de mineração:

I - Fica destinada ao aproveitamento de Esmeralda, exclusivamente por trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata a área de aproximadamente 2.932ha, localizada no lugar denominado Fazenda São João, Distrito e Município de Santa Terezinha de Goiás, Estado de Goiás, delimitada por um polígono, que tem um vértice a 4.580 metros, no rumo verdadeiro de 66°35' SW, da confluência do Córrego Sujo com o Córrego do Sapo de coordenadas geográficas de latitude 14°15'27,2" Sul e longitude 49°36'27,9" WGr, e os lados a partir desse vértice com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 4.300m-W, 2.400m-N, 2.300m-E, 4.000m-N, 2.000m-E, 2.000m-N, 4.000m-E, 2.400m-S, 4.000m-W, 6.000m-S (BRASIL, 1984).

Em 2015 o Governo de Goiás atualizou o programa de nome “Polos de Desenvolvimento” com o objetivo de fomentar projetos de desenvolvimento

municipal/regional, realizando articulação intragovernamental, formando redes de parceiros dos setores público, privado e setores organizados da sociedade.

Focado na região de análise foi criado o Polo de Desenvolvimento Mineral do Norte Goiano, visando fomentar as atividades ligadas ao setor mineral e turístico local. O programa previa a pavimentação urbana, construção de praças terminais e portos turísticos, em parceria com órgãos federais e municipais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico (Goiás, 2016).

Tem-se também como objetivo a instalação de estruturas de fomento ao cooperativismo, produção de bens e serviços, fomento a projetos de desenvolvimento municipal e regional em parceria com empresas mineradoras, principalmente destinados à capacitação dos colaboradores, em parceria com institutos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outros (Goiás, 2016). Apenas em Porangatu, Niquelândia, Campos Verdes (Garimpo de Esmeraldas) e Crixás (Garimpo de Ouro) se reconhece a presença, que carece de maior contundência em nível regional, deste suporte do Sistema “S” oferecido por meio do SEBRAE, segundo as pesquisas do autor.

Destaca-se como promissora a iniciativa do Programa de Liderança Regional – o Líder Norte, realizado por meio de uma ação conjunta articulada pelo SEBRAE-GO, que tem como participantes os municípios de Porangatu, Alto Horizonte, Campinorte, Colinas do Sul, Estrela do Norte, Mara Rosa, Minaçu, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Trombas e Uruaçu, inclui objetivos e planos de ações estratégicas de promoção local, relacionadas à integração, incremento da produção e do turismo, das vias de acesso, participação do Sistema “S”, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), dentre outros, tendo em vista o desenvolvimento da Região Norte do estado de Goiás (Diário do Norte, 2018).

Porém, os esforços empregados para a geração de emprego e renda ao longo do tempo, a observar-se a elevada dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ao custeio municipal, os indicadores sociais acima da média estadual, como o Programa Bolsa Família (BPF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) sinalizam até o momento, modesta apropriação da riqueza gerada e baixo efeito das políticas públicas aplicadas na região.

No Estado de Goiás, a produção e as exportações derivam do agronegócio, principalmente grãos de soja; da pecuária, concentrada em bovinos e suínos e da mineração em geral, principalmente a extração de ouro. Porém, se o agronegócio é atividade exercida em pouca escala na Região Norte, o setor minerador se sobressai.

Somente nas últimas duas décadas (2010 a 2019) ganhou relevância a criação do gado bovino, predominante nos municípios de Nova Crixás, Crixás, São Miguel do Araguaia, Porangatu e em menor número nos demais municípios, inexistindo indústrias processadoras de alimentos em maior porte, na região.

Os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Estadual propiciaram a instalação de indústrias de gêneros alimentícios e do setor automobilístico principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Rede Metropolitana da cidade de Goiânia (Capital do estado).

O “Produzir”, programa estadual que consiste no financiamento, a depender da região, de até 98% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a juros convidativos (0,2% ao mês), devido por empresa que se propõe a instalar ou ampliar a sua operação no estado, propiciou a montagem da fábrica da Perdigão em Rio Verde (Brasil Foods atualmente), das montadoras de veículos *Hyundai* em Anápolis e *Mitsubishi* em Catalão, tornando Goiás o 5º estado brasileiro na produção de veículos, obtendo-se 5,5% de participação nacional (GOIÁS, 2016).

Conforme Análise Retrospectiva 2016 apresentada pelo Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (SGC-Goiás) os investimentos se concentraram no setor sucro-alcooleiro, automotivo, farmacêutico e de bebidas, nas regiões Sudeste, Sul, entorno da Capital, além das implementações também concentrarem a geração de emprego e renda nestas localidades no período 2001/2011 (GOIÁS, 2016). Não se identificou a incidência de experiências semelhantes na Região Norte do estado.

Ainda, o Governo de Goiás, por meio da sua página www.goias.gov.br, na aba Ações de Governo/Desenvolvimento Econômico, propõe a regionalização do desenvolvimento, com atração de empresas para todas as regiões do estado, onde afirma que “60% das empresas instaladas em Goiás estão sediadas em 4 municípios: Goiânia (41,78%), Aparecida de Goiânia,

Senador Canedo e Anápolis”, aspecto que, evidentemente, justifica a iniciativa (GOIÁS, 2019).

Quanto à existência de Polos de Desenvolvimento, com base em estudos do IMB (2011) intui-se a ocorrência de baixo índice de polarização da Região Norte na visão de Hirschmann (1961) e, mesmo aprofundando a análise por identificação de subpolos de desenvolvimento, prevalecem municípios detentores de população superior a 20 (vinte) mil habitantes definidos como enclaves, exemplos de Niquelândia, Uruaçu e Porangatu, de modo a se identificar na região o que convencionou-se denominar por “vazio econômico”, onde a força de atração das cidades é baixa e a maioria destes municípios da Região Norte do estado de Goiás são influenciados diretamente pela capital, Goiânia, deles distante cerca de 200 a 600 km.

No âmbito da busca por solução às desigualdades regionais e buscando-se o propósito do Desenvolvimento Regional, as políticas públicas exercem importante papel, a exemplo da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO (2016).

A SUDECO, foi extinta em 1990, recriada em 2009 e possui como competência:

definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste; elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); formular programas e ações com os ministérios para o desenvolvimento regional; articular a ação dos órgãos e entidades públicos e fomentar a cooperação dos entes econômicos e sociais representativos da região etc. (SUDECO, 2016).

Até a definição do novo Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (PDRCO) 2020-2023, apresentado em Agosto/2019 (SUDECO, 2019), cuja finalidade é a promoção do desenvolvimento regional sustentável, com atuação direta no desenvolvimento regional, infraestrutura moderna, processos informatizados, gestão de fundo de relevância, assim exposto na página mantida na internet pelo órgão, não se observou presença relevante de atividades financiadas pelo FCO Empresarial, FCO Rural, Financiamento à Mini e Micro Geração de Energia Solar (pessoas físicas), destacando-se a atuação do Banco do Brasil e Bancos particulares na oferta do Crédito Rural para

aquisição de máquinas e equipamentos, custeio e investimento na região, principalmente nos municípios de menor porte (população inferior a 5 mil habitantes).

Portanto, a baixa incidência de atendimento em maior escala por parte do órgão na região, evidencia certo alheamento à causa do desenvolvimento local de um lado, e a ausência de demanda dos gestores públicos no carreamento destes importantes recursos para fomento às atividades produtivas, que por consequência elevaria o nível de atividade e geraria emprego e renda.

Imagina-se que a política agrícola tenha sido uma das primeiras políticas públicas disponibilizadas para a região, por meio da oferta do chamado Crédito Rural para investimento, custeio, aquisição de máquinas e equipamentos.

A oferta do Crédito Rural exerceu papel relevante no contexto do interesse público em fomentar a atividade agrícola e pecuária no país, segundo Marques (2015):

Tão importante é a sua função, que se pode dizer, sem receios da crítica especializada, que ele está para a Política Agrícola, como a função social está para o Direito Agrário. Ele constitui o centro em torno do qual gravitam, praticamente, todas as demais medidas elencadas como instrumentos da política agrícola. Sem o crédito rural, não se pode falar em assistência técnica, em distribuição de sementes e mudas, em inseminação artificial, em mecanização agrícola, em preços mínimos, em eletrificação rural, no próprio seguro agrícola e até mesmo em extensão rural. Tudo gira em volta do crédito rural (MARQUES, 2015, p. 334).

Com base em Marques (2015), tem-se que o Banco do Brasil, pioneiramente, criou esta linha especializada de crédito destinada ao produtor rural em 1937, e em 1965 foi institucionalizado por meio da Política de Crédito Rural (Lei n. 4.829/1965). O novo Governo Federal de 1964 o manteve junto ao conjunto de reformas que implantava no país e criou o Banco Central do Brasil, que se responsabilizou pela sua execução a partir de 1965 (MARQUES, 2015).

Os objetivos do Crédito Rural estão direcionados para as atividades agrárias, priorizando-se: a) estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários; b) favorecer o custeio da produção e a comercialização dos produtos; c) possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais; e d) incentivar a absorção de métodos racionais de produção

pelos produtores rurais, com vista ao aumento da produtividade e à melhoria do seu próprio padrão de vida.

Registra-se que o crédito rural era oferecido principalmente por meio do Banco do Brasil (público) e o Bradesco (privado), as casas bancárias pioneiras na região, basicamente concentrados nas opções de custeio e investimento, sob oferta restrita a poucos tomadores, de modo que produziu efeitos modestos e destaque a poucos municípios da região, na área agropecuária, dada a baixa dinamicidade econômica que impera na maioria.

Merece destaque, a despeito das reclamações dos agricultores das dificuldades de acesso ao crédito e o espaço para incremento da aplicação da política pública na maioria dos municípios, o apoio do Governo de Goiás realizado por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) ao pequeno agricultor, baseado no fornecimento de sementes, tecnologia, formas e técnicas de produção que garantam a produção rentável e sustentável para os cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf DAP) (Goiás, 2019).

Seria de se imaginar a existência de maior dinamicidade econômica na região, dada a recriação SUDECO e criação do Polo de Desenvolvimento Mineral (Goiás, 2015), em face aos seus propósitos, cujas existências derivam de políticas públicas de ordem econômica e social, o que na prática não se traduziu, posto não se identificar a existência de placas demarcativas de projetos impactantes apoiados pelas instituições nos 10 (dez) municípios do entorno da cidade de Santa Terezinha de Goiás e baixa incidência nos demais.

No âmbito da compensação ambiental, como política pública que visa reparar danos ao meio ambiente decorrentes das atividades econômicas eventualmente ocorridos nos municípios do estado de Goiás, registra-se a existência, no estado de Goiás, do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços-Ecológico (ICMS-E), que amplia e redistribui os recursos financeiros oriundos do ICMS, àquelas unidades municipais que atendam a determinados critérios ambientais fixados por lei.

O ICMS-E foi instituído e regulamentado no estado de Goiás pela Emenda Constitucional n. 40/2007, pela Lei Complementar de n. 90/2011 e pelo Decreto n. 8147/2014 (SEMAD, 2019). A sua concessão e gestão é efetuada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD-GO) e os recursos são repassados pela Secretaria da Economia do Estado de Goiás aos municípios contemplados.

Seu requerimento pelos municípios exige possuir em seu território Unidade de Conservação registrada no Cadastro Estadual próprio ou mananciais de abastecimento público em municípios confrontantes, desde que atendam a diversos critérios ambientais e de conservação, dispositivos legais demonstrados na página que a SEMAD mantém na internet, destacando-se:

- a) Ações de gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive lixo hospitalar e resíduos da construção civil – coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos, aterros sanitários, incineração, reciclagem e compostagem;
- b) ações efetivas de educação ambiental na zona urbana e rural, nas escolas e grupos da sociedade organizada, instituídas por intermédio de lei municipal e/ou programas específicos;
- c) ações de combate e redução do desmatamento, com a devida fiscalização e comprovação da efetiva recuperação de áreas degradadas - reflorestamento;
- d) programas de redução do risco de queimadas, conservação do solo, da água e da biodiversidade;
- e) programa de proteção de mananciais de abastecimento público;
- f) identificação de fontes de poluição atmosférica, sonora e visual, e comprovação das medidas adotadas para a minimização dessas práticas;
- g) identificação das edificações irregulares, bem como a comprovação das medidas adotadas para sua adequação às normas de uso e ocupação do solo;
- h) programas de instituição e proteção das unidades de conservação;
- i) elaboração de legislação sobre a política municipal de meio ambiente, incluindo a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as peculiaridades locais, respeitadas as legislações federal e estadual sobre o assunto.

O ICMS Ecológico se constitui em importante recurso financeiro para os municípios beneficiados, em face à sua destinação para reparação e

conservação ambiental e o fato de eventuais acidentes ou desastres ecológicos serem atendidos prioritariamente por eles que, caso não disponham do recurso, precisarão recorrer ao caixa municipal.

Também é importante porque obriga os municípios contemplados a manterem ao menos uma Unidade de Conservação Ambiental ou serviços de proteção de mananciais no município ou confrontantes, de modo a se preservar os recursos hídricos, a fauna e a flora locais.

2.5 Responsabilidade de Planejamento e Execução como Fator de Efetivação das Políticas Públicas e Redução das Desigualdades Regionais

No que se refere ao papel dos gestores públicos em geral, especialmente os municipais, sabe-se que o funcionamento regular do Estado, instrumento imposto à sociedade para a gestão dos cidadãos a fim de se evitar a barbárie e o império da lei do mais forte, principalmente para os menos favorecidos economicamente, que invariavelmente sempre dependem dos serviços públicos em maior escala para viver, possibilita maior simetria e igualdade de oportunidades entre os cidadãos (OLIVEIRA, 2017).

Sabe-se da ineficácia do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal no que se refere à cobrança absurda de impostos, exigidos para que se custeie a pesada máquina estatal e, ao mesmo tempo, da prestação precária de serviços públicos de baixa qualidade, do tratamento assimétrico ao cidadão, apesar da “Constituição Cidadã” e de farta legislação infraconstitucional a respeito, quando deixa de cumprir o desiderato de promover o bem comum.

É responsabilidade do gestor público, exercer a sua atividade de forma ética, técnica e transparente, aspectos quase sempre negligenciados. A administração pública se sujeita aos princípios legais e normas constitucionais. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) traz no seu artigo 37, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que são elementos norteadores ao exercício da atividade como gestor público (BRASIL, 1988), a saber:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência... (BRASIL, 1988).

Assim, no âmbito municipal, o poder executivo, representado pelo prefeito, exerce funções executivas e administrativas, respondendo pela execução das Políticas Públicas e pela gestão da máquina administrativa. Ao poder legislativo municipal, exercido pelos vereadores, compete legislar, por meio de projetos de lei, propor políticas públicas e sociais voltadas à gestão do município, que serão levadas à sanção do poder executivo para eventual veto ou promulgação.

Prefeitos e vereadores, além dos secretários municipais e demais funcionários na qualidade de servidores públicos são, portanto, administradores públicos. Em que pese a finalidade distinta do setor privado, também devem realizar planejamento, planos de ação, fixar metas e indicadores de desempenho, executar o orçamento, tendo em vista a necessidade de bem administrar a coisa pública.

Por meio de dispositivo legal, de certo modo o fazem, ao executar a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Diretor, dentre outros.

Andrade, Batista e Souza (2004), no artigo “O planejamento como base da contabilidade para a gestão pública”, divulgado na revista *Pensar Contábil*, do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), explicam:

A própria legislação pública fornece instrumentos capazes de dar subsídios para a gerência, ou seja, a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual, definidos no artigo 165 da Constituição Federal (CF); o Plano Diretor em cidades com mais de vinte mil habitantes, exaltado no artigo 182, §1º, da CF/88; e ainda o Estatuto da Cidade, conforme Lei no 10.257/01; todos apresentados como instrumentos governamentais, que, ao mesmo tempo em que denotam e induzem a um planejamento real das condições das entidades públicas e de seus representantes, atendem às referidas exigências legais, dando todas as informações precisas e necessárias para a tomada de decisão. Os três primeiros instrumentos mencionados, ou seja, a LOA, a LDO e PPA, devem se relacionar entre si de forma harmônica e eficaz (ANDRADE; BATISTA; SOUZA, 2004, p. 46).

Apesar da orientação ao planejamento, determinado pela legislação vigente, observa-se no geral a sua aplicação meramente obrigatória, raramente utilizada de forma estratégica, com sistema articulado de objetivos e metas, por

parte dos gestores municipais, a se observar os resultados obtidos e a baixa dinamicidade econômica, que marcou a maioria destes pequenos municípios no período analisado de 1989 a 2019.

Observando-se o planejamento sob o ponto de vista legal, a Constituição da República Federativa do Brasil no seu artigo 165 (BRASIL, 1988) estabelece ao poder executivo três leis no âmbito do orçamento: a) Plano Plurianual (PPA), b) Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO); e c) Lei Orçamentária Anual (LOA) no Título VI- Da tributação e do orçamento, Capítulo II- Das finanças públicas, Seção II- Dos orçamentos. A saber:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional...

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (BRASIL, 1988).

Observa-se no parágrafo 7º a previsão de que os orçamentos terão, entre as suas funções, o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais, observando-se critério populacional, aspecto relacionado às pesquisas desenvolvidas neste trabalho, no que se refere à redução populacional e a baixa dinamicidade econômica de pequenos municípios do norte do estado de Goiás.

O Plano Plurianual – PPA tem como objetivo fixar e medir as metas e os gastos. É realizado nos níveis federal, estadual e municipal e sua entrega deve ser feita até o mês de agosto do primeiro ano do mandato e tem vigência de 4 (quatro) anos, iniciada a partir do ano subsequente e concluída no primeiro ano do mandato seguinte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO contém as metas e prioridades do gestor, auxilia na elaboração orçamentária, integra a política das agências de fomento, deve estar em conformidade com a legislação tributária, é feita anualmente e tem vigência no ano seguinte.

A Lei Orçamentária Anual – LOA vige apenas no ano da elaboração para o qual foi criada, apresenta a estimativa de receitas e a previsão das despesas públicas.

Estas legislações se tornam dispositivos de orçamento e planejamento público que são orientados para o longo prazo (PPA), médio e curto prazo (LDO, LOA).

Portanto, o mero cumprimento dedicado da legislação no que se refere ao planejamento e a execução das propostas nelas expressas, por parte dos gestores nos âmbitos federal, estadual e municipal, possibilitaria a melhora do ambiente econômico e a redução das desigualdades.

Adicionalmente, espera-se dos administradores públicos a energia, a criatividade, o interesse e a implementação com base na realidade local, de políticas públicas que ofereçam planos de cunho econômico e social que visem ao desenvolvimento local e atendam aos ditames da sustentabilidade.

2.6 O FPM, a sua Relevância e a Dependência dos Pequenos Municípios

O Fundo de Participação Municipal (FPM) se refere à principal arrecadação dos pequenos municípios e está previsto no Título VI – Da

Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional e Seção VI – Da repartição das Receitas Tributárias, artigo 159 da Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988), figura entre as principais fontes de receita dos municípios e refere-se a transferência de responsabilidade da União aos municípios, a saber:

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:

- a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
- c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;
- d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;
- e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano (BRASIL, 1988).

Portanto, a União reserva 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com base nas regras do Decreto-Lei n. 1881/1981 a título de FPM aos municípios brasileiros.

De acordo com faixas populacionais de cada localidade, o município recebe coeficiente específico, cuja transferência ocorre decenalmente nos dias 10, 20 e 30 de cada mês aos municípios de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2016).

Sua distribuição não é uniforme, posto que no primeiro semestre (entre fevereiro e maio) se concentram os maiores repasses e valores expressivos são creditados aos municípios. Nos meses de julho a outubro há redução significativa, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2019).

Como se pode observar na Tabela 16 a maioria (16 de 26) ou 62% dos municípios recebem o FPM com base no coeficiente 0,6% dada a população residente no seu território encontrar-se na faixa de até 10.188 munícipes.

Tabela 16: Coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) conforme a faixa populacional, Exercício 2016

DECISÃO NORMATIVA - TCU No. 133 - ANEXO VII - FPM

Tabela para Cálculo de Coeficientes - Exercício 2016		
FAIXA DE HABITANTES		COEFICIENTE
DE	ATÉ	
1	10.188	0,6
10.189	13.584	0,8
13.585	16.980	1,0
16.981	23.772	1,2
23.773	30.564	1,4
30.565	37.356	1,6
37.357	44.148	1,8
44.149	50.940	2,0
50.941	61.128	2,2
61.129	71.316	2,4
71.317	81.504	2,6
81.505	91.692	2,8
91.693	101.880	3,0
101.881	115.464	3,2
115.465	129.048	3,4
129.049	142.632	3,6
142.633	156.216	3,8
156.217	...	4,0

Fonte: Tribunal de Contas da União – TCU (2016)

Portanto, mais de 50% dos municípios da Região Norte do estado de Goiás, em razão da população reduzida, inferior a 10.188 moradores, recebem o FPM na faixa do menor coeficiente, tem receita própria irrelevante e a folha de pagamento dos servidores municipais supera os 50% do orçamento. Daí decorre uma das principais dificuldades em se realizar investimentos e melhorias no município.

Na Tabela 10 que discrimina o valor comparado de repasse do FPM aos municípios no período de 2000/2019, apresentada no Capítulo 1, relacionado aos aspectos econômicos e sociais dos municípios, destacam-se entre aqueles que tiveram maior majoração de valor do FPM, os municípios de Minaçu (de R\$ 2.942.619,57 para R\$ 13.741.024,58), Niquelândia (de R\$ 3.423.827,98 para R\$ 17.176.280,80), Porangatu (de R\$ 3.563.576,05 para R\$ 17.176.280,80), São Miguel do Araguaia (de R\$ 2.305.843,50 para R\$ 10.305.768,52) motivado pela mudança do coeficiente, em razão do incremento populacional.

2.7 Proposta de Emenda Constitucional do Pacto Federativo – PEC 188/2019

No que se refere à gestão e à otimização do uso dos recursos, relacionado aos pequenos municípios, o governo federal, por meio do Ministério da Economia, apresentou ao Congresso Nacional em novembro/2019 a “PEC do Pacto Federativo” cujo grande e ousado tema trata da incorporação dos municípios com até 5 mil residentes e receitas próprias limitadas a 10% das receitas, aos municípios limítrofes com base no Censo 2020.

Encontra-se em trâmite no congresso a Proposta de Emenda Constitucional – PEC de n. 188/2019, também denominada pelos parlamentares como “PEC do Pacto Federativo” que tem como objeto principal os municípios que possuem até 5 mil habitantes e arrecadação própria inferior a 10% da receita total.

A Proposta de Emenda à Constituição n. 188 de 2019 – PEC 188/2019, propõe a incorporação de até três municípios do seu entorno, aspecto que, imediato à sua publicação na mídia em geral causou alvoroço no meio político, principalmente por parte dos prefeitos dos municípios por ela afetados.

Na página 15 da PEC 188/2019, consta o art. 115 que estipula:

Art. 115. Os Municípios de até cinco mil habitantes deverão comprovar, até o dia 30 de junho de 2023, sua sustentabilidade financeira.

§ 1º A sustentabilidade financeira do Município é atestada mediante a comprovação de que o respectivo produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 da Constituição Federal corresponde a, no mínimo, dez por cento da sua receita.

§ 2º O Município que não comprovar sua sustentabilidade financeira deverá ser incorporado a algum dos municípios limítrofes, a partir de 1º de janeiro de 2025.

§ 3º O Município com melhor índice de sustentabilidade financeira será o incorporador.

§ 4º Poderão ser incorporados até três Municípios por um único Município incorporador.

§ 5º Não se aplica à incorporação de que trata este artigo o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

§ 6º Para efeito de apuração da quantidade de habitantes de que trata o caput, serão considerados exclusivamente os dados do censo populacional do ano de 2020 (BRASIL, 2019).

A PEC n. 188/2019 (BRASIL, 2019) entregue ao Congresso Nacional em 06 de novembro de 2019, pelo Presidente da República Federativa do Brasil e

pelo Ministro da Economia, além de proibir a criação de novas prefeituras, propõe a fusão de 1.254 dos 5.570 municípios brasileiros, 22,5% do total, a se considerar as condições atuais, que deverão ser incorporados a municípios vizinhos a partir de 1º de janeiro de 2025.

A referida Proposta provocará mudança na repartição de recursos entre a União, estados e municípios e afetará entre 86 a 95 (35% a 39%) dos 246 municípios do estado de Goiás. Na Figura 5 pode-se observar a quantidade de municípios ameaçados por estado.

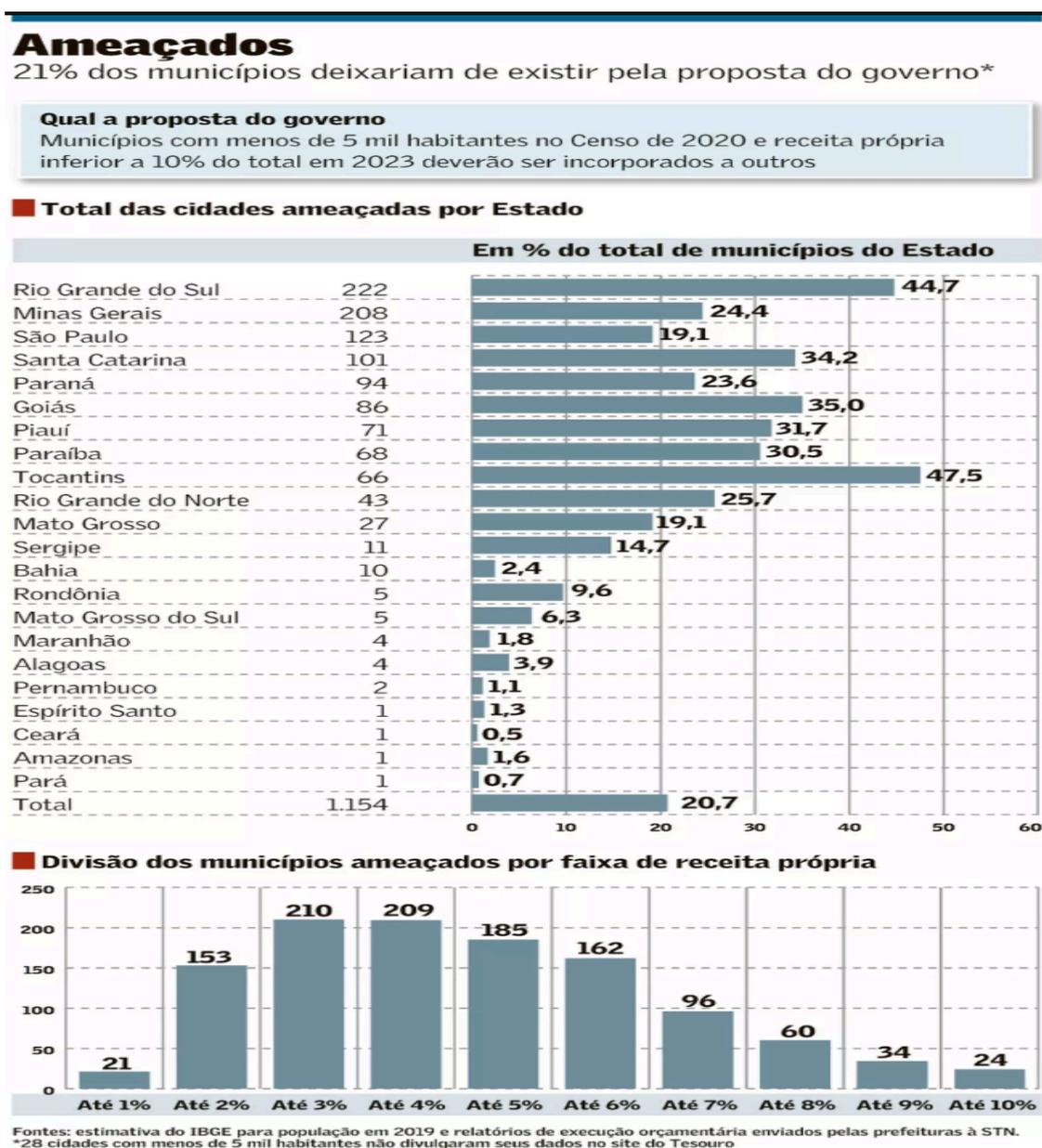


Figura 5: Municípios ameaçados de extinção pela PEC 188/2019

Fonte: Estimativa para População (IBGE, 2019) e Jornal Valor Econômico

A proposta será alvo de ampla discussão no Congresso, onde deverá ser aperfeiçoada por deputados e senadores. A definição dos municípios sairá após a realização do novo Censo a realizar-se em 2020 e a incorporação se dará no início de 2025 ao se concluir o próximo mandato municipal.

Sobre o assunto, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM (2019), Glademir Arolde, em defesa dos pequenos municípios disse:

Eles consideram como receita própria apenas a arrecadação do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Por esse critério, como grande parte da população dos pequenos municípios está na zona rural, quase nenhuma das cidades com 5, 10, ou até 15 mil habitantes tem 10% de receita própria (CNM, 2019).

Analisando-se a realidade dos pequenos municípios frente à PEC 188/2019 em trâmite, os 5 principais estados que perderão municípios de acordo com a PEC 188/2019 em termos percentuais são:

- Tocantins: 66/139 (47%)
- Rio Grande do Sul: 222/497 (45%)
- Goiás: 86/246 (35%)
- Santa Catarina: 101/295 (34%)
- Piauí: 71/224 (32%)

Quanto aos municípios da Região Norte de Goiás que seriam afetados a se considerar as condições atuais:

Primeiro, cita-se os 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, localizada geograficamente no médio norte goiano (4 da Região Centro e 6 da Região Norte) que são: Pilar de Goiás, Uirapuru, Mara Rosa, Alto Horizonte, Campos Verdes, Nova Iguaçu, Hidrolina, Itapaci, Guarinos e Crixás, onde 50% deles (5/10) serão afetados diretamente pela PEC 188/2019, dispostos na Tabela 17.

Tabela 17: Dez Municípios do Entorno de Santa Terezinha de Goiás (Centro e Norte) com menos de 5 mil habitantes e receita própria inferior a 10%

NR	MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	HABITANTES	RECEITA PRÓPRIA %	AFETADO/NÃO AFETADO
1	Alto Horizonte	Norte	-	-	Não Afetado
2	Campos Verdes	Norte	3.399	2,58	Afetado
3	Crixás	Norte	-	-	Não Afetado
4	Hidrolina	Centro	3.852	1,37	Afetado

5	Itapaci	Centro	-	-	Não Afetado
6	Guarinos	Centro	2.052	2,39	Afetado
7	Mara Rosa	Norte	-	-	Não Afetado
8	Pilar de Goiás	Centro	2.529	9,37	Afetado
9	Nova Iguaçu de Goiás	Norte	2.961	1,14	Afetado
10	Uirapuru	Norte	2.961	1,69	Afetado

Fonte: G1 Goiás – O Globo (2019), com adaptações do autor.

Depois, demonstra-se que 50% (13/26) dos municípios da Região Norte do estado de Goiás serão afetados pela PEC 188/2019, a se considerar as condições atuais, face possuírem menos de 5 mil habitantes e receitas próprias inferiores a 10% das totais, conforme se observa na tabela 18:

Tabela 18: Municípios da Região Norte de Goiás, com menos de 5 mil habitantes e receitas próprias inferiores a 10% das totais.

MESORREGIÃO NORTE DO ESTADO DE GOIÁS					
NR	MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	HABITANTES	RECEITA PRÓPRIA %	AFETADO/NÃO AFETADO
1	Alto Horizonte (2)	NORTE	-	-	Não Afetado
2	Amaralina (3)		3.754	3,09	Afetado
3	Bonópolis (3)		4.143	4,39	Afetado
4	Campinaçu		3.740	2,93	Afetado
5	Campinorte		-	-	Não Afetado
6	Campos Verdes		3.399	2,58	Afetado
7	Crixás		-	-	Não Afetado
8	Estrela do Norte		3.379	2,71	Afetado
9	Formoso		4.623	2,99	Afetado
10	Mara Rosa		-	-	Não Afetado
11	Minaçu		-	-	Não Afetado
12	Montividiu do Norte (2)		4.447	1,82	Afetado
13	Mozarlândia		-	-	Não Afetado
14	Mundo Novo		-	-	Não Afetado
15	Mutunópolis		3.906	2,78	Afetado
16	Niquelândia		-	-	Não Afetado
17	Nova Crixás		-	-	Não Afetado
18	Nova Iguaçu de Goiás (2)		2.961	1,14	Afetado
19	Novo Planalto		4.387	5,22	Afetado

20	Porangatu		-	-	Não Afetado
21	Santa Tereza de Goiás		3.710	1,12	Afetado
22	Santa Terezinha de Goiás		-	-	Não Afetado
23	São Miguel do Araguaia		-	-	Não Afetado
24	Trombas		3.571	2,42	Afetado
25	Uirapuru (2)		2.961	1,69	Afetado
26	Uruaçu		-	-	Não Afetado
13	Municípios Afetados PEC 188/2019				Afetados
13	Municípios Não Afetados PEC 188/2019				Não Afetados

Fonte: G1 Goiás – O Globo (2019), com adaptações do autor.

Trata-se de realidade preocupante aos prefeitos e moradores destes pequenos municípios posto que, a se considerar as condições atuais, há perspectiva de se fundirem aproximadamente 50% (13/26) dos municípios da Região Norte do estado de Goiás aos municípios vizinhos a partir de janeiro de 2025, conforme proposto pela PEC 188/2019.

Segundo opinião do Presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e prefeito do município de Campos Verdes, Goiás, Haroldo Naves Soares, no Jornal O Popular do dia 23 de novembro de 2019 “a simples exclusão não economiza nenhum centavo e não resolverá nenhum problema” (O Popular, 2019). Na sua visão, trata-se de equívoco pois, ICMS, IPI e IR também são receitas geradas nos municípios, a exemplo das receitas com ISS, IPTU e ITBI, base considerada como receita própria aos municípios, fundamento da PEC 188/2019. Ademais, a unificação traria empobrecimento, não redundaria em aumento na parcela do FPM nem auxiliaria na gestão das políticas públicas, observou.

A propósito, 50% (5/10) dos 10 (dez) municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, inclusive Campos Verdes, município do qual o atual presidente da FGM é prefeito, possuem situações análogas.

Registra-se, por oportuno, a importância de se realizar estudo detalhado sobre o nível de assertividade da PEC 188/2019, relacionado ao custo x

benefício da iniciativa que, a princípio, se mostra interessante sobre o ponto de vista da economia.

2.8 Considerações Parciais

Procurou-se neste capítulo definir o que são Políticas Públicas, sua tipologia e aplicação nos âmbitos federal, estadual e municipal, com ênfase àquelas de cunho regional, o seu embate entre recursos limitados e desejos ilimitados, sob o ponto de vista econômico, tendo em vista a proposta de redução das desigualdades, prevista inclusive na Constituição Federal (1988).

Notou-se a baixa incidência de Políticas Públicas de maior impacto destinadas à Região Norte do estado de Goiás, apesar da recriação da SUDECO (2009) e a criação do Polo de Mineração do Norte Goiano (Goiás, 2012), justamente para fomentar a atividade econômica, produzir a geração de emprego e renda e reduzir as desigualdades na região.

O capítulo mostrou a necessidade de se ter gestores qualificados e comprometidos com o desenvolvimento local, que utilizem a sua energia e inteligência para propor e executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, que atendam às demandas da população, tendo em vista a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Na prática, significa dedicação e maior zelo na construção dos Planos de Governo, Planos Diretores, das políticas de saúde, educação, segurança e outras, sob elaboração cuidadosa, discutida com as partes interessadas e a sociedade, bem como, o cumprimento obrigatório do PPA, da LOA, da LDO dentre outras, fundamentais para que se promova o desenvolvimento local.

Importante observar que a execução eficaz dos planos de desenvolvimento e a gestão de qualidade poderão impactar na reversão do quadro de baixa relevância econômica e evitar a redução populacional que marca a maioria dos municípios, de modo a trazer desenvolvimento e qualidade de vida, se tornar fator atrativo populacional, elevar a receita própria e impedir a sua fusão ao município vizinho, proposta da PEC 188/2019, movimento do qual, obviamente, os prefeitos são contrários.

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS

3.1 Considerações Iniciais

Neste capítulo deseja-se identificar e compreender a origem da baixa dinamicidade econômica, evidenciados pela modesta contribuição arrecadatória do ICMS e a dependência crescente do FPM na região, dando-se ênfase ao município de Santa Terezinha de Goiás, aspectos que podem ter induzido à suposta fuga migratória por busca de oportunidades de trabalho e educação em outras cidades, principalmente para a capital, Goiânia, inclusive para o exterior.

Utiliza-se de dados bibliográficos e tabelas originadas em pesquisas junto aos institutos IBGE e IMB, sempre contextualizadas pelo autor, com o objetivo de se compreender a realidade populacional, econômica, educacional e social dos moradores do município de Santa Terezinha de Goiás e da região.

O foco deste capítulo é realizar um estudo de caso do município de Santa Terezinha de Goiás, município do Médio Norte goiano.

Inicia-se pela Revisão da Literatura, essencial para que se conheça o pensamento de autores tradicionais e locais, no que se refere à temática das desigualdades e do desenvolvimento regional. Realiza-se estudo sobre a origem e o histórico do município de Santa Terezinha de Goiás, sua dinâmica populacional e os aspectos econômicos e sociais que caracterizam o município.

Na Metodologia, tomando-se como objeto de pesquisa o município de Santa Terezinha de Goiás, realizou-se pesquisa do tipo quantitativa e qualitativa junto à população local (através da aplicação de questionário), por amostragem populacional de 2% do número de moradores (175/8774 residentes, estimativa IBGE/2019) para identificar os fatores de atração, afastamento migratório e a recomendação de políticas públicas por parte da população aos gestores municipais, voltadas ao desenvolvimento local.

Complementarmente, o autor apresenta proposições aos gestores municipais, derivadas dos estudos, que induzem ao Planejamento Estratégico mediante o emprego de ferramentas comuns ao setor privado, aplicadas com êxito na gestão pública, como a Análise *SWOT* (Forças e fraquezas, oportunidades e ameaças) para a realização de diagnóstico e plano de ação e a metodologia *BSC – Balanced Scorecard*, que preconiza a gestão por indicadores, com o objetivo de se obter foco e êxito na gestão voltada ao desenvolvimento municipal.

3.2 Revisão da Literatura

As pessoas se reúnem em um determinado espaço ou território, normalmente atraídos por algum fator econômico ou social, aglomeram, transformam grupos de residências e pequenos estabelecimentos comerciais em distritos e posteriormente em cidades, elegem democraticamente os seus representantes, deles reivindicam melhores condições para trabalhar e viver. Assim surgiram as cidades e os municípios na maior parte das vezes, no norte goiano.

Mas quais aspectos, afinal, determinariam o crescimento e o desenvolvimento de dada cidade ou município sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental?

Segundo Perroux (1967 *apud* LIMA; SIMÕES, 2010), criador da Teoria dos Polos de Crescimento (estudos que tratam das relações entre Estado, grupos empresariais e o território), o espaço era determinado pela junção de espaço econômico e humano, e no que se refere ao crescimento econômico afirmava:

O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p. 164 *apud* LIMA; SIMÕES, 2010, p. 6).

Na visão do autor, o Estado pode oferecer estímulo ou subvenção com o objetivo da instalação de indústrias motrizes visando promover o desenvolvimento de uma região, aspecto que coloca o governo com papel

relevante na diminuição das desigualdades territoriais ou sob melhor análise, pela promoção do desenvolvimento regional.

A Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux foi largamente difundida e empregada em todo o mundo e influenciou fortemente as políticas públicas brasileiras, mas não se identifica na Região Norte do estado de Goiás as marcas efetivas da sua presença.

Myrdal (1957 *apud* LIMA; SIMÕES, 2010, p. 9), na qualidade de Secretário da Comissão Econômica da Europa, cargo que ocupava na Organização das Nações Unidas no pós-guerra (1945), acreditava que as forças de mercado tenderiam a reforçar a desigualdade, ideia que contraria o pensamento econômico liberal clássico e defendia a intervenção do Estado como fator de desenvolvimento econômico. O que denominou de “causação circular” traria efeito acumulativo e acentuaria as disparidades de crescimento econômico entre países e regiões.

Assim, a análise baseada na visão dos referidos autores induz que o crescimento econômico ocorre de forma desigual e desequilibrada, traz concentração de população e de riqueza em determinadas regiões e acentua desigualdades econômicas e sociais em outras. Defenderam, para se reverter este processo, a intervenção do Estado na economia, de modo a conferir papel relevante ao governo no que se refere às estratégias de desenvolvimento nacional e regional.

Seria, portanto, a ausência de conhecimento e da aplicação de teorias como estas, por meio de Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento regional, por parte dos poderes públicos em seus respectivos níveis, fator determinante para a baixa dinâmica econômica e diminuta competitividade que caracterizam a maioria destes pequenos municípios do interior do Brasil, especialmente os do norte goiano, como o de Santa Terezinha de Goiás?

Segundo Cardoso Júnior e Lunas (2018), no ano de 1960, ainda no Governo de Juscelino Kubitschek, foi criado para tratar dos assuntos energéticos e minerais no país o Ministério das Minas e Energia, e em 1969, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Observam os referidos autores:

A partir dos anos 2000 grandes passos são dados em favor do benefício do setor mineral e das grandes corporações que nele atuam. Além dos incentivos que o governo brasileiro tem

oferecido às empresas para sua instalação em todo o território nacional e exploração do minério por meio de suas instituições, no ano de 2011 é lançado o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) que se constitui como um planejamento estratégico de longo prazo para o setor (CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2018).

A política de mineração que se instaurava à época daria origem mais tarde, no ano de 1984, à Portaria n. 442, exarada pelo Ministério das Minas e Energia, que concedeu a permissão de lavra garimpeira na Fazenda São João, no local denominado Garimpo de Esmeraldas, que viria a tornar-se município de Campos Verdes de Goiás no final da década de 1980 (BRASIL, 1984).

Sob o ponto de vista da política pública de ordem administrativa, importa que tal qual as empresas, os municípios possam realizar diagnóstico e empregar técnicas como a Análise *SWOT* (*Strenghts/Forças, Weaknesses/Fraquezas, Opportunities/Oportunidades e Theats/Ameaças*), criar Planos de Ação para o curto prazo e desenvolver um Planejamento Estratégico de Longo Prazo, empregando técnicas de gestão como o Método *BSC – Balanced Scorecard* (Resultados Balanceados) com o objetivo de se viabilizarem econômica, ambiental e socialmente e conquistarem desenvolvimento sustentável.

A realização de diagnóstico e a aplicação das ferramentas da análise *SWOT* vem sendo empregadas na gestão do setor público no mundo todo, nas mais diversas áreas, como a da gestão dos resíduos sólidos na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, de modo a se gerar um plano visando à maximização dos pontos fortes e das oportunidades do lugar, para que se minimizem as deficiências provocadas pelas fraquezas e os impactos causados pelas ameaças (CEGOT, 2016, p. 334). Por espelhamento, estuda-se a sua implementação no setor público, com o objetivo da realização do diagnóstico e o planejamento estratégico, tendo em vista a viabilização econômica, social e ambiental dos pequenos municípios.

É comum notar que regiões mais desenvolvidas sejam densamente povoadas, porém, nem sempre regiões densamente povoadas são as mais desenvolvidas.

Governo, mercado e sociedade são forças que exercem papéis relevantes no palco da economia, nos que se refere aos movimentos entre a escassez e a pujança.

Com base nos estudos de Hirschmann (1961), citado por Lima e Simões (2010), em conformidade às teses clássicas de que as leis de mercado tendem a construir o que denominou por equalização do desenvolvimento econômico e as distribuições dos benefícios, as desigualdades inter-regionais são inevitáveis e próprias do desenvolvimento natural de determinado local ou região, e o Estado deveria limitar-se à proteção da propriedade e seria, portanto, um óbice ao desenvolvimento e ameaça à liberdade econômica e política. Assim observaram Lima e Simões (2010) a respeito:

O Governo deve prover a infraestrutura social necessária para impulsionar a atividade produtiva (serviços públicos, infraestrutura logística, legislação etc.) e elaborar uma estratégia de desenvolvimento, induzida e indutora, com a determinação das áreas prioritárias para o desenvolvimento. Já o capital externo deve servir como força de equilíbrio quando o governo não tem a capacidade de agir e permitir a continuidade do processo de crescimento sob a concorrência externa. Estes são dois fatores que permitirão lidar com pressões inflacionárias, desequilíbrios do balanço de pagamentos e o crescimento populacional (HIRSCHMANN *apud* LIMA; SIMÕES, 2010, p. 13).

Mas, o que dizer-se às pessoas que ali buscaram viver e trabalhar, em locais desprovidos de capacidade de autodesenvolvimento e de políticas públicas indutoras eficazes, como se imagina ocorrer no município de Santa Terezinha de Goiás, nos municípios do seu entorno e na Região Norte de Goiás como um todo? Que deveriam mudar-se até que o progresso naturalmente aconteça por meio das mãos do mercado?

O país experimentou expressivo crescimento econômico por vários anos até a década de 1970 (IBGE) e a Região Norte do estado de Goiás não ficou à margem, tempo em que cresceram e se emanciparam inúmeros municípios. Porém, sabe-se da década de 1980, tida como “a década perdida” que recebera esta denominação em razão das sucessivas políticas econômicas, congelamentos de preços, hiperinflação e baixo crescimento da economia, quando imagina-se ter sido agravada as desigualdades sociais e conseqüentemente regionais.

Ao final da década de 1990, várias políticas públicas de caráter compensatório surgiram com o objetivo de se atenuar ou reverter a situação de extrema desigualdade e pobreza, conforme observa Correa Júnior, Trevisan e Mello (2019):

Com a nova CF (1988), o Estado brasileiro passa a ser o principal responsável pela melhoria da qualidade de vida da população: desenvolvem-se programas de amparo à saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS), e programas de transferência de renda – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação – com o intuito de combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Em 2003, esses programas de transferência de renda se agrupam em um sistema único, entendido como mais eficiente: o PBF (CORREA JÚNIOR; TREVISAN; MELO, 2019, p. 840).

As políticas públicas em geral têm o objetivo de mirar nas desigualdades sociais e regionais, daí a importância da sua criação e efetividade tendo-se em vista o crescimento e o desenvolvimento dos pequenos municípios brasileiros, principalmente aqueles possuidores de população abaixo de 5 mil residentes e receita própria inferior a 10% das receitas totais, dentre eles, aqueles localizados na Região Norte do estado de Goiás, como Santa Terezinha de Goiás.

3.2.1 Origem e histórico do município de Santa Terezinha de Goiás

A maioria dos municípios da Região Norte do estado de Goiás, apresentou como fator de atração primeiro a busca de terras para o plantio e a pecuária, posto que ainda devolutas (pertencentes ao Estado) no início do século e vendidas a preços irrisórios, mas, posteriormente, sofreram mudança da sua matriz econômica inicial, dado o surgimento da nova fronteira da mineração em Goiás, localizada no norte do estado, a exemplo de Santa Terezinha de Goiás, que após muitos anos, desafios e disputas políticas depois, a Lei Estadual n. 4.705/1963 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do estado de Goiás e sancionada pelo governador Mauro Borges Teixeira, houve a promulgação da lei, desmembrando o então distrito do município de Pilar de Goiás, tornando-o município com o nome de Santa Terezinha de Goiás, conforme descrito por Godoi (2012).

O interesse pela povoação do interior, estimulado pelo Governo Federal, que oferecia atrativos para o exercício da agricultura e da pecuária que marcou

os primeiros anos de criação dos municípios, onda gerada pelo movimento nacional denominado “Marcha para o Oeste” citado por Matsuura e Pasqualetto (2019) vocacionado à ocupação do interior do país, ocorrido principalmente a partir da década de 1960, repercutiu na região e se baseava na doação de lotes de terras e fazendas à venda com preço modesto e originou processo de crescimento populacional regular nas três primeiras décadas pós-emancipação (1960/1989).

O município de Santa Terezinha de Goiás, assim denominado, foi distrito, criado pela Lei Municipal n. 9, de 22 de julho de 1963, desmembrado do município de Pilar de Goiás e emancipado, definitivamente, em 23 de outubro de 1963, assim relata a história da fundação do município narrada por Lopes (2010):

Em 1953, a família Batista Ferreira saiu de Anápolis com o fim de conhecer as terras que haviam comprado (...) Cozinharam em trempes, dormiram sob a luz das estrelas. A cidade recebeu este nome devido à devoção do fundador e pelo fato da fazenda também ter este nome (LOPES, 2010, p. 7).

Depreende-se ao analisar as histórias contadas pela autora, a coragem e as enormes dificuldades enfrentadas pela Família Batista Ferreira e os seus seguidores, verdadeiros desbravadores do cerrado goiano, abrindo caminhos com o uso de foice, machado e enxada, na porção norte do estado de Goiás, buscando ao adquirir fazenda no local, empreender moradia e, posteriormente, fundar o município de Santa Terezinha de Goiás, a partir da releitura de Lopes (2010).

A Fazenda Santa Terezinha, deu origem a povoado, distrito e posteriormente à cidade e ao município de Santa Terezinha de Goiás, se situa a 345 metros de altitude, possui seus limites circunscritos à latitude 14° 25' 57" Sul, Longitude 49° 42' 53" Oeste, tem densidade demográfica de 8,6 habitantes por km² (CIDADE-BRASIL, 2019).

Possui como vizinhos imediatos os municípios de Campos Verdes, Crixás, Uirapuru e Pilar, do qual fora desmembrado, dentre outros, em sua maioria pequenos municípios, detentores de menos de 10 mil habitantes e possuidores de menos de 10% de receitas próprias (ISS, IPTU, ITBI) em relação às receitas totais, conforme demonstrado na figura 2.

Adicionalmente, a descoberta acidental de pedras preciosas, do tipo esmeraldas na então Fazenda São João, no município de Santa Terezinha de Goiás, já no início da década de 1980, deu origem ao “garimpo” que, em razão do elevado número de migrantes de outras cidades, inclusive de vários estados, principalmente do Nordeste, levou à realização de plebiscito e a transformação do distrito em município, com o nome de Campos Verdes, no ano de 1989.

Passada a efervescência e o auge do Garimpo de Esmeraldas, Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes sofreram forte migração dos seus habitantes para outras cidades, inclusive para países do exterior, como a Espanha e os Estados Unidos, a partir da década de 1990, conforme já demonstrado nas Tabelas 1 e 15 deste trabalho.

O município apresentava população de 10.302 munícipes no Censo 2010 e mais recentemente, população de 8.744 munícipes nas estimativas do IBGE 2019, onde se nota decréscimo de 1.558 residentes na década (IBGE, 2019).

3.2.2 Dinâmica populacional de Santa Terezinha de Goiás

A partir da sua transformação em distrito do Município de Pilar de Goiás, e a posterior emancipação ocorrida em 1963, o Município de Santa Terezinha de Goiás aumentou gradativamente o seu contingente populacional e de forma acentuada no início dos anos 1980, com a descoberta do Garimpo de Esmeraldas na Fazenda São João, local onde dado o forte movimento migratório de outras cidades, posteriormente em 1989, tornou-se também cidade e sede do município de Campos Verdes.

O município de Santa Terezinha de Goiás, a partir dos anos 1990, teve a sua população de 16.522 reduzida para 9.622 residentes, apresentando queda de 42% nos seus moradores (IBGE, 2019). Processo similar ocorreu nos municípios vizinhos como Crixás, onde a população de 22.213 foi reduzida para 16.893, apresentando queda de 24% na quantidade de moradores. Também no seu entorno, os municípios de Mara Rosa (redução de 21.291 para 10.228, -52%) e Uirapuru (de 3.043 para 2.961, -3%), dentre outros, tiveram

redução populacional comuns aos pequenos municípios do médio norte goiano, ocorridos no período 1991/2017 conforme Tabela 1 deste trabalho.

A Tabela 16, relacionada à população residente e a taxa média geométrica de crescimento anual do período 1991, 2000, 2010 e 2017 (IBGE/SEGPLAN-IMB), em específico sobre os municípios do entorno e em Santa Terezinha de Goiás, oferece destaque à população residente de 16.522 pessoas em Santa Terezinha de Goiás em 1991, que foi reduzida para 12.015 em 2000, reduziu novamente para 10.302 em 2010, para 9.622 em 2017 e sabe-se agora, 8.744 residentes nas estimativas do IBGE para 2019, o que evidencia uma redução de 7.778 residentes em menos de 30 anos.

Importante lembrar-se que a população do município de Santa Terezinha de Goiás até a emancipação de Campos Verdes em 1989, representava aproximadamente 33 mil residentes (Santa Terezinha de Goiás 16.522 e Campos Verdes 16.648 em 1991). Admitindo-se potencial fusão de municípios com população inferior a 5 mil habitantes e Receitas Próprias limitadas a 10% do total, base da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 188/2019, encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional em Novembro de 2019, a redução de 33 mil residentes em 1991 para cerca de 11 mil residentes nas duas cidades atuais, ratificará uma redução de cerca de 22 mil residentes, correspondente a 33% do total em 3 décadas.

Na Tabela 19 procurou-se, com base na tabela 1, proceder a alterações importantes de ordem visual, de modo a se enfatizar a redução populacional e a taxa geométrica de crescimento anual negativa ocorrida nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes (Garimpo de Esmeraldas, antigo distrito que se emancipou em 1989).

Tabela 19: População residente e taxa geométrica de crescimento anual em Santa Terezinha de Goiás e nos 10 municípios do seu entorno em um raio de até 100 km de distância. Ênfase à perda de moradores em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes.

População residente e taxa média geométrica de crescimento anual – 1991, 2000, 2010, 2017								
Municípios	População residente				Taxa Geométrica de crescimento anual (%)			
	1991	2000	2010	2017 (1)	1991/2000	1991/2010	2000/2010	2010/2017
Alto Horizonte (2)		2.564	4.505	5.784	-	-	5,80	3,63
Campos Verdes	16.648	8.057	5.020	3.399	-7,75	-6,11	-4,62	-5,42
Crixás	22.213	14.673	15.760	16.893	-4,50	-1,79	0,72	1,00
Mara Rosa	21.291	11.939	10.649	10.228	-6,23	-3,58	-1,14	-0,57
Nova Iguaçú	-	2.746	2.826	2.961	-	-	0,29	0,67

de Goiás (2)								
Santa Terezinha de Goiás	16.522	12.015	10.302	9.622	-3,48	-2,46	-1,53	-0,97
Uirapuru (2)	-	3.043	2.933	2.961	-	-	-0,37	0,14
Itapaci	12.652	13.931	18.458	21.691	1,08	2,01	2,85	2,33
Pilar de Goiás	4.845	3.339	2.773	2.529	-4,05	-2,89	-1,84	-1,31
Guarinos	3.711	2.844	2.299	2.052	-2,91	-2,49	-2,10	-1,61
Hidrolina	4.979	4.548	4.029	3.852	-1,00	-1,11	-1,20	-0,64
TOTAL DA REGIÃO NORTE	312.891	300.807	308.127	322.105	-0,44	-0,08	0,24	0,64
TOTAL DA REGIÃO CENTRO GOIANO	478.858	541.440	622.541	689.626	1,37	1,39	1,41	1,47
TOTAL DO ESTADO	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.778.772	2,46	2,14	1,84	1,75
REGIÃO / ESTADO (%)	7,79	6,01	5,13	4,75	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2017)

Nota: Elaboração do Instituto Mauro Borges / Segplan-GO com adaptações do autor. Gerência de sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2018

(1) Estimativa de 1º de julho.

(2) Município instalado em 1993.

(3) Município instalado em 1º/01/1997.

Importante ratificar conforme destacado em âmbito regional, que a redução de moradores causa impacto econômico, social e ambiental relevante, ocasiona queda do nível de atividade econômica, da arrecadação de impostos em geral, da inteligência e força de trabalho, inclusive repercute diretamente na redução do Fundo de Participação Municipal (FPM) e no repasse de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Estadual, cuja dependência dos pequenos municípios em razão da baixa dinamicidade econômica e dos seu custo administrativo mensal, aumenta gradativamente. Ao ter reduzido o número de moradores aos últimos 30 anos, o município de Santa Terezinha de Goiás sofreu redução do coeficiente e dos valores de repasse do FPM.

3.2.3 Aspectos econômicos e sociais de Santa Terezinha de Goiás

No que se refere aos aspectos econômicos, o município de Santa Terezinha de Goiás tem como principais atividades a pecuária, agricultura de subsistência, o comércio varejista e os serviços, principalmente prestados pelos servidores do setor público em geral, não havendo no município indústrias de maior relevância.

O Produto Interno Bruto (PIB) que significa a soma de todas as riquezas produzidas pelo município em determinado período, coloca o município na 138ª posição entre os 246 do estado de Goiás em 2016. A renda média anual dos moradores do município representava R\$ R\$ 13.239,96. A pecuária representava 19,62%, os serviços 41,94%, a Indústria 4,29% e os demais setores 34,15% (IMB, 2020) conforme demonstrado na figura 6.



Figura 6: Participação no PIB Municipal – Santa Terezinha de Goiás.

Fonte: IMB (2016), com elaboração do autor.

As Receitas Correntes previstas para o exercício de 2019 representavam R\$ 36,2 milhões contra R\$ 32,0 milhões de Despesas Correntes, o que planifica superávit primário de R\$ 4,3 milhões e previsão de R\$ 9,2 milhões para Investimentos. As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam R\$ 14,3 milhões, correspondendo a 45% do orçamento das Despesas Correntes, a se considerar o Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas, divulgado no site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás (2019), demonstrado na Fig. 7.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA E RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
2019

R\$ 1,00

RECEITAS	R\$	R\$	DESPESAS	R\$	R\$
Receitas Correntes		36.288.267,00	DESPESAS CORRENTES		32.015.662,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.145.513,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.265.577,00	
Contribuições	4.285.255,00		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	42.674,00	
Receita Patrimonial	573.754,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.707.411,00	
Receita Agropecuária	86.195,00				
Receita Industrial	17.067,00				
Receita de Serviços	17.758,00				
Transferências Correntes	28.769.013,00				
Outras Receitas Correntes	393.712,00				
SOMA		36.288.267,00	SOMA		32.015.662,00
			SUPERAVIT		4.272.605,00
			TOTAL		36.288.267,00
Receitas de Capital		8.816.685,00	DESPESAS DE CAPITAL		9.420.823,00
Operações de Crédito	143.616,00		INVESTIMENTOS	9.163.653,00	
Alienação de Bens	57.486,00		AMORTIZACAO DA DIVIDA	257.170,00	
Transferências de Capital	8.040.949,00				
Outras Receitas de Capital	574.634,00				
SOMA		8.816.685,00	SOMA		9.420.823,00
DEFICIT		- 604.138,00			
TOTAL		9.420.823,00			

	RECEITAS	DESPESAS
Receitas e Despesas Correntes	36.288.267,00	32.015.662,00
Receitas e Despesas de Capital	8.816.685,00	9.420.823,00
Reserva de Contingente	0,00	498.640,00
(-) Contas Retificadoras	3.170.144,00	0,00
Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00
Total Geral	41.934.808,00	41.935.125,00

NILTON BORGES DE SOUZA
CONTADOR CRC 6784
CPF: 159.573.731-68

Figura 7: Demonstrativo da Despesa e Receita Segundo as Categorias Econômicas
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás (2019)

Analisando-se o Resumo Geral da Receita prevista para o exercício de 2019, em conformidade com a Lei 4.320/64 – Adendo III a Portaria SOF n. 08 de 04/02/1985, disponível também no site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás, tem-se como Receitas Correntes derivadas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, as chamadas Receitas Próprias, o montante de R\$ 2,145 milhões, correspondentes a 5,12% do total previsto de R\$ 41,934 milhões/ano.

Para se ter ideia da dependência do Fundo de Participação Municipal e das Transferências da União para o custeio da máquina pública, a Receita Agropecuária representa R\$ 86 mil (0,21% da Receita Total), a Receita Industrial R\$ 17 mil (0,04% da Receita Total) e a Receita de Serviços também R\$ 17 mil (0,04% da Receita Total), demonstrados no citado resumo geral. Assim, pode-se afirmar que a modesta contribuição das receitas oriundas destas atividades pouco auxilia no custeio da folha de pagamento dos servidores municipais, ratificando-se o entendimento popular a respeito da dependência de recursos externos.

As Transferências Correntes de R\$ 28,8 milhões/ano (Transferências da União e de suas entidades como Cota-parte do FPM, SUS, FNDE, FNAS, etc.) e as Transferências de Capital de R\$ 8,0 milhões/ano (Transferências da União e de suas entidades, principalmente SUS e Convênios) se referem às principais receitas previstas no orçamento do município 2019, totalizando R\$ 36,8 milhões/ano e 88% do total de R\$ 41,9 milhões do Resumo Geral da Receita prevista no orçamento 2019.

Estes aspectos evidenciam o desafio permanente dos gestores municipais em se exercer gestão técnica e profissional na condução da administração do município, de modo a empreender incessante busca por emendas parlamentares para complementar o orçamento e realizar investimentos, bem como, usar do planejamento e da estratégia para a criação e o desenvolvimento de ações de atração de pessoas e negócios, tendo-se em vista a necessidade de se incrementar o nível de atividade econômica e da ampliação da geração de emprego, renda e arrecadação de impostos.

Quanto aos aspectos sociais, o Programa Bolsa Família – PBF, instituído pelo Governo Federal, foi originado de programas de assistência social anteriores e convertido no formato atual por meio da Medida Provisória

de n. 132/2003, depois na Lei n. 10.836/2004 (BRASIL, 2003) e visa atender às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, que tenham rendas per capita mensais de R\$ 85,01 a 170,00 e possuam crianças entre 0 a 7 anos.

No que se refere aos Beneficiários do PBF, criado e mantido pelo Governo Federal, o município contava com 1.609 famílias beneficiárias em Dezembro/2018, que receberam R\$ 309.527,00 (média de R\$ 192,37 por família) e 1.490 em Novembro/2019, que receberam R\$ 281.871,00 (média de R\$ 189,18 por família), apresentando decréscimo de 119 famílias beneficiárias e R\$ 27.656,00 nos recebimentos no comparativo.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2019) há que se reportar às condicionalidades para determinada família receber o benefício, como o compromisso firmado entre ela e o poder público local em dar às crianças e aos adolescentes, o acesso à saúde e à educação. As condicionalidades dizem respeito à necessidade de que as crianças menores de 7 anos sejam vacinadas e ter o acompanhamento do peso e altura; as gestantes precisam fazer o pré-natal; as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e os adolescentes de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem – BVJ (R\$ 30,00 por mês até 2 por família) devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Os municípios recebem mensalmente também, repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS com base no Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGDM que diz respeito à aferição mensal das Taxas de Atualização Cadastral e do acompanhamento das Condicionalidades de Educação e Saúde, justamente para auxiliar na Gestão local do Cadastro Único (CadÚnico) e do Bolsa Família.

O município atingiu o índice de 0,77 (máximo de 1,00) no IGD municipal e recebeu o repasse de R\$ 4.110,00 em Setembro/2019, quando poderia ter recebido R\$ 5.050,50 caso tivesse atingido o índice máximo, conforme aponta o MDS (2019) demonstrando-se que há margem para melhoria da gestão local do CadÚnico e do Bolsa Família, aspecto que afeta também os demais municípios da Região Norte do estado de Goiás.

Apresenta-se, para comparativo, perfil do Programa Bolsa Família no Brasil, no estado de Goiás, região norte e no município de Santa Terezinha de Goiás descrito na Tabela 20.

Tabela 20: Comparativo das famílias cadastradas no CadÚnico, beneficiárias do PBF, percentual e valores transferidos (out/2019) no Brasil, Estado de Goiás e Santa Terezinha de Goiás.

Unidade	População (hab) Censo 2010	Famílias no CadÚnico	Famílias Beneficiárias no PBF (n.)	População Beneficiária PBF (%)	Valor transferido out. 2019 (R\$)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Brasil	210.137.125*	27.796.543	13.505.758	20,33%	2.564.193.203,00	122,00
Goiás	6.003.788	799.336	285.946	13,58%	45.789.164,00	160,13
Reg Norte	317.939	53.985	21.289	21,35%	3.507.277	169,27
Santa Terezinha de Goiás	10.302	2.456	1.490	34,16%	281.871,00	189,18

Fonte: MDS (2019)

Nota: *População Estimativas IBGE (2019)

Observa-se um indicador importante na Tabela 20, o percentual de famílias beneficiárias da população brasileira (20,33%), do estado de Goiás (13,58%) e do município de Santa Terezinha de Goiás (34,16%), demonstrando-se ao mesmo tempo, a diferença do percentual da população beneficiária do estado de Goiás e do Brasil (imagina-se que o percentual tenha sido impactado pelos estados mais pobres como os do Nordeste) e do município de Santa Terezinha de Goiás, bastante elevado no comparativo.

Depreende-se que igual realidade se faça presente também nos 10 municípios do seu entorno e na maioria daqueles que integram a Região Norte do estado de Goiás, a considerar-se que 21 dos 26 municípios excedem à média nacional de 20,33% da população beneficiária do PBF conforme demonstrado na Visão Geral dos Cadastrados no PBF e BPC da Região Norte (Tabela 12), demonstrando tratar-se de problema local e regional.

O Governo de Goiás instituiu, após estudos do IMB (2019), o Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF) resultado do cruzamento de dados do Cadastro Único (CadÚnico) dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, foi desenvolvido pelo Instituto Mauro Borges – IMB e preconiza que a pobreza excede ao fator renda, demonstrando-se que para se identificar as vulnerabilidades, há necessidade de se incluir a moradia

insalubre, os jovens de 7 a 17 anos fora da escola, além da baixa renda para se identificar aqueles que carecem, diretamente, da ação e do apoio do Estado.

A propósito, 3 (três) dos municípios da Região Norte de Goiás (Amaralina, Montividiu do Norte e Santa Terezinha de Goiás) integram o grupo dos 10 (dez) maiores IMCFs do estado de Goiás, segundo o IMB (2019):

o IMCF tem como inspiração o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), apresentado no “Relatório Final da Comissão de Estados da Legislação Social Brasileira” proposto por Alkire e Foster (2009 e 2011) e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de parceria com a Universidade de Oxford. Contudo, o objetivo primordial do IMCF não é o de mensurar *per si* a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, mas sim identificar quais são as principais carências dos domicílios goianos, para assim poder direcionar as políticas públicas que visam transformar as condições de vida da população mais carente do estado. Vale salientar que o termo carência é entendido aqui como a necessidade de alguma coisa básica; uma falta, uma privação, como a carência de alimentação, por exemplo. Pode representar adicionalmente uma necessidade emocional e/ou afetiva. Assim, diante dessa visão mais abrangente, parte-se do princípio de que as carências não são referentes apenas à privação de renda necessária para a manutenção de um padrão minimamente satisfatório de consumo de bens e serviços (IMB, 2019, s/p.).

Os estudos que deram origem ao IMCF no estado de Goiás, foram efetuados pelo Instituto Mauro Borges (IMB) com vistas a mapear, identificar e listar as famílias vulneráveis e a sua localização real, visando pautar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais que possam ser empreendidas, de forma eficaz, pelo governo estadual.

Com base nestes estudos, pode-se estabelecer prioridades de atendimento aos municípios com maiores índices de vulnerabilidades, a exemplo de Santa Terezinha de Goiás, um dos três integrantes dos 10 primeiros municípios em piores dificuldades, segundo os seus critérios (moradia insalubre, jovens fora da escola e cadastrados no Programa Bolsa Família).

3.3 Metodologia

Realizou-se estudo de caso mediante a revisão da Literatura observando-se o aspecto histórico evolutivo, a visão de autores consagrados e da região, sobre a problemática comum aos pequenos municípios brasileiros,

especialmente na Região Norte do estado de Goiás; também a respeito do município de Santa Terezinha de Goiás e os 10 (dez) do seu entorno, com ênfase ao crescimento pós-emancipação ocorrido no período 1960/1989 e à baixa dinamicidade econômica e à redução populacional ocorrida no período 1989 a 2019.

A aplicação do questionário (Apêndice A) objetivou principalmente compreender os aspectos que levaram ao crescimento econômico e populacional ocorrido pós-emancipação entre 1969 a 1989 (primeiros 30 anos); a baixa dinamicidade econômica e a redução populacional ocorridos entre 1989 a 2019 (próximos 30 anos), quando houve suposta “fuga migratória” iniciada a partir do final da década de 1980 até os dias atuais, que pode ter provocado a baixa dinamicidade econômica e o encolhimento do contingente populacional.

Ouviu-se a população residente em Santa Terezinha de Goiás, município da Região Norte do estado de Goiás, mediante a aplicação de questionário composto por 36 perguntas (20 relacionadas aos fatores de atração e afastamento, 6 sobre Políticas Públicas percebidas pela população e 10 sobre ações de gestão recomendadas pelos residentes aos gestores públicos), representada por amostragem de 193 moradores, que correspondem a 2,20% da população total estimada de 8.744 residentes segundo as estimativas do IBGE (2019) e 5,66% do universo de 3.410 residentes possuidores de idade superior a 40 anos.

Segundo os dados do IBGE 2019, 39% (81.957.378 pessoas) do total de 210.147.125 habitantes (estimativa população brasileira) refere-se ao contingente de pessoas com idade superior a 40 anos no país.

O universo da pesquisa em Santa Terezinha de Goiás, definido por 39% da população com idade superior a 40 anos, corresponde a 3.410 pessoas em relação à população estimada total de 8.744 moradores (IBGE 2019).

Embora a estatística que define a amostragem recomende ouvir apenas 66 moradores deste universo, conforme Lavine (2000 *apud* GUIMARÃES; PASQUALETTO, 2019), deliberou-se como objetivo ouvir 198 pessoas, cerca de 3 vezes o recomendado, quando foram efetivadas 193 entrevistas, para maior segurança e para se obter quantidade maior de informações sobre a percepção de políticas públicas aplicadas no município nos períodos

1969/1989 e 1989/2019 e de proposições de ações por parte da população aos gestores municipais, tendo-se em vista o desenvolvimento local.

3.3.1 Objeto de pesquisa

Elegeu-se como objeto de pesquisa o município de Santa Terezinha de Goiás, localizado no médio norte goiano, que ao seu redor possui 10 municípios de pequeno porte de características econômicas e sociais similares.

O município se localiza a 291 km da Capital, Goiânia, no Médio Norte do estado de Goiás. Possui acesso rodoviário principal a partir da capital, utilizando-se a BR-153 (Belém/Brasília) e no km 275, no município de Nova Glória, entroncamento entre os trevos de Rialma/Ceres e Uruaçu, segue-se 21 km por meio da GO/336 até a cidade de Itapaci. Daí, por meio da GO-154, o passageiro segue por mais 20 km, percorre o centro histórico da cidade de Pilar de Goiás e, por fim, avança mais 44 km até a cidade de Santa Terezinha de Goiás, sede municipal, conforme demonstrado nas figuras 8 a 11.



Figura 8: Local da Amostra - Brasil, Região Centro-Oeste
Fonte: Wikipédia (2019)



Figura 9: Local da Amostra - Goiás, Região Norte
Fonte: Wikipédia (2019)



Figura 10: Local da Amostra - Região Norte, município de Santa Terezinha de Goiás
Fonte: Wikipedia (2019)



Figura 11: Local da Amostra - Cidade de Santa Terezinha de Goiás (à direita, Rio Crixás)
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Goiás (2019)

3.3.2 Tipo e classificação da pesquisa

Realizou-se pesquisa do tipo quantitativo (com base em números e dados) e qualitativo (com base em dados subjetivos e informações prestadas pelos moradores), com diversos desdobramentos, aplicada por amostragem aos moradores do município de Santa Terezinha de Goiás.

No que se refere à classificação, quanto à sua natureza, optou-se pela **pesquisa básica**, utilizada para a realização de avaliação e diagnóstico, visando a geração de dados e conhecimento como identificar fatores relacionados à povoação e despovoação; e a **pesquisa aplicada**, que difere quanto à sua abordagem, posto que voltada à produção de conhecimento visando à solução de problemas específicos, como a baixa dinamicidade econômica e a redução populacional ocorrida principalmente a partir dos anos 1989/2019 na região e, particularmente, no município de Santa Terezinha de Goiás.

3.3.3 Roteiro de elaboração de pesquisa

Apresenta-se a Figura 12, elucidativa a respeito do roteiro de elaboração e realização da pesquisa, dividido em quatro partes (objeto, natureza, pesquisa de campo e consolidação e apresentação dos dados) para melhor compreensão.

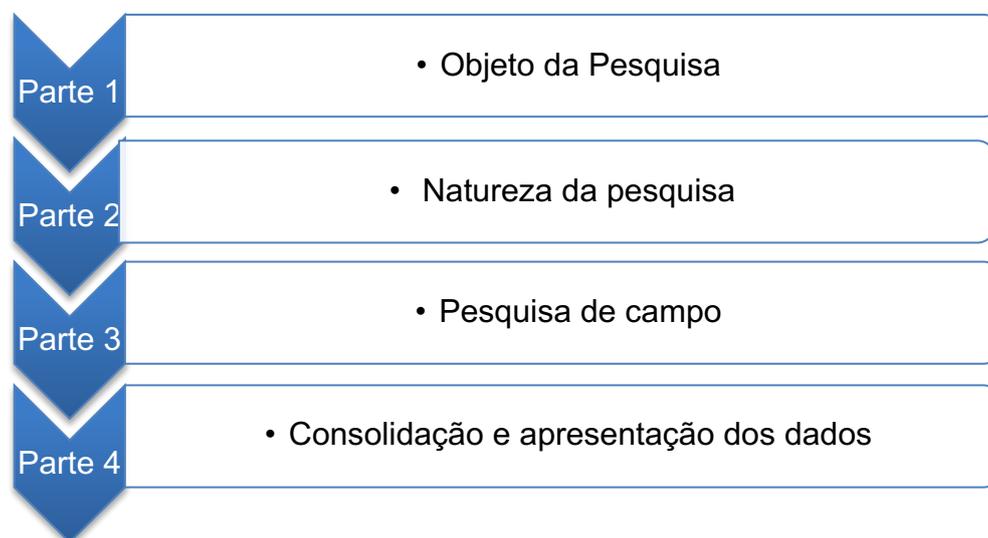


Figura 12: Roteiro de pesquisa do Município de Santa Terezinha de Goiás
Fonte: Guimarães e Pasqualetto (2019), com adaptações do autor

Finalizou-se com a consolidação e apresentação dos dados gerados em planilha do tipo *Excel* e procedeu-se aos respectivos comentários.

3.3.4 Universo e amostra do estudo

Elegeu-se o universo de 39% dos moradores do município de Santa Terezinha de Goiás, correspondente a 3.410 dos seus 8.744 residentes, baseando-se nas estimativas da população do IBGE 2019. Deliberou-se como objetivo realizar pesquisa por amostragem de 200 residentes, foram realizadas 193 entrevistas, correspondendo a 2,20% do total (8.744) e 5,65% do universo a ser pesquisado (3.410), que corresponde a 39% dos residentes, posto se referir ao público alvo definido como pessoas detentoras de idade superior a 40 anos residentes no município.

A escolha de amostragem baseada em 39% dos moradores ocorreu em razão dos dados do IBGE fixarem em 39% os brasileiros possuidores de idade a partir de 40 anos ou mais no país, com base nas estimativas da população em 2019 (IBGE, 2019).

Como critério basilar, definiu-se o perfil dos entrevistados com o objetivo de se ouvir pessoas com idade superior a 40 (quarenta) anos, que residiram no município tanto no seu auge (até os anos 1980), quanto no seu declínio populacional (a partir dos anos 1990), buscando-se identificar fatores de atração, de mudança e se perceberam a existência de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento local, bem como suas recomendações de ações e políticas públicas que possam reverter o quadro de baixa dinamicidade econômica e redução gradativa dos moradores.

Ainda, perguntou-se a respeito de terem alguém da família que se mudou para outra cidade ou país a partir da década de 1990 e as suas motivações para migrar, observando-se apenas um entrevistado por família, visando maior amplitude do estudo.

A definição da amostragem justificou-se pelo emprego do método estatístico da determinação do tamanho da amostra com base na estimativa da proporção populacional.

Conforme Lavine (2000 *apud* GUIMARÃES; PASQUALETTO, 2019), caso a amostra tenha tamanho (n) maior ou igual a 5% do tamanho da população (N), considera-se que a população seja **finita**.

Utilizou-se de cálculo algébrico e confirmação por meio de calculadora eletrônica disponível na internet, no site SurveyMonkey (2019). Foram analisados três critérios comparativos, com 90%, 95% e 99% de Grau de Confiança e 10%, 5% e 1% a Margem de Erro, respectivamente, expostos na Tabela 21, para melhor análise e deliberação.

Tabela 21: Valores críticos relacionados ao Grau de Confiança na amostra

Grau de Confiança	α	Valor Crítico Z/2
90%	0,10	1,645
95%	0,05	1,960
99%	0,01	2,575

Fonte: Lavine (2000 *apud* GUIMARÃES; PASQUALETTO, 2019)

Adotou-se a alternativa que apresenta 90% de Grau de Confiança e 10% de Margem de Erro (0,10), por tratar-se de população **finita**, aplicável, portanto, ao caso para se determinar o tamanho da amostra.

Utilizou-se da fórmula indicada pelos citados autores, abaixo descrita a fim de se determinar o tamanho da amostra.

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N-1) \cdot E^2}$$

Onde:

n = número de indivíduos na amostra;

N = tamanho da população;

Z_{α/2} = valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

p, q = proporção populacional que estamos interessados (p) e que não estamos interessados (q) a estudar – se desconhecidos, utiliza-se 0,5;

E = Margem de erro

Observando-se a Tabela 22 pode-se confirmar os resultados apresentados na calculadora eletrônica do site especializado *SurveyMonkey* no cálculo da amostra, disponível na internet.

Tabela 22: Resultado do cálculo efetuado eletronicamente por meio de site especializado na internet

Tamanho da População	Nível de Confiança	Margem de Erro	Tamanho da Amostra
3.510	90%	10%	66
3.510	95%	5%	346
3.510	99%	1%	2.831

Fonte: SurveyMonkey (2019)

Confirma-se, por oportuno, a amostra requerida de 66 moradores. Por deliberação do autor optou-se em realizar a pesquisa buscando-se o triplo da amostragem requerida (198). Do objetivo inicial de 200 questionários, foram finalizadas 193 entrevistas aos moradores para alcançar maior margem de confiança, tendo em vista a complexidade e posto que quanto maior a amostra, maior será a relevância estatística. Considerou-se ainda que não se pode evitar a ocorrência do erro amostral, mas limitar valor, utilizando-se amostra do tamanho adequado. Erro amostral e tamanho da amostra têm sentidos

contrários, de modo que quando se amplia o tamanho da amostra, se reduz a perspectiva de erro amostral, conforme demonstrado no referido site (SurveyMonkey, 2019).

Por outro lado, tem-se o objetivo de capturar da amostra, maior número possível de informações quanto aos 3 eixos da pesquisa, em especial, no que se refere aos fatores de migração populacional para outras cidades e à proposição de políticas públicas aos gestores municipais, por parte dos entrevistados, daí a importância de se realizar um número maior de entrevistas.

3.3.5 Instrumentos e coleta de dados

Como instrumento de pesquisa, elaborou-se entrevista estruturada composta por 3 eixos: o primeiro contendo 20 perguntas; o segundo, 6 perguntas; e o terceiro, 10 perguntas, totalizando 36 perguntas mistas (abertas e fechadas) com desdobramentos, aplicadas por meio de contato direto, que deram origem a respostas e novas indagações sobre a temática abordada. São eles: I- Fatores de atração e de afastamento migratório do município de Santa Terezinha de Goiás; II- Políticas públicas percebidas pela população em Santa Terezinha de Goiás; III- Recomendações de políticas públicas dos moradores aos gestores municipais de Santa Terezinha de Goiás.

Quanto à técnica empregada e os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, distribuiu-se as entrevistas a 4 jovens pesquisadores, orientados pelo autor, na proporção de 50 questionários para cada um, todos capeados por Termos de Livre Consentimento à pesquisa, declarados pelos entrevistados e efetuou-se as 193 entrevistas no período de 25 a 29 de novembro de 2019.

Realizou-se orientação sobre o trabalho relacionado à pesquisa pessoalmente, por meio de áudio conferência e também por grupo do sistema “WhatsApp” denominado “Jovens Pesquisadores ST” a fim de se incentivar a equipe, tirar dúvidas e garantir a qualidade do trabalho. Orientou-se visitarem casas e estabelecimentos comerciais de quatro diferentes avenidas e ruas, para maior diversidade. Ao final, recolheu-se os questionários das entrevistas para a construção dos dados, gráficos e tabelas derivados das respostas.

Para a coleta de dados extraídos dos questionários, utilizou-se de planilhas tipo *Excel*, padrão *office* da *Microsoft*, que possibilitaram a geração de gráficos e tabelas relativas a cada eixo, bastante elucidativas a cerca dos temas abordados.

3.3.6 Processamento das informações

As planilhas do *Excel* utilizadas deram origem a informações relevantes acerca dos fatores de atração, mudança, percepção de políticas públicas de desenvolvimento regional e local implantadas no período, bem como proposições de novas políticas públicas efetuadas pelos moradores aos gestores locais, olhando-se para o futuro, tendo-se em vista a perspectiva da reversão do quadro.

Após a coleta de dados dos questionários utilizados, procedeu-se à tabulação, criação de tabelas, análise e respectivos comentários.

Buscou-se, na sequência, analisar, confrontar e comentar os dados levantados à luz do conhecimento dos autores tradicionais e locais, de modo a se compreender as dificuldades que tenham impostos a um só tempo, a baixa dinamicidade econômica e a redução gradativa dos moradores, bem como apontar alternativas para a reversão do quadro e a promoção do desenvolvimento local.

3.4 Resultados e Discussão

A pesquisa quanti-qualitativa realizada envolveu 193 moradores com o objetivo de simultaneamente, trazer ao conhecimento dados importantes sobre os fatores de atração, migração para outras cidades e identificar os problemas que levaram ao baixo nível de atividade econômica do município, existência ou ausência de políticas públicas relevantes, bem como, olhando-se para o futuro, eventual proposição de políticas públicas vocacionadas ao desenvolvimento, aos gestores municipais, por parte dos moradores locais.

Procedeu-se ao preenchimento das planilhas e à tessitura de comentários a respeito dos dados obtidos, que se transformaram em

informação e geraram conhecimento em face à sua análise e o contraste à visão dos autores, baseando-se no conteúdo da Revisão da Literatura.

3.4.1 Fatores de atração e migração para outras cidades

Analisou-se preliminarmente o perfil dos entrevistados, sua qualificação quanto ao nível de escolaridade, profissão, procedência etc. para, posteriormente, buscar entender os fatores de atração e eventual migração para outras cidades.

Das 200 entrevistas previstas inicialmente, 193 foram finalizadas.

Foram ouvidas na cidade de Santa Terezinha de Goiás 94 pessoas do sexo masculino (49%), 85 do sexo feminino (44%) e 14 não informaram o sexo (7%).

Dos 193 entrevistados, 72 (37%) possuíam idade entre 40 a 49 anos; 63 (33%) entre 50 a 59 anos; 34 (18%) entre 60 a 69 anos; e 24 (12%) possuíam idade superior a 70 anos. Somando-se as 3 faixas etárias mais elevadas, tem-se 121 entrevistados (63%) que viveram de forma ativa a experiência do apogeu (anos 1980) e o declínio (anos 1990) do Garimpo de Esmeraldas que afetou os municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, conforme se pode observar na Figura 13.

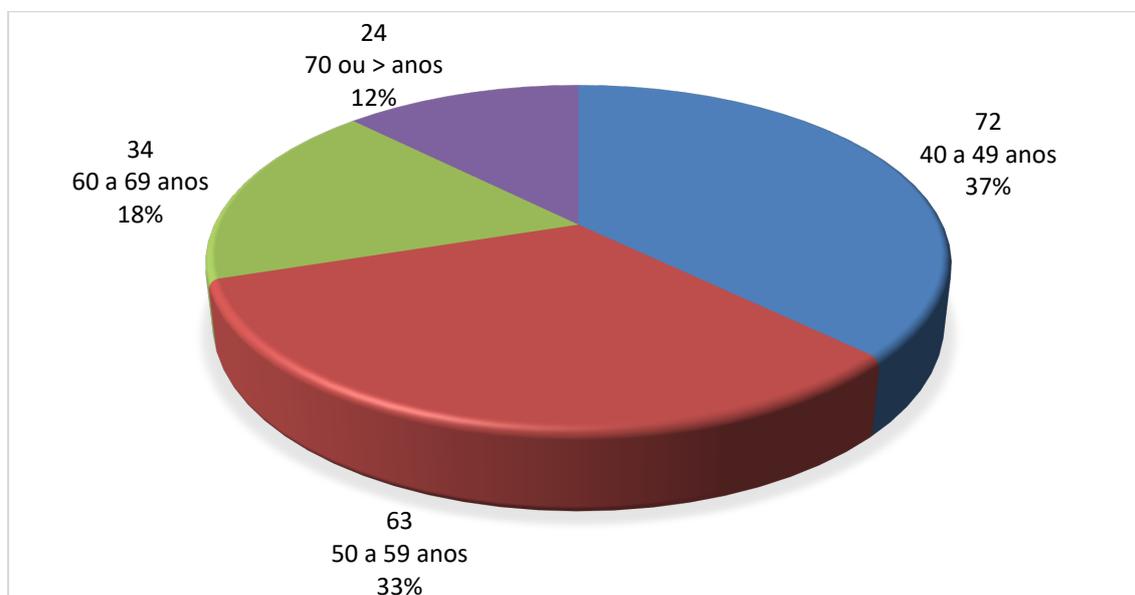
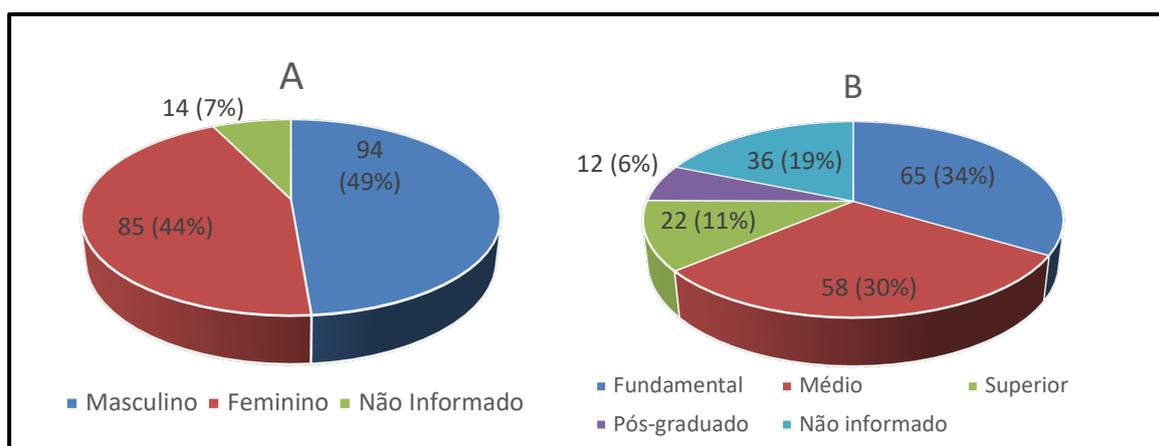


Figura 13: Faixa etária dos 193 entrevistados em Santa Terezinha de Goiás

Importante registrar que elegeu-se como público-alvo os moradores que possuíam acima de 40 anos de idade, a fim de se ouvir aqueles que presenciaram o antes e o depois do surgimento do garimpo de esmeraldas, conhecedores, portanto, da realidade econômica, social e ambiental do município de Santa Terezinha de Goiás nos períodos 1969/1989 e 1989/2019.

A entrevista cumpriu o seu propósito, a observar-se este prisma, posto que 121 entrevistados (63%) possuíam idade superior a 50 anos. Quanto ao nível de escolaridade, predominaram aqueles que cursaram apenas o ensino fundamental (65/34%), seguidos dos que cursaram o ensino médio (58/30%). 22 entrevistados afirmaram possuir curso superior (11%), 12 pós-graduação (6%) e 36 não informaram (19%), conforme se pode observar na Figura 14.



Figuras 14: Total de pessoas entrevistadas por sexo (A) e nível de escolaridade (B) no município de Santa Terezinha de Goiás

A predominância do nível de escolaridade dos entrevistados entre o ensino fundamental e o médio, além da maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, corrobora com a visão de Amaral, Rodrigues e Fígoli (2002), que pontuam a procedência dos migrantes de camadas de rendas mais baixas, de menor escolaridade e idades mais avançadas que se deslocam, principalmente, em busca por trabalho.

Quanto à profissão ou atividade exercida, dos 193 entrevistados, 75 responderam Outros (39%), 52 se declararam funcionários públicos (27%), 52 autônomos (27%), 9 disseram ser profissionais liberais (5%) e 5 funcionários do setor privado (2%). Evidencia-se que a maioria, 39% deles, 75 pessoas, não possuem profissão definida ao responder outros, de acordo com o demonstrado na Figura 15.

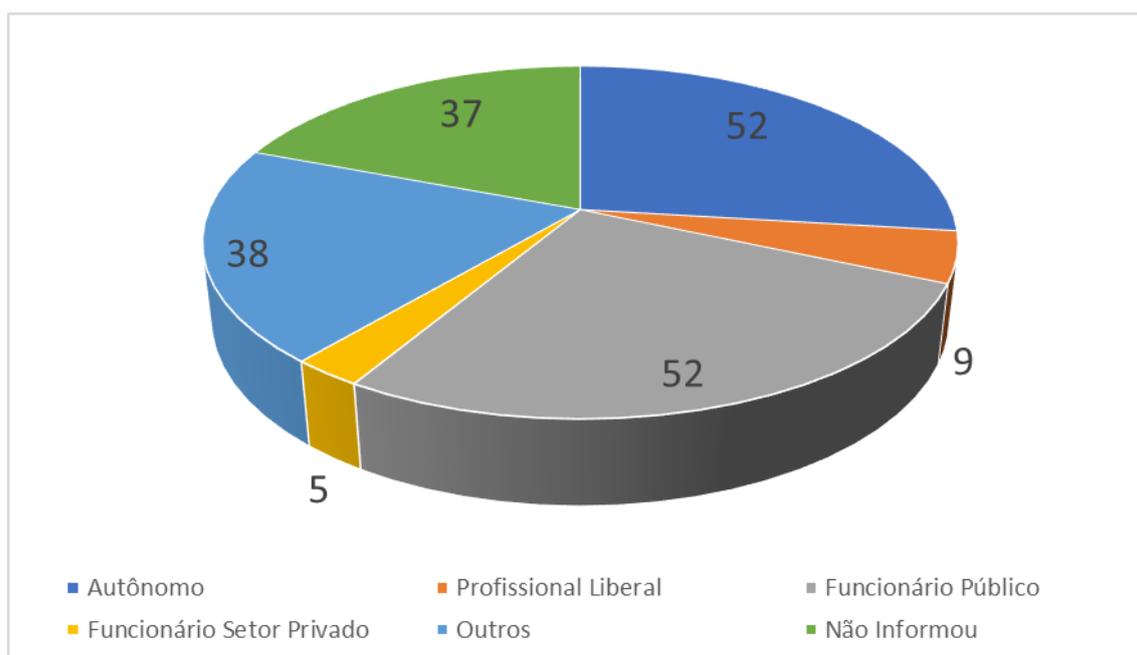


Figura 15: Qualificação do entrevistado por atividade ou profissão em Santa Terezinha de Goiás

Imagina-se também que no contingente daqueles que responderam como profissão “outros” na pesquisa, ali se encontrem pessoas ligadas às atividades rurais, garimpos, aposentados e beneficiários dos Programas Bolsa Família (34,16% da população) e BPC (4,69% da população) (MDS, 2019), que provavelmente não se sentiram representados nas perguntas do questionário aplicado.

No que se refere à procedência, predominaram na amostra as pessoas que se deslocaram de outras cidades do Centro-Oeste para Santa Terezinha de Goiás (141/73%), não informado 26 (13%), seguido daquelas que vieram da Região Nordeste (16/8%) e Sudeste 11 (6%). Acredita-se que grande parte dos procedentes da Região Nordeste não informaram e/ou tenham se transferido para a cidade de Campos Verdes no auge do Garimpo de Esmeraldas (anos 1980). Quanto ao estado de origem 117 (61%) procedem do próprio estado de Goiás, 48 (25%) não informaram, 13 (7%) são da Bahia e 9 (5%) procedem de Minas Gerais. A Figura 16 enfatiza a procedência migratória por região e estado.

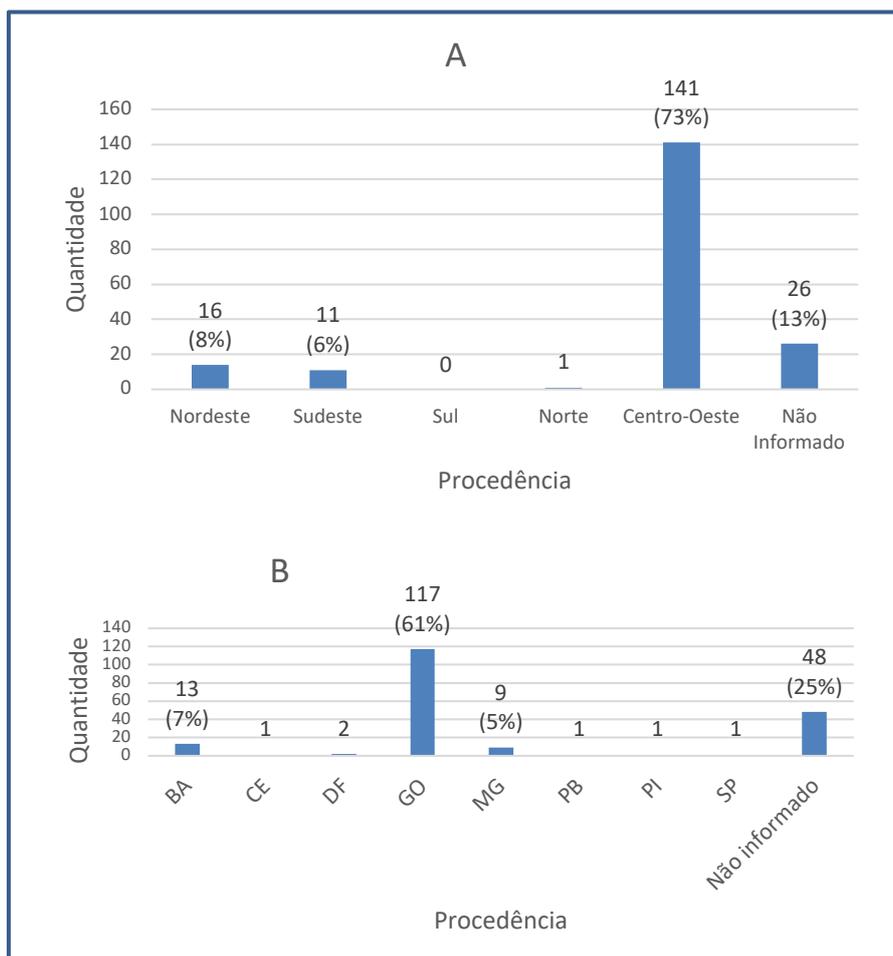


Figura 16: Regiões (A) e estados (B) de procedência dos migrantes para o município de Santa Terezinha de Goiás

Por sua vez, 94 dos 193 entrevistados (49%), aproximadamente a metade, declararam ter migrado para Santa Terezinha de Goiás à procura por trabalho, seguidos de 36 (19%) por motivo de mudança da família, 29 (15%) não informaram, 20 (10%) na busca por qualidade de vida e 14 (7%) motivado por estudos. Destes, 67 (36%) declararam ter mudado antes dos anos 1980; 35 (18%) entre os anos 1980 a 1984; e 16 (8%) entre os anos 1985 a 1989. Desta forma, 118 (61%) declararam ter migrado para Santa Terezinha de Goiás antes e na década de 1980 no momento da descoberta e no auge do garimpo de esmeraldas explorado na Fazenda São João, que viera a se tornar município de Campos Verdes, emancipado em 1989, conforme demonstrado nas Figura 17.

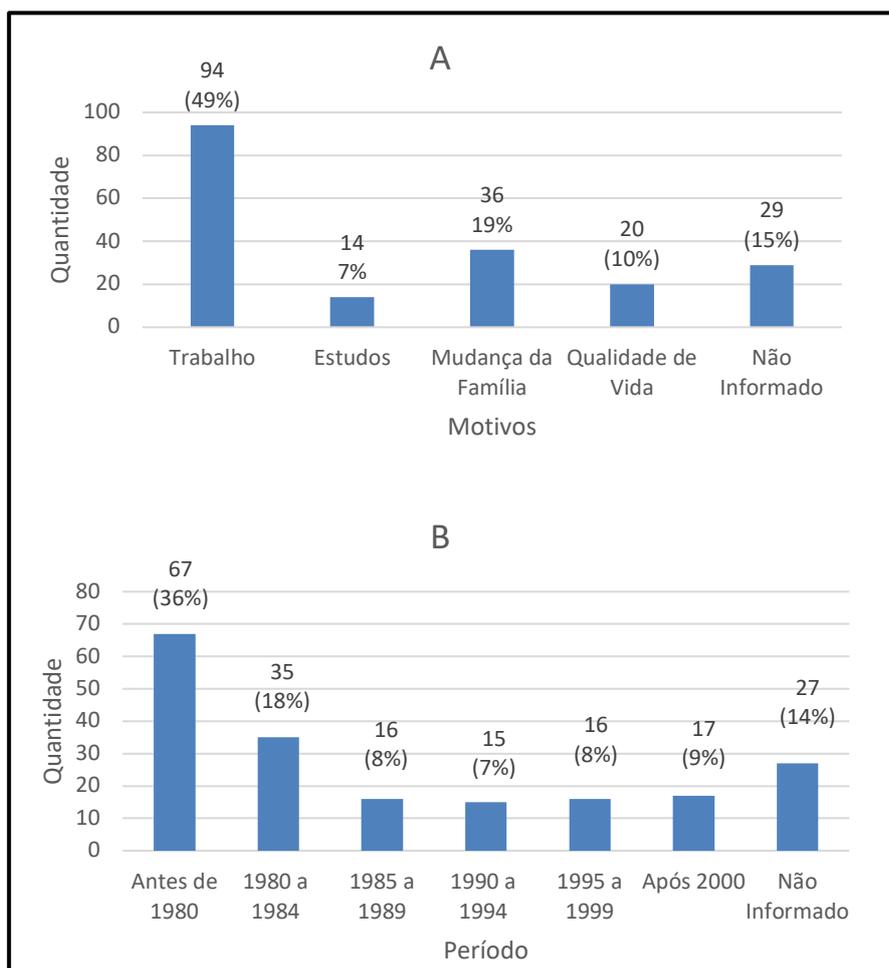


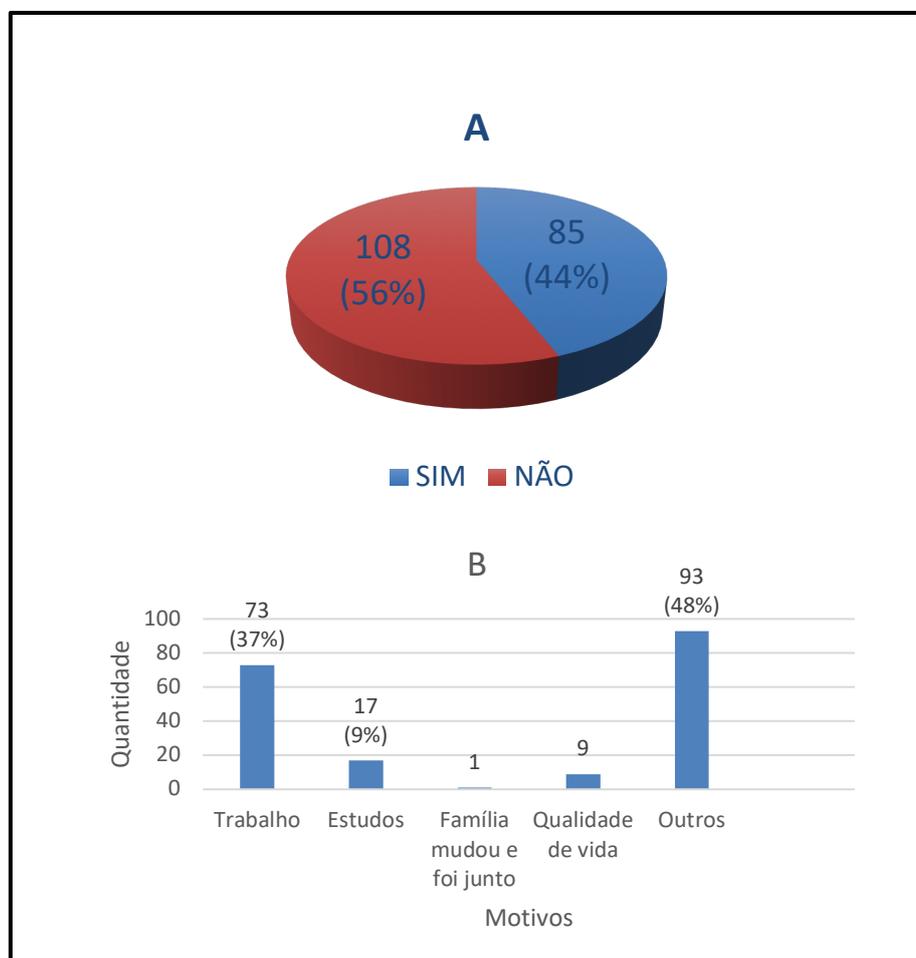
Figura 17: Motivos (A) e data da migração (B) para o município de Santa Terezinha de Goiás

Entende-se a partir desses dados que parte significativa dos beneficiários dos Programas Bolsa Família, que na Região Norte do estado de Goiás e, especialmente, no município de Santa Terezinha de Goiás, excede aos percentuais de participação da população estadual (13,57%) e nacional (20,33%) (MDS 2019), possa ter sua origem nesta camada da população que migrou para a região e o município à procura de trabalho e tenha enfrentado dificuldade de colocação dado o seu perfil profissional e a baixa dinamicidade econômica local.

Não se analisou o impacto da inserção dos recursos dos programas PBF, BPC e outros na economia mas sabe-se que exerce, a despeito do elevado grau de dependência identificado, fator positivo no mercado local.

Indagados sobre a migração de algum membro da família para outra cidade ou país a partir da década de 1990, dos 193 entrevistados, 108 (56%)

afirmaram que não houve migração. Porém, 85 (44%) dos entrevistados tiveram 1 ou mais membros da família que mudou da cidade. Sobre os motivos, 93 (48%) informaram outros, 73 (37%) disseram que o motivo era a busca por trabalho, 17 (9%) para continuidade dos estudos e 9 (5%) na busca por melhor qualidade de vida, aspectos evidenciados na Figura 18.



Figuras 18: Entrevistados que tiveram membros da família que migraram para outras cidades (A) e os respectivos motivos (B).

Perguntou-se também quais foram os motivos determinantes para se permanecer em Santa Terezinha de Goiás a partir dos anos 1990. Dos 193 entrevistados, 102 (53%) afirmaram tratar-se de uma cidade boa para morar, 40 (21%) ficaram em razão de oportunidades de trabalho e 24 (13%) motivados pelos estudos, 27 (14%) declararam outros motivos, assim observado na Figura 19.

Embora não se tenha detido a respeito do perfil daqueles que migraram para outras cidades, depreende-se que aqueles melhor sucedidos também integrem este grupo.

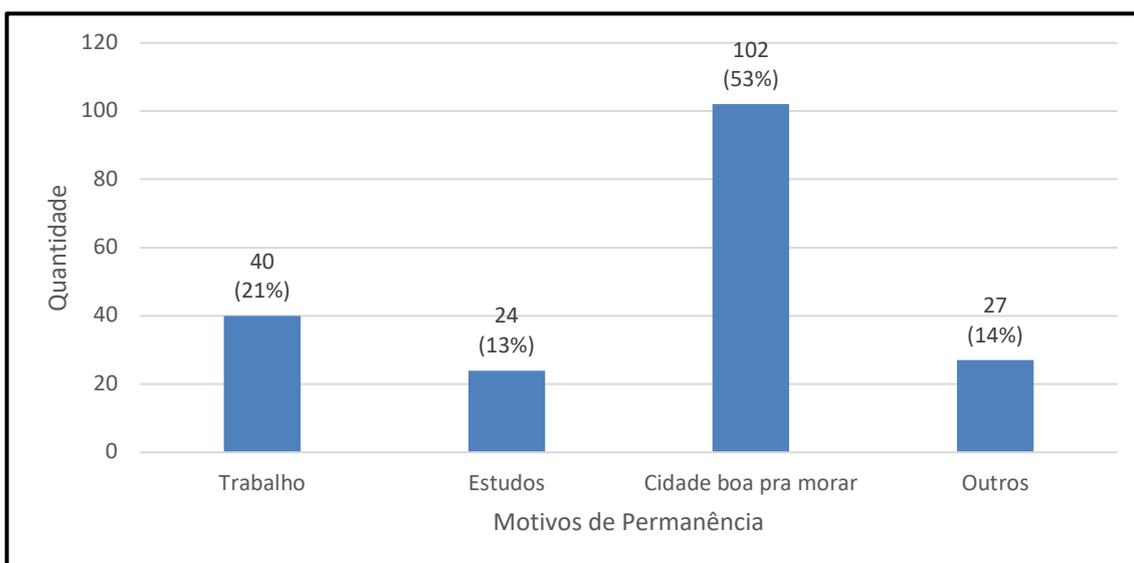


Figura 19: Motivo de permanência em Santa Terezinha de Goiás a partir dos anos 1990

Indagados sobre as atividades econômicas predominantes até o ano de 1980 no município, 92 (48%) dos entrevistados disseram ter sido a agricultura, 37 (19%) garimpos e 36 (19%) afirmaram ter sido a pecuária, 10 (5%) outras atividades, assim evidenciados na Figura 20.

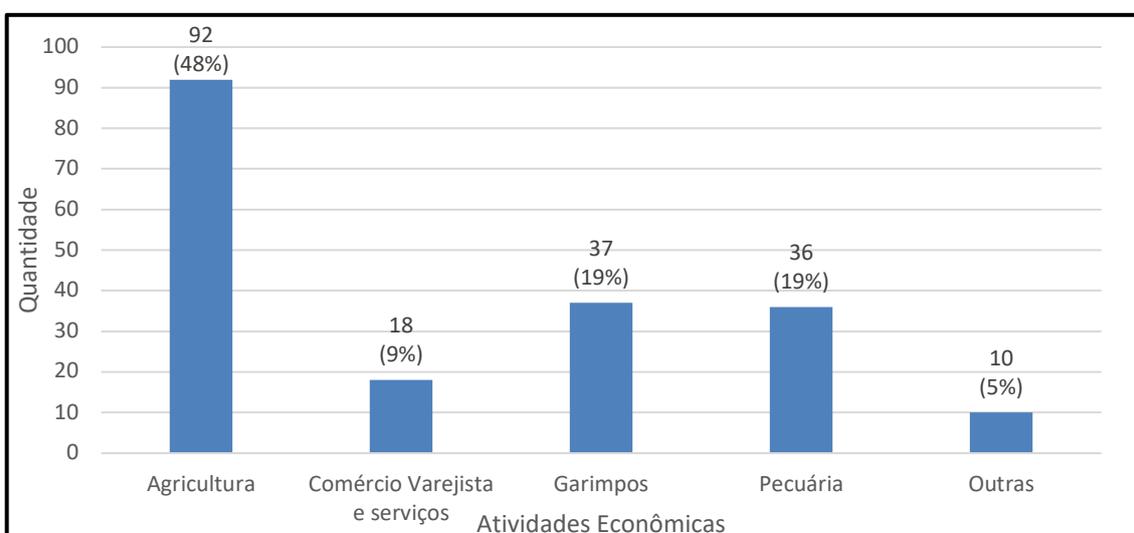


Figura 20: Atividades econômicas predominantes até o ano 1980 no município de Santa Terezinha de Goiás.

A respeito das atividades econômicas exercidas na década de 1990, dos 193 entrevistados, 95 (49%) afirmaram ter sido garimpos, 53 (27%) pecuária,

26 (13%) agricultura e 16 (8%), disseram ter sido comércio varejista e serviços, 3 (1%) outras, conforme se destaca na Figura 21.

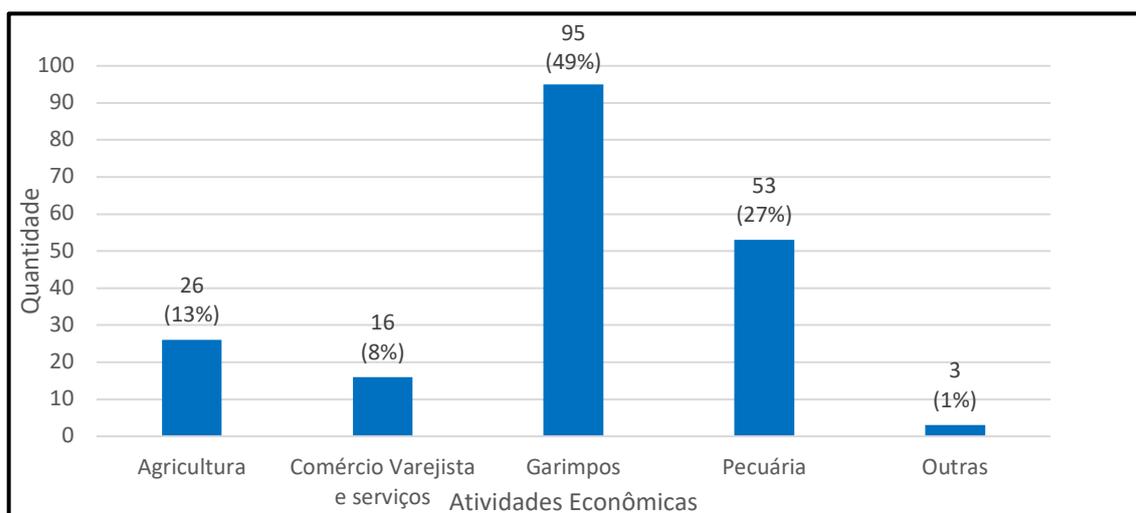


Figura 21: Atividades econômicas exercidas na década de 1990 no município de Santa Terezinha de Goiás

Quanto às principais atividades econômicas praticadas após a década de 1990 e atualmente, 60 (31%) afirmaram ser garimpos, 58 (30%) pecuária, 52 (27%) comércio varejista e serviços e 15 (7%) disseram ter sido a agricultura, 8 (4%) outras, conforme destaque da Figura 22.

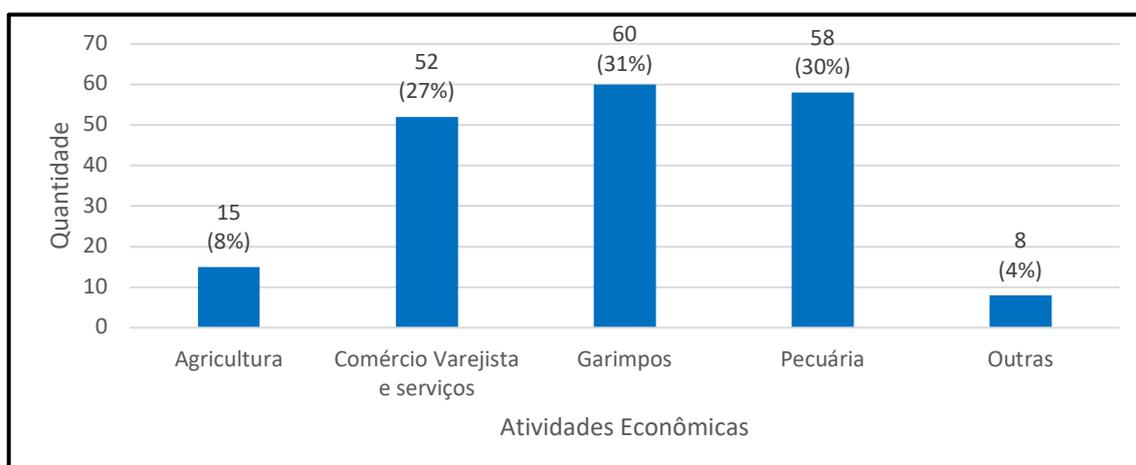


Figura 22: Atividades econômicas principais, praticadas a partir dos anos 1990 no município de Santa Terezinha de Goiás

A respeito da quantidade de agências bancárias, fomentadoras de crédito e de prestação de serviços bancários essenciais na cidade até o início da década de 1980, dos 193 entrevistados, 73 (38%) disseram que havia 1

agência, 60 (31%) 2 agências, 29 (15%) 3, 19 (10%) não informaram e 12 (6%) afirmaram que existiam 4 ou mais agências na cidade. Após a década de 1980, 72 (37%) afirmaram que haviam 3 agências, 59 (30%) 2 agências, 34 (18%) relataram haver 4 ou mais agências, 21 (11%) não informaram e 7 (4%) disseram ter uma agência, conforme se pode observar na Figura 23.

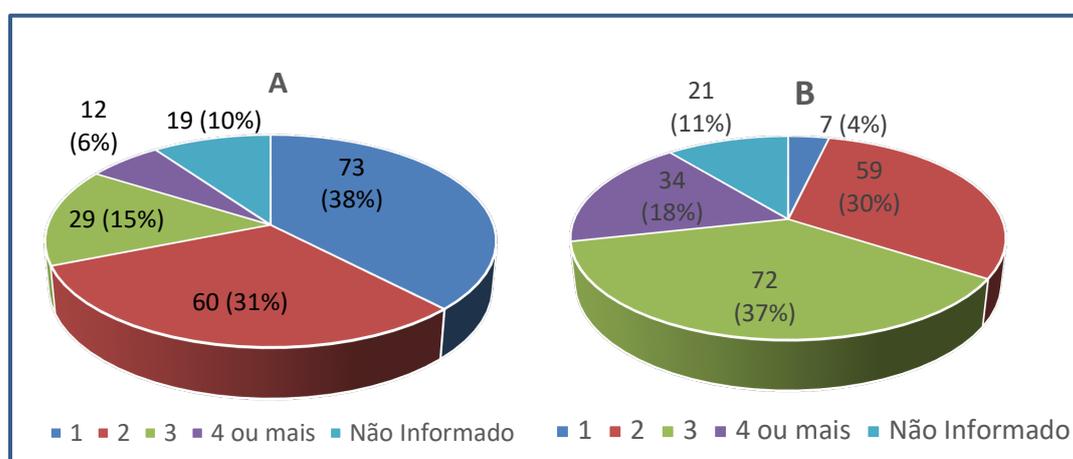


Figura 23: Agências bancárias existentes até a década de 1980 (A) e após (B) a década de 1980 no município de Santa Terezinha de Goiás

Complementarmente, indagados sobre o número de agências atualmente existentes (2019), 108 (56%) disseram ter 4 ou mais agências, 49 (25%) 2 agências e 19 (10%), apenas 1 agência.

Apesar do incremento de agências bancárias ocorrido a partir do surgimento do Garimpo de Esmeraldas, não se identificou impacto relevante na economia local relacionado à concessão de crédito subsidiado e programas específicos de iniciativa dos governos federal, estadual e local, tomando-se como exemplo os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II, III) e o Polo de Mineração do Norte Goiano (Goiás, 2015), para promoção do desenvolvimento e originação de emprego e renda.

No que se refere ao aspecto segurança antes do surgimento do Garimpo de Esmeraldas no início da década de 1980, 178 (92%) dos 193 entrevistados afirmaram que a cidade de Santa Terezinha de Goiás se tratava de “cidade tranquila, segura”, enquanto 7 (4%), 5 (3%) e 3 (2%) disseram tratar-se de cidade agitada, insegura, não informaram e cidade violenta, inóspita respectivamente, ponto demonstrado na Figura 24.

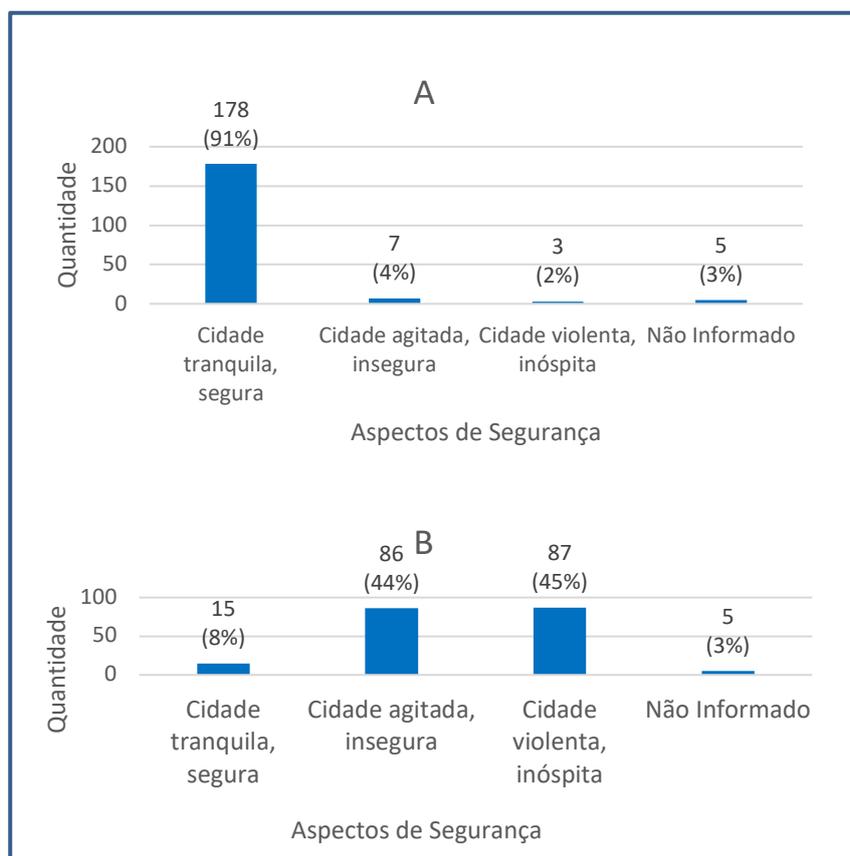
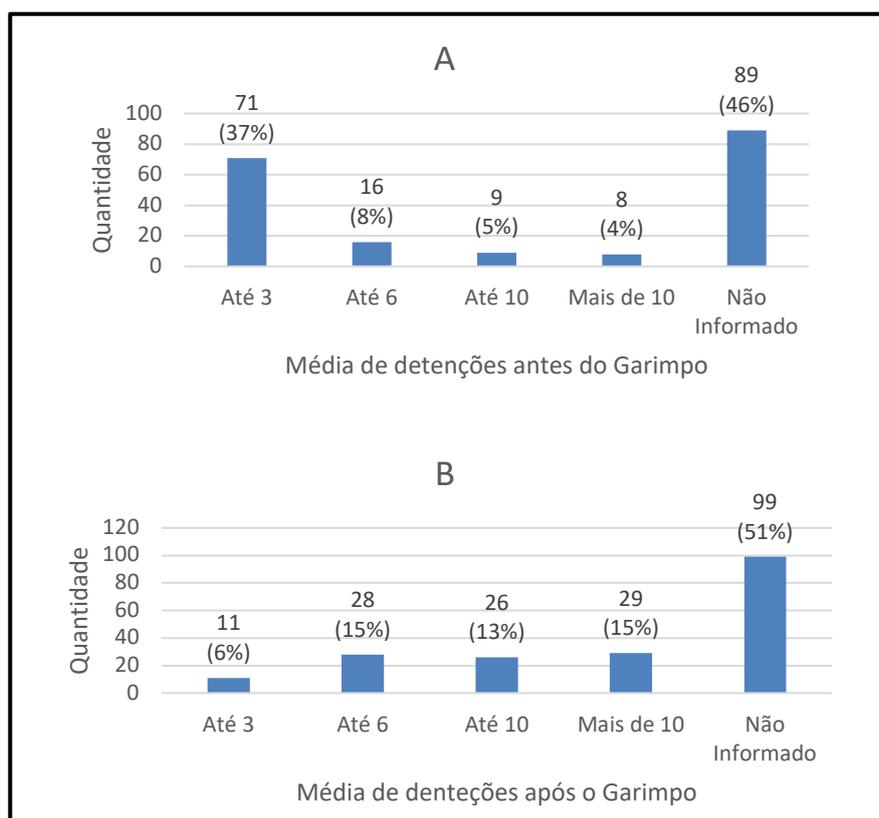


Figura 24: Aspecto de segurança da cidade antes (A) e após (B) do Garimpo de Esmeraldas (início da década de 1980) no município de Santa Terezinha de Goiás

Quando questionados a respeito do aspecto segurança da cidade após o surgimento do garimpo, ocorrido no início da década de 1980, 87 (45%) dos entrevistados disseram que a cidade era violenta/inóspita; 86 (44%) agitada/insegura; 15 (8%) afirmaram tratar-se de cidade tranquila/segura e 5 (3%) não informaram, dados evidenciados na referida figura 19.

Os entrevistados foram também indagados sobre o número médio de detenções antes e depois do surgimento do garimpo de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás. Dos 193 entrevistados, 89 (46%) não souberam informar e 71 (37%) afirmaram haver até 3 detentos na cadeia municipal antes do surgimento do garimpo de esmeraldas. Após a descoberta do garimpo, 99 (51%) não souberam informar, 29 (15%) disseram haver mais

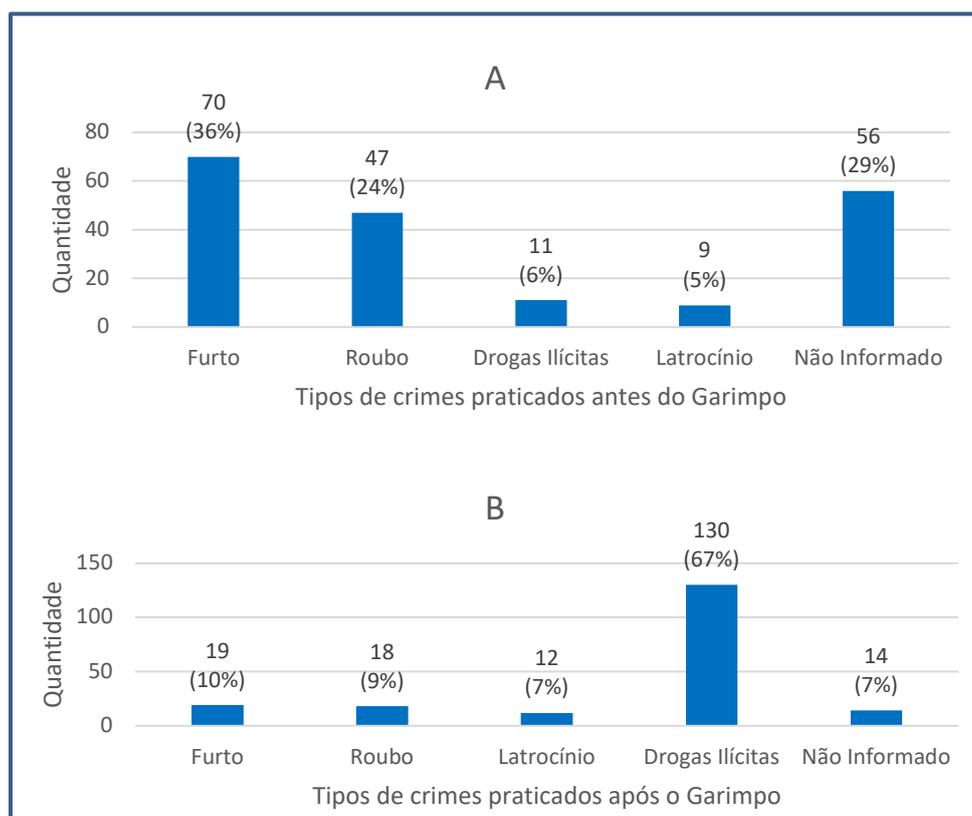
de 10, 28 (15%) afirmaram existir até 6 e 11 (6%) afirmaram existir até 3 detentos na cadeia municipal (Figura 25).



Figuras 25: Número de detentos antes (A) e depois (B) do surgimento do garimpo de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás (início da década de 1980)

Complementarmente, indagados sobre o número de detentos no sistema prisional local em 2019, 85 (44%) não souberam informar e 66 (34%) disseram haver mais de 10 detentos, dados obtidos nas entrevistas.

Os entrevistados também foram indagados sobre os principais tipos de crimes que entendiam praticados no município antes e após o surgimento do garimpo de esmeraldas, ocorrido a partir de 1981. Antes do garimpo, 70 (36%) disseram que os principais tipos de crimes se tratavam de furto; 56 (29%) não informaram; 47 (24%) roubo; 11 (6%) drogas ilícitas; e 9 (5%) latrocínio. Após o garimpo, atualmente, ano 2019, 130 (67%) se referem ao consumo de drogas ilícitas; 19 (10%) furto; 18 (9%) roubo; 14 (7%) não informaram e 12 (7%) latrocínio, conforme se pode observar na Figura 26.



Figuras 26: Tipos de crimes praticados antes (A) e depois (B) do surgimento do garimpo de esmeraldas no município de Santa Terezinha de Goiás (1981/2019)

A despeito do clamor por segurança, comum no município de Santa Terezinha de Goiás, nota-se certo alheamento dos entrevistados quanto ao número de detentos que possa haver no município antes e pós-garimpo, destacando-se o vigor do consumo de drogas ilícitas a partir dos anos 1980 e atualmente, revelado nas respostas de 130 entrevistados (67%).

Houve evidente crescimento do nível de atividade com o advento do garimpo de esmeraldas, o reflexo se fez notar também na rede hoteleira. A respeito da existência de hotéis antes da abertura do garimpo de esmeraldas, 169 (87%) disseram que haviam até 3 hotéis; 11 (6%) até 6 hotéis; 8 (4%) não informaram e 5 (3%), disseram que havia mais de 6 hotéis. Após o surgimento do referido garimpo se abriram novos hotéis, pousadas e inúmeras casas para aluguel, porém, atualmente, 96 (50%) disseram haver até 6 hotéis e 69 (36%), 21 (10%) disseram haver até 3 hotéis e 7 (4%) não informaram, o que se pode notar na Figura 27.

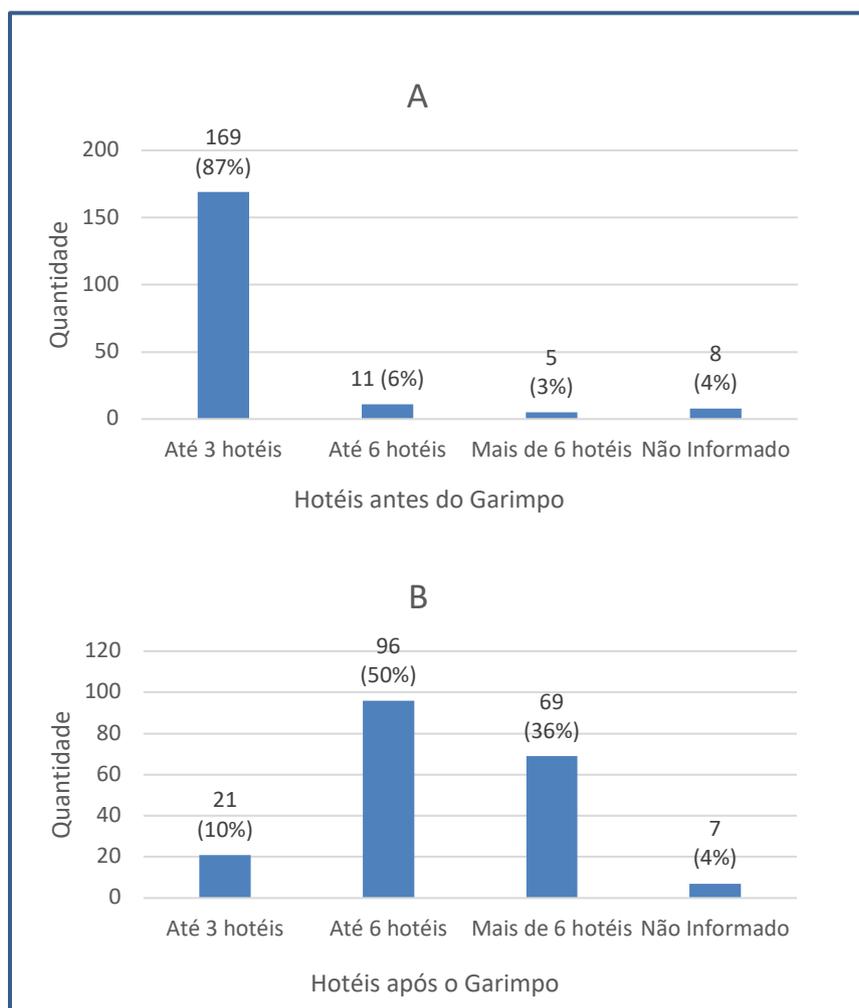


Figura 27: Quantidade de hotéis antes (A) e após (B) o garimpo na cidade de Santa Terezinha de Goiás

Sabe-se do incremento do nível de atividade econômica geral ocorrido em Santa Terezinha de Goiás e nos municípios do seu entorno nos anos 1980, em decorrência do auge do Garimpo de Esmeraldas e dos investimentos realizados pelas mineradoras de ouro. Porém, o denominado capital industrial mineral aplicado no “Vale do Rio Crixás” a partir de 1989, ano que marca o início da extração de ouro no município de Crixás, segundo Cardoso Júnior (2015), dada a automação em maior escala, também impôs redução de postos de trabalho na região, além do declínio da produção no garimpo de Campos Verdes, que passou a exigir maiores investimentos para a extração.

A respeito da quantidade de escolas existentes antes e após o surgimento do garimpo de esmeraldas, percebeu-se ligeira evolução ao longo do tempo. Antes, 124 (64%) disseram haver até 2 escolas e 54 (28%) até 4

escolas. Atualmente, 98 (51%) disseram haver até 4 escolas e 82 (43%) afirmaram existir mais de 6 escolas, conforme se observa na Figura 28.

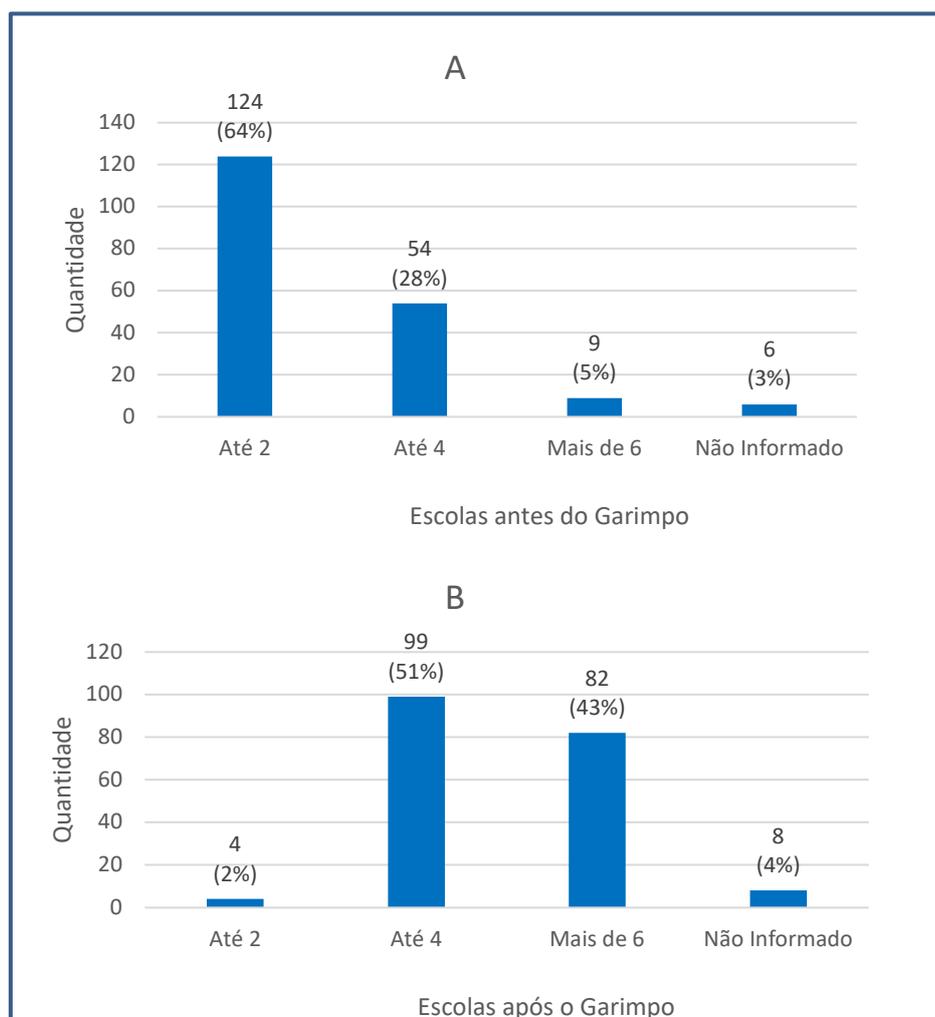
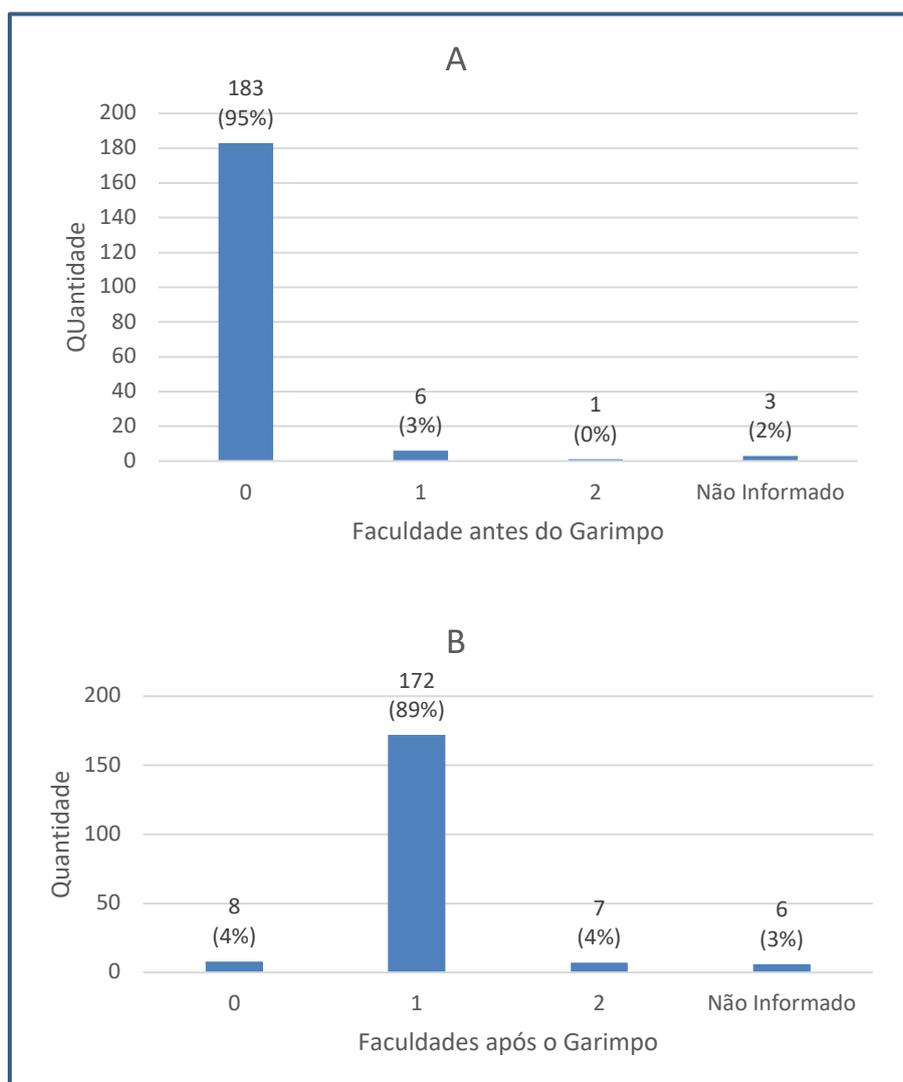


Figura 28: Quantidade de escolas antes (A) e após (B) o garimpo na cidade de Santa Terezinha de Goiás

Indagados sobre a existência de faculdades que oferecem cursos presenciais e à distância, antes e depois do garimpo, percebeu-se na resposta dos entrevistados, um reconhecimento da evolução gradativa da oferta de cursos superiores na cidade. Antes do garimpo, 183 (95%), a maioria dos entrevistados, afirmou não haver nenhuma faculdade/universidade na cidade. Após, atualmente, 172 (89%) disseram haver 1 faculdade e 8 (4%) afirmaram a inexistência de faculdade na cidade, enquanto 7 (4%) afirmam possuir mais de 2 faculdades e 6 (3%) não informaram, podendo-se afirmar a ocorrência de uma sensível melhora na oferta da educação no município, conforme se vê na Figura 29.



Figuras 29: Quantidade de faculdades existentes antes (A) e depois (B) do surgimento do garimpo de esmeraldas, em Santa Terezinha de Goiás

A respeito do atendimento prestado à saúde pública, perguntou-se da existência de hospitais e postos de saúde antes e após o surgimento do garimpo de esmeraldas. Antes, 86 (45%) disseram haver 1 unidade de atendimento; 57 (30%) 2 unidades, 28 (14%) 3 unidades ou mais e 22 (11%) não informaram. Após e atualmente, 86 (45%) disseram haver 3 ou mais unidades; 61 (32%) 2 unidades, 24 (23%) não informaram e 22 (11%) responderam haver apenas 1 unidade de atendimento em saúde na cidade, demonstrando a ampliação da oferta de saúde no município, conforme se observa na Figura 30.

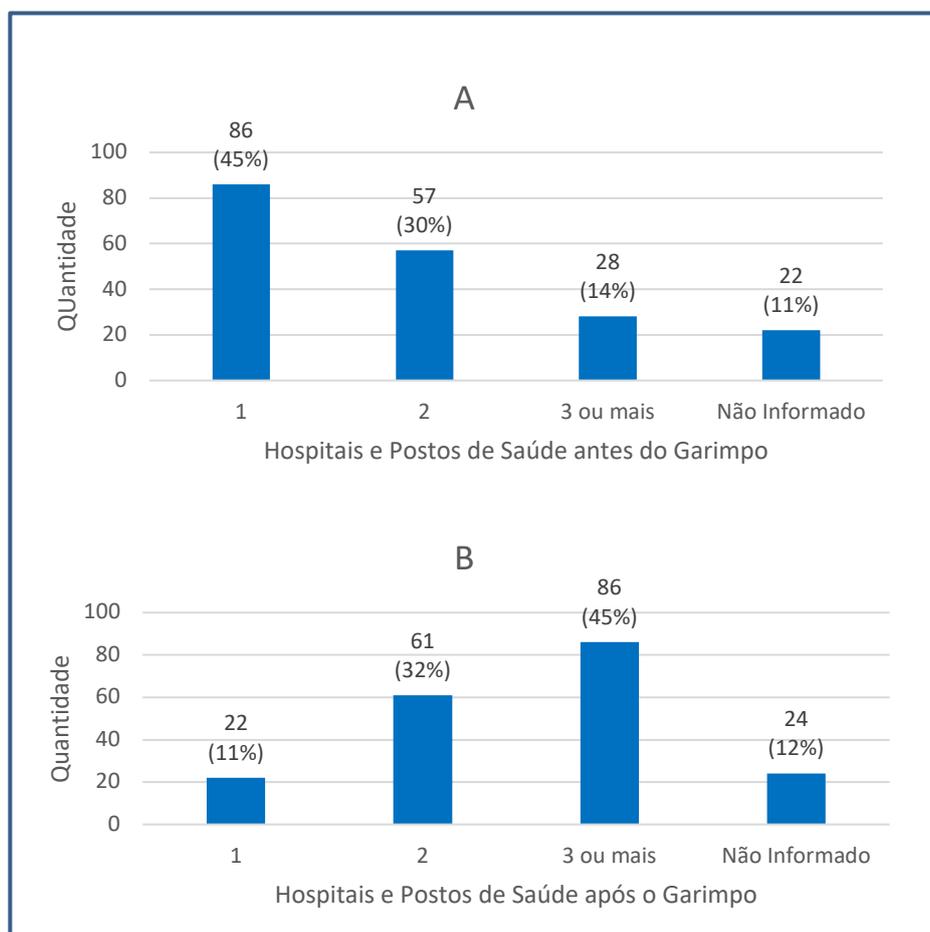
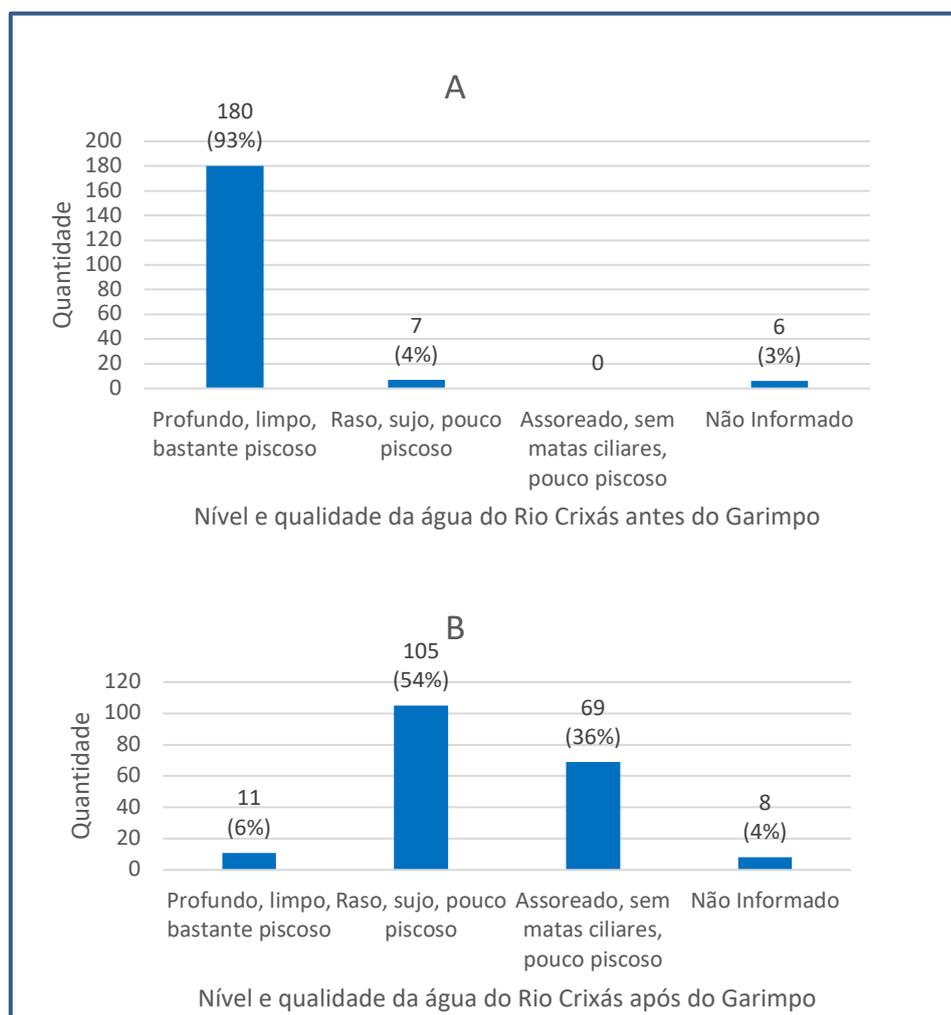


Figura 30: Quantidade de hospitais e postos de saúde na cidade, antes (A) e depois (B) do garimpo na cidade de Santa Terezinha de Goiás

A pesquisa objetivou também ouvir os moradores a respeito do relacionamento que mantêm com o meio ambiente, especialmente em relação ao principal atrativo natural do município, o Rio Crixás, e os efeitos da ação antrópica ocorrida antes e depois do surgimento do garimpo de esmeraldas, com ênfase ao *status* atual, em 2019.

Antes do garimpo, 180 pessoas (93% do total) afirmaram tratar-se de rio profundo, limpo, bastante piscoso, mesmo no período de estiagem. Após o surgimento do garimpo e no que se refere ao seu estado atual, 105 (54%) disseram que encontra-se raso, sujo, pouco piscoso, principalmente no período de estiagem e 69 (36%) afirmaram que o Rio Crixás encontra-se assoreado, sem matas ciliares, pouco piscoso, aspecto que segundo os entrevistados inexistia antes do garimpo, conforme se pode notar na Figura 31.



Figuras 31: Nível e qualidade da água do Rio Crixás antes (A) e depois (B) do garimpo no município de Santa Terezinha de Goiás

As respostas evidenciam que os impactos ambientais ocorridos no Rio Crixás derivaram da ação antrópica exercida em maior escala no período, sobre a flora e a fauna, destacando-se o desmatamento para extração da madeira; formação de pastagens sob destruição quase total das matas ciliares; inúmeros focos de operações ilegais de extração de ouro no leito do rio, utilizando-se de mercúrio conforme informações verbais prestadas pelos entrevistados, de conhecimento geral; e, indiretamente, pelo surgimento do Garimpo de Esmeraldas, que por via indireta tenha atingido o rio por meio dos afluentes.

A despeito das políticas de incentivo à mineração que deram origem ao Ministério das Minas e Energia e a instituições como a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a Agência Nacional de Mineração (ANM), dentre outras apontadas por Cardoso Junior e Lunas (2018), além da Portaria

de n. 442 do Ministério das Minas e Energia (BRASIL, 1984) que instituiu a permissão de lavra garimpeira para o município de Campos Verdes de Goiás, não se registra em caráter compensatório política pública contundente de caráter ambiental visando à proteção dos recursos hídricos, como o Rio Crixás, Rio dos Bois, Rio do Peixe e demais nascentes e mananciais nos 10 municípios do entorno e no município de Santa Terezinha de Goiás.

Ouviram-se nas entrevistas relatos isolados por parte dos moradores quanto à importância de se proteger o Rio Crixás, principalmente dos garimpos de ouro ocorridos à montante da cidade de Santa Terezinha de Goiás, no próprio rio e nos seus afluentes nos anos 1980.

Não houve nas entrevistas menção ao ICMS Ecológico (ICMS-E), benefício concedido pelo Governo Estadual cujos recursos financeiros oscilam em razão da arrecadação do ICMS e se referem à média aproximada de R\$ 80 mil mensais a R\$ 200 mil mensais (3 a 6 critérios atendidos) e mais de R\$ 1,0 milhão/ano. Esses recursos são destinados prioritariamente à proteção ambiental nos municípios que atendam a determinados critérios estipulados pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD-GO), do qual o município de Campos Verdes de Goiás é beneficiário e o de Santa Terezinha de Goiás ainda não se encontra contemplado (SEMAD-GO, 2019).

Finda-se a análise e as ponderações sobre o primeiro eixo da pesquisa, confrontados à visão dos autores e dados dos institutos e órgãos, elaborado com o intuito de se identificar fatores de ordem econômica, social e ambiental que configurem em motivos de atração, a fomentar o nível de atividade geral, incluindo-se a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento do turismo e o incremento populacional do município de Santa Terezinha de Goiás, ocorridos nos primeiros 30 anos pós-emancipação (1969/1989), bem como aqueles provocadores da suposta fuga migratória para outras cidades do país e do exterior e a baixa dinamicidade econômica, fatos ocorridos gradativamente nos 30 anos seguintes (1989/2019).

Percebe-se, à luz dos dados apresentados, que as políticas públicas aplicadas no município produziram modesta repercussão econômica e social, evidenciada pelo baixo nível de atividade econômica e ausência de geração de emprego e renda em maior escala. Tampouco reduziram a dependência dos

programas sociais do governo federal e evitaram o êxodo de moradores para outras cidades.

3.4.2 Políticas públicas percebidas pela população

O segundo eixo da entrevista foi voltado à identificação ou não da percepção por parte da população residente de políticas públicas vocacionadas ao desenvolvimento regional e, especialmente, o local.

Notou-se desde a preparação do grupo dos “Jovens Pesquisadores”, encarregados pela realização das entrevistas, quanto ao que se refere e como identificar a presença de política pública no dia a dia das pessoas, na cidade e no município, que o desafio seria maior. Grande parte dos entrevistados tiveram dificuldades em comentar por desconhecer a que se refere ou por não notar a sua presença na realidade regional e local, conforme se pode verificar nas figuras e dados abaixo disponibilizados.

Analisando-se o período 1969/1989, 113 (59%) não souberam informar; 43 (22%) entenderam ter havido 1; 21 (11%) disseram que houve 2; e 16 (8%) disseram ter havido 3 ou mais políticas públicas implementadas no município.

Já no período 1989/2019, 98 (51%) não souberam informar; 39 (20%) entenderam ter havido 3 mais; e 37 (20%) disseram 2 e 19 (10%) afirmaram ter sido implementada apenas uma política pública no município, aspectos que se pode notar na Figura 32.

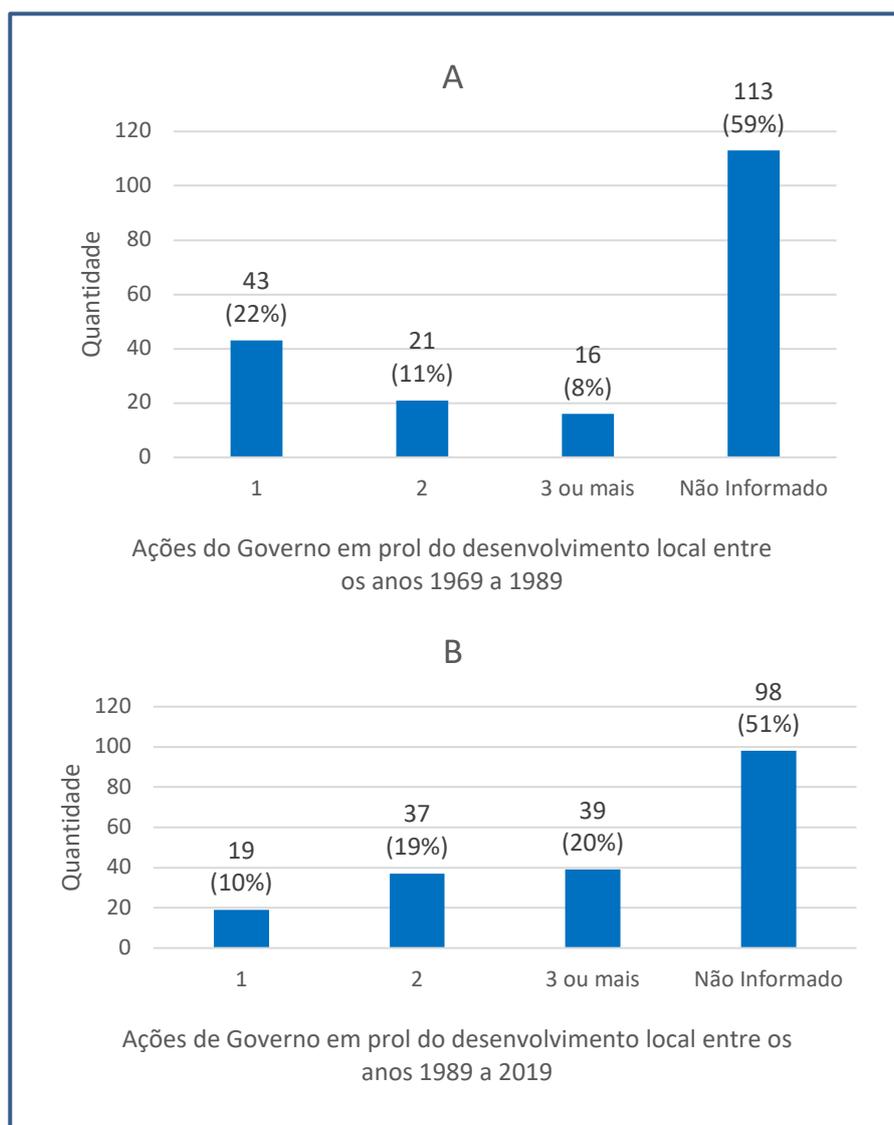


Figura 32: Políticas públicas percebidas pela população de Santa Terezinha de Goiás, períodos 1969/1989 (A) e 1989/2019 (B)

Buscou-se ainda nesta temática identificar a percepção dos entrevistados quanto à existência de ações de ordem econômica, social, ambiental, como crédito subsidiado e atendimento social de relevância, ocorridos entre 1969/1989 e 1989/2019 no município.

No primeiro período, 115 (60%) não souberam informar; 53 (27%) que tiveram entre 1 a 3 ações; 25 (13%) disseram que teve 4 ou mais ações desta natureza. No segundo período, 76 (40%) não souberam informar; 73 (37%) disseram ter havido entre 1 a 3 ações; e 44 (23%) disseram ter ocorrido 4 ou mais ações envolvendo aspectos econômicos e sociais, voltadas ao desenvolvimento local (Figura 33).

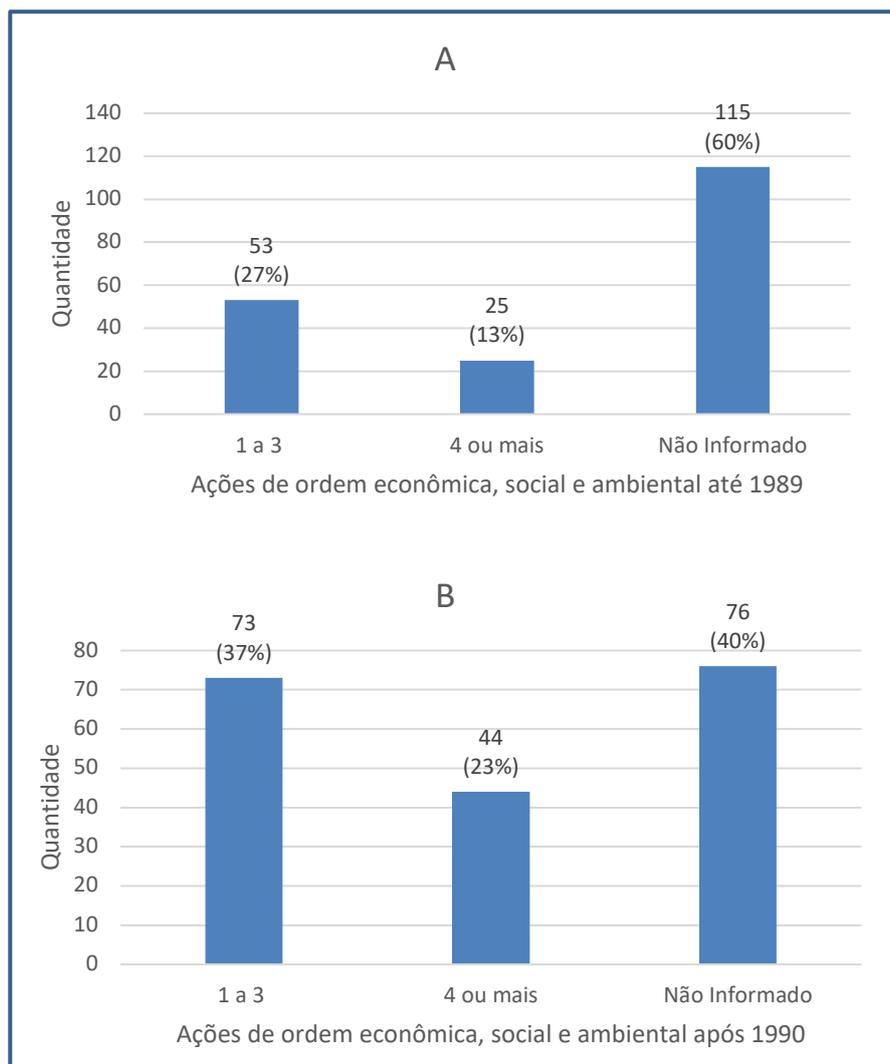


Figura 33: Conhecimento do entrevistado sobre ações de ordem econômica ou social, voltadas ao desenvolvimento local, períodos 1969/1989 (A) e 1989/2019 (B) no município de Santa Terezinha de Goiás

Apesar do município deter 34% da sua população, aproximadamente 3 mil pessoas dos seus 8.744 habitantes estimados em 2019 (IBGE, 2019) como beneficiários do Programa Bolsa Família e 4,69%, mais de 400 pessoas no município receberem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (MDS, 2019), ainda assim, não se ouviu relato consistente por parte dos entrevistados a respeito de políticas públicas específicas, causadoras de maior impacto e escala, de caráter social, implementadas no município.

Ouviu-se dos entrevistados a respeito da realização esporádica de campanhas de vacinação e atendimentos relacionados a consultas médicas, oftalmológicas, emissão de documentos, dentre outros, feitos por meio de “mutirões” sociais no município.

Relacionado à atuação dos gestores municipais, como prefeitos e vereadores, na condução do tripé saúde, educação, segurança além da qualidade de vida e do desenvolvimento, procurou-se ouvir a população residente a respeito, avaliando-se até a década de 1980 e após a década de 1980.

Nas respostas dadas para qualidade da gestão municipal até a década de 1980, 92 (48%) entrevistados disseram tratar-se de gestão regular; 38 (20%) ruim; 34 (17%) não informaram; e 7 (3%) responderam como ótima a gestão, no que diz respeito às áreas saúde, educação, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento local.

Já nas respostas dadas para a gestão municipal após a década de 1980, quando ocorreu a efervescência econômica e social e o incremento populacional em torno do surgimento do garimpo de esmeraldas e, posteriormente, a migração dos moradores para outras cidades e a perda de relevância econômica, ocorridos a partir dos anos 1990, observou-se: 87 (45%) entrevistados consideraram regular a atuação dos gestores; 61 (32%) entenderam como boa; 21 (11%) avaliaram como ruim a atuação dos gestores; e 8 (4%) responderam como ótima a gestão quanto à condução da saúde, educação, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento de acordo com os dados estampados na Figura 34.

Os moradores entrevistados, em sua maioria, 130 deles (67%, até a década de 1980) e 108 (56%, após a década de 1980), contingente bastante elevado em ambos os períodos, avaliaram como regular e ruim o desempenho dos gestores públicos municipais (prefeito, vereadores, servidores públicos), aspecto que certamente está relacionado à frustrada expectativa de desenvolvimento local e à necessidade de melhoria do índice de qualidade de vida, baseada no tripé educação/saúde/segurança perseguido pelos munícipes.

Necessário também lembrar da importância em se provocar envolvimento e compartilhar as iniciativas relacionadas às políticas públicas com a população, para conhecimento, participação e reconhecimento da sua existência, implementação e resultados, dado o notório alheamento identificado em muitas das respostas dadas na entrevista.

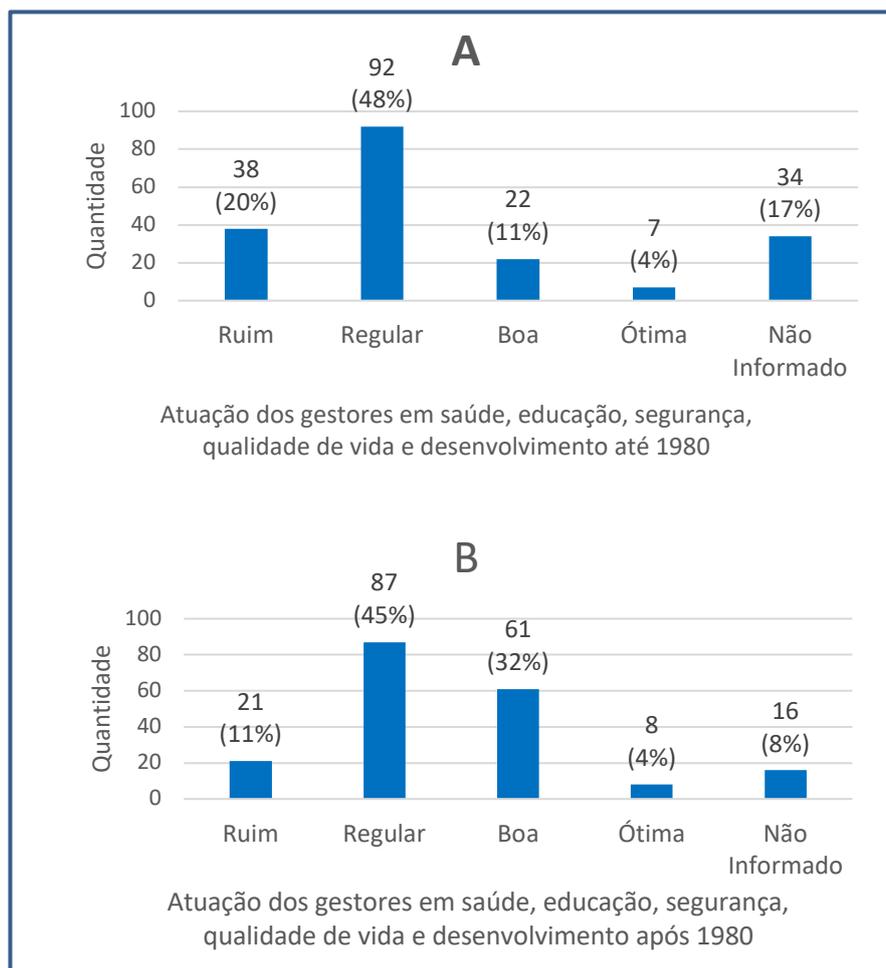


Figura 34: Atuação dos gestores municipais nas áreas saúde educação, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento local até a década de 1980 (A) e após a década de 1980 (B) no município de Santa Terezinha de Goiás

Por oportuno, olhando-se para a proteção ao meio ambiente (fauna, flora, recursos hídricos), indagou-se a respeito do conhecimento e/ou participação do entrevistado em ações promovidas ou apoiadas pelo setor público, tendo-se em vista a extração de ouro nos afluentes e no Rio Crixás e, posteriormente, o garimpo de esmeraldas, até os anos 1980 e após os anos 1980.

No primeiro período, antes dos anos 1980, 61 pessoas entrevistadas (32%) disseram conhecer/ter participado até 3 vezes; 58 (30%) não informaram; e 54 (27%) não conheceram/participaram de nenhuma ação; e 20 (10%) disseram ter participado de 4 ou mais ações. No segundo período, após os anos 1980, 92 (48%) disseram conhecer/ter participado até vezes; 43 (22%) afirmaram ter participado 4 vezes ou mais; 39 (20%) não informaram; 19 (10%)

disseram não ter conhecido/participado de ações relacionadas ao meio ambiente, conforme exposto na Figura 35.

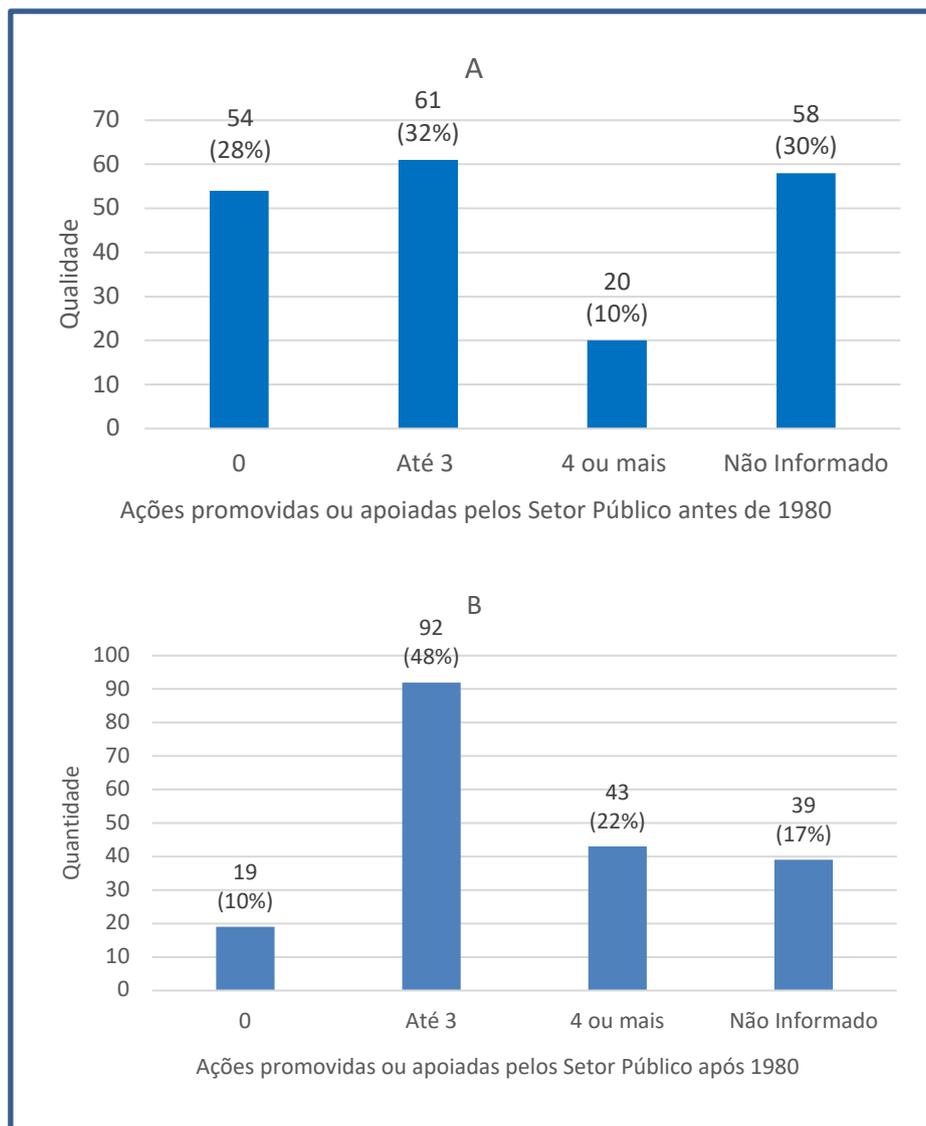


Figura 35: Conhecimento e participação do entrevistado em ações promovidas pelo setor público em defesa do meio ambiente antes dos anos 1980 (A) e após os anos 1980 (B) no município de Santa Terezinha de Goiás

A propósito, houve informação por parte dos entrevistados quanto à ocorrência de ações isoladas efetuadas por particulares nos anos 1980 e por meio de instituições como a empresa PIKI GO!, que em parceria com a SEMAD nos anos 2017 a 2019, promoveu palestras de Educação Ambiental que antecederam as “Caminhadas Ecológicas ao Rio Crixás”, lançou e apoiou o “Movimento Ecobike” passeio anual de ciclistas de todo o Brasil, que chama a atenção para a crise hídrica e a defesa do bioma cerrado no Norte do estado de Goiás. Esses eventos foram realizados no município sempre com o apoio da

Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha de Goiás, a participação da comunidade, de alunos e professores do ensino médio e universitários locais (Jornal Hora Extra, 2019).

Finda-se o segundo eixo da entrevista, cujas perguntas foram voltadas à busca por se perceber por parte dos residentes a implementação de políticas públicas federais e estaduais no município de Santa Terezinha de Goiás e, por extensão, também à região, vocacionadas ao desenvolvimento local, especialmente observando-se os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Nas perguntas, também objetivou-se indagar sobre o papel e a atuação dos gestores municipais na condução das demandas da saúde, educação, segurança e à oferta de qualidade de vida, além da defesa do meio ambiente, tendo-se em vista a sustentabilidade.

Percebe-se que há um hiato entre o que o poder público local entende e propõe a cerca de políticas públicas empreendidas nos campos econômico, social e ambiental, e a percepção da população quanto à sua existência, aplicação e efetividade, dado o número elevado de respostas “não informado” o que revela a um só tempo, as dificuldades da gestão em criar, propor, implementar e as da população em sequer saber que existem, pois não reconhecem os impactos delas decorrentes nas suas vidas.

3.4.3 Proposições de políticas públicas para Santa Terezinha de Goiás

O terceiro eixo da entrevista objetivou obter proposição de ações recomendadas pelos residentes aos gestores públicos, para se evitar a migração para outras cidades, reduzir a dependência do Fundo de Participação Municipal (FPM), dos Programas Bolsa Família e BPC e visando ao desenvolvimento da cidade e do município, sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Tem-se o objetivo de provocar a população quanto à sua participação na formulação, na proposição e na execução das políticas públicas de interesse do município, em apoio aos gestores municipais.

Percebeu-se também dificuldades ou receio em abordar o tema, conforme se pode observar nos dados e ponderações ora apresentadas.

No que se refere às proposições dos moradores entrevistados para se evitar a migração para outras cidades, 99 (51%) disseram ser importante promover a melhoria das condições e ampliação da oferta de segurança, educação e saúde; 36 (19%) não informaram; 33 (17%) indicaram a necessidade de apoiar produtos regionais e atrair indústrias para processamento e agregação de valor; 25 (13%) recomendaram que se dê apoio ao comércio na capacitação dos comerciantes e acesso a crédito mais barato, aspectos detalhados na Figura 36.

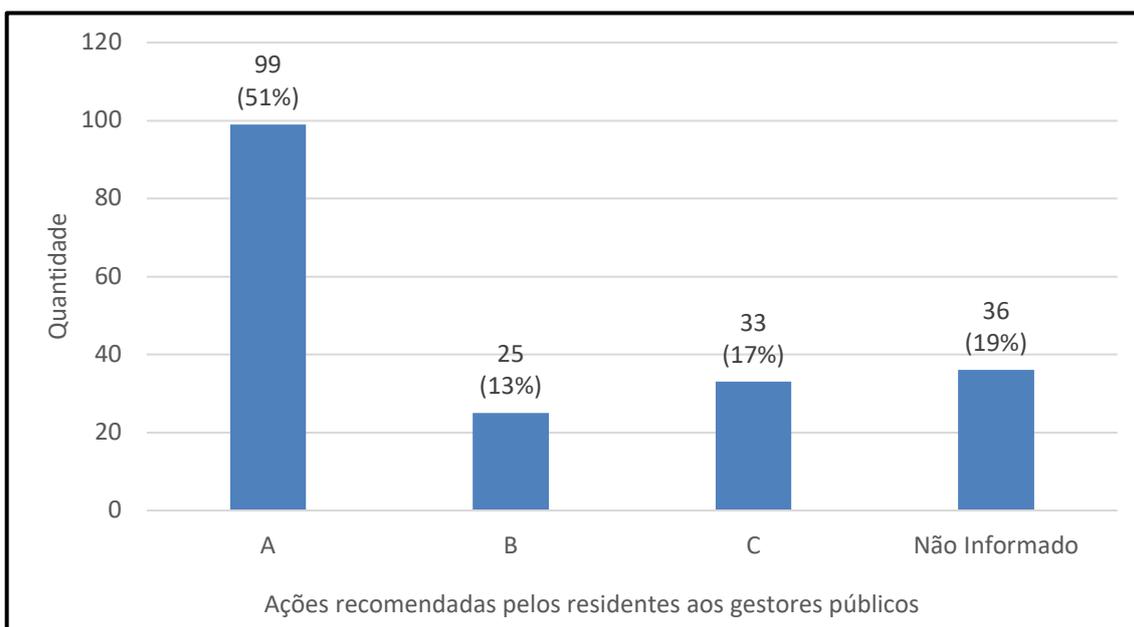


Figura 36: Recomendações da população aos gestores públicos para que o município atraia habitantes e melhore o nível de atividade econômica no município de Santa Terezinha de Goiás.

Legenda: (A) Melhoria das condições e ampliação da oferta de segurança/educação/saúde; (B) Apoio ao comércio na capacitação dos comerciantes e acesso ao crédito mais barato. (C) Apoiar produtos regionais e atrair indústrias para processamento e agregação de valor.

Apesar de 33 entrevistados (17%) assinalarem a importância em se apoiar os produtos regionais e promover a atração de indústrias para o processamento e agregação de valor, com vistas à geração de oportunidades para emprego e renda, não se observou nos estudos movimento estratégico executado por parte do poder público local com este objetivo.

Tal fato corrobora com a visão de Perroux (1967), criador da Teoria dos Polos de Crescimento, que afirmava que o desenvolvimento ocorre de forma desordenada e atemporal e que, apesar de adepto à liberdade de mercado, entendia que o crescimento de certas localidades e a reversão das

desigualdades territoriais carecem do direcionamento estatal, mediante oferta de estímulo ou subvenção, visando a instalação de indústrias motrizes.

Complementarmente, a Região Norte do estado e o município de Santa Terezinha de Goiás sofrem a ausência em maior escala do que Hirschmann (*apud* DALOSTO; PASQUALETTO, 2019) denominou por Capital Fixo Social (CFS), ao explicar a importância da oferta de infraestrutura e logística que o Estado deveria prover para se permitir o desenvolvimento local, desde a melhoria da conexão com outros municípios e regiões, como a pavimentação asfáltica da estrada que liga Santa Terezinha de Goiás a Campinorte (GO-347) e na sequência à BR 153 (Rodovia Belém/Brasília), esperada há mais de 30 anos na região, à existência de projetos e parcerias que promovam a atração de indústrias motrizes, reclamadas verbalmente pela população durante a realização das entrevistas.

Estes fatos, de certa forma, auxiliam na compreensão a cerca das inúmeras respostas “Não informado” identificadas nas entrevistas feitas à população, no que se refere à ausência de percepção quanto à existência e aplicação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento local.

Corrobora com este entendimento, a visão de Oliveira (2017), para quem a “Rodovia BR-153 significou a retirada do isolamento de Goiás e Tocantins do restante do país, uma vez que possibilitou a incorporação dos estados dos Cerrados à economia de mercado do território nacional”. Asfaltar a GO-347 significa mais que facilitar o acesso de dois ou três municípios, mas integrar toda uma região, considerando-se os estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso de modo a permitir o fluxo regular de pessoas, produtos e negócios.

Apresenta-se como alvissareiro o propósito do Programa Regional de Desenvolvimento do Centro Oeste – PRDCO 2019/2020, elaborado pela SUDECO, responsável pela administração do FCO, que deve “estimular a implementação de díades inteligentes, de Arranjos Produtivos Locais (APL), de tecnologia e inovação”. Segundo o seu superintendente Nelson Vieira Fraga Filho (SUDECO, 2019) esta ação estima integrar esforços da instituição aos das lideranças regionais, envolver os poderes executivo e legislativo, o “Sistema S”, a Empresa Brasileira de Produção Agropecuária (EMBRAPA) etc. A exemplo de outras iniciativas, é preciso que essas ações sejam efetivamente

implementadas para que produza os efeitos esperados no que se refere ao desenvolvimento regional e a redução das desigualdades.

A Presidente da Central de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO), Vanuza Primo de Araújo Valadares, ratifica este entendimento e elege o SEBRAE-GO como “responsável pela mudança das mentalidades das lideranças norte goianas” quando da participação de audiência junto à SUDECO para entrega da “Carta do Norte Goiano” em Agosto/2019 (SUDECO, 2019).

Não se deve ignorar o desafio enfrentado pelos pequenos municípios que não conseguem se desenvolver, pois, analisando-se a problemática dos pequenos municípios, altamente dependentes de recursos externos, importante lembrar que a PEC 188/2019 (BRASIL, 2019) encaminhada pelo Governo Federal em novembro último ao Congresso Nacional, a também denominada PEC do Pacto Federativo, propõe a incorporação dos municípios detentores de até 5 mil habitantes e receita própria limitada a 10% do total a municípios limítrofes, a partir de janeiro de 2025, baseando-se no Censo 2020 (Brasil, 2019).

O estado de Goiás possui entre 86 a 95 municípios neste enquadramento, a se considerarem as condições atuais. Na Região Norte do estado de Goiás, 13 dos 26 municípios serão afetados, caso o quadro não se reverta ou as regras não sejam modificadas, inclusive o município de Campos Verdes, que se emancipara de Santa Terezinha de Goiás em 1989.

Indagou-se por oportuno na entrevista dirigida à população amostral quais ações na sua visão deveriam ser empreendidas pelos gestores municipais dos pequenos municípios, para a geração de receitas próprias e se obter a viabilidade econômica do município, visando à reversão do quadro apresentado de gradativa redução populacional e perda de relevância econômica.

Neste quadro, 48 (25%) dos entrevistados propuseram que se faça parceria com bancos para a ampliação de crédito subsidiado ou mais barato para empreendedores pessoas físicas e empresas; 43 (22%) recomendaram capacitar os funcionários públicos à prestação de melhor serviço; 37 (19%) pediram a redução da quantidade de secretarias e despesas com funcionários públicos que superam 50% do total das despesas municipais, a fim de se folgar

o caixa municipal e obter recursos para investimentos; 33 (17%) sugeriram fazer parcerias com órgãos como SEBRAE, SENAC, SENAI, CODEGO, Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços (SIC) etc. para fomentar negócios, emprego e renda; e 32 (17%) dos entrevistados não souberam informar, conforme se observa na Figura 37.

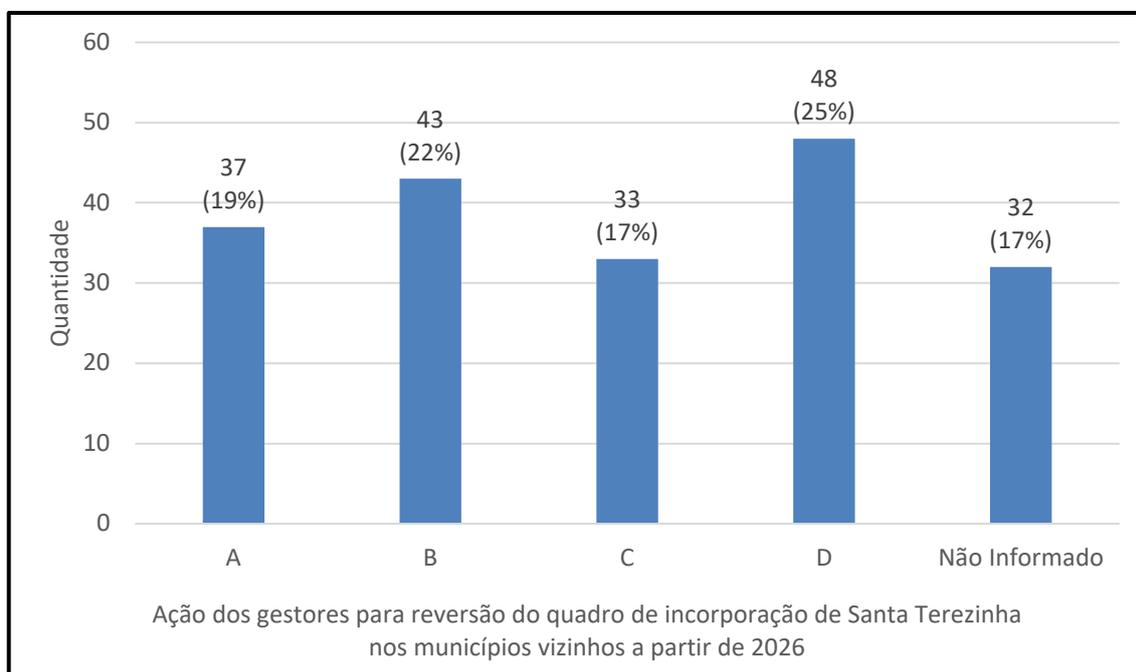


Figura 37: Ações recomendadas pela população aos gestores municipais, visando à reversão do quadro de definhamento econômico e populacional, comum aos pequenos municípios, em face à PEC 188/2019

Legenda: (A) quantidade de secretarias e despesas com funcionários públicos que superam 50% do total das despesas municipais. (B) Capacitar os funcionários públicos para prestarem um melhor serviço. (C) Fazer parceria com órgãos como SEBRAE, SENAC/SENAI, IEL, CODEGO, SIC – Secretaria Indústria e Comércio, para fomentar negócios, emprego e renda. (D) Fazer parceria com Bancos Públicos e Privados para ampliar oferta de crédito subsidiado (mais barato) para empreendedores pessoas físicas e empresas.

Há inexistência ou timidez de programas do governo estadual e local que dêem acesso e disponibilizem crédito em maior escala e em melhores condições em termos de taxas, prazos e garantias para os empreendedores desenvolverem os seus negócios, no âmbito do Crédito Rural, especialmente o Pronaf, do Crédito Imobiliário e do FCO, limitando-se, na maioria dos casos, ao crédito consignado para servidores públicos e aposentados e as linhas tradicionais de crédito pessoal e financiamentos oferecidas pelos Bancos a taxas de mercado. Isso talvez explique a expectativa manifestada pelos

entrevistados ao recomendar maior parceria e melhor relacionamento do poder público local com os Bancos, visando à ampliação da oferta de crédito.

Para Marques (2015), dada a sua relevada importância, sem o crédito rural “não se pode falar em assistência técnica, em mecanização agrícola, preços mínimos, eletrificação rural, inseminação artificial etc”, posto que uma vez disponibilizado e estendido a número maior de tomadores, em condições mais favoráveis, provocará conseqüente incremento do nível de atividade e a geração de emprego e renda na indústria, no comércio e nos serviços. Entende-se que parte da baixa dinamicidade econômica possa ser aqui compreendida.

Tendo-se em vista a necessidade de maior equilíbrio nas contas de Receitas e Despesas públicas municipais e a geração de caixa para investimentos, procurou-se questionar os entrevistados a respeito de quais recomendações ofereceriam aos gestores municipais.

Ouvidas, 109 pessoas (56%), mais da metade dos entrevistados, recomendaram a redução de despesas de uma forma geral, excetuando-se aquelas destinadas à saúde, educação e segurança; 31 (16%) indicaram a realização de parcerias com instituições dos setores público e privado, para obtenção de apoio financeiro e em serviços; 26 (13%) não informaram; e 24 (12%) propuseram que se efetue a Descentralização Tributária, de modo a se promover a atualização do Código Tributário Municipal e trazer para o município receitas dos âmbitos federal e estadual, aspectos detalhados na Figura 38.

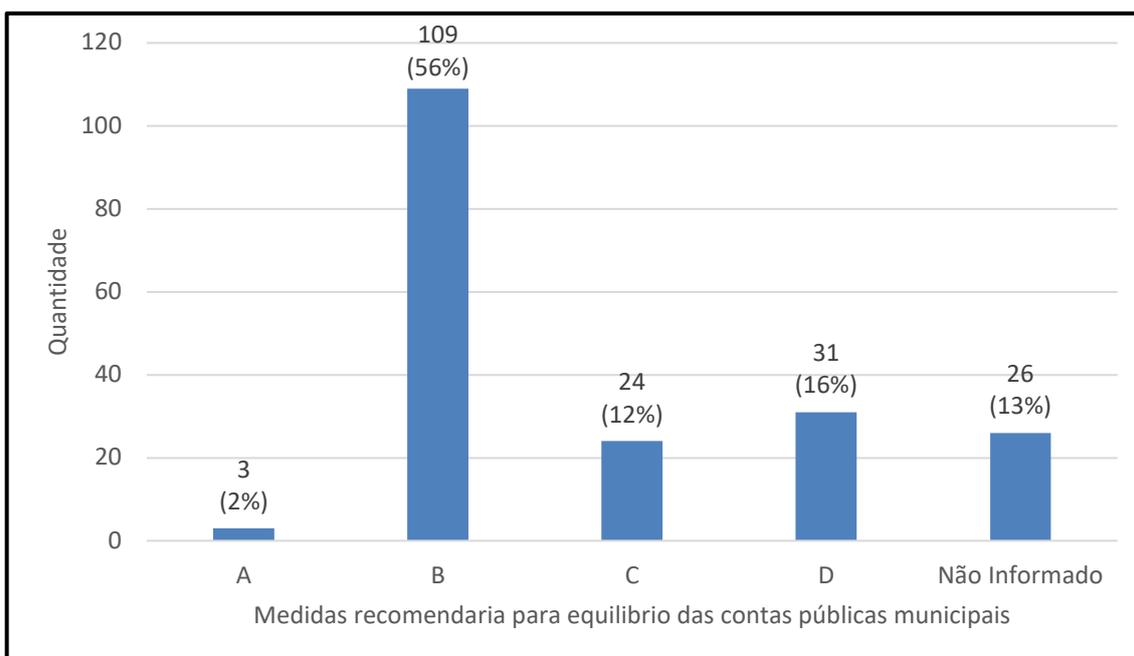


Figura 38: Recomendações pela população para se obter equilíbrio das contas de Receitas e Despesas municipais no município de Santa Terezinha de Goiás

Legenda: (A) Aumentar os valores cobrados pelo IPTU e Taxas de Serviços Municipais. (B) Reduzir despesas de uma forma geral, exceto saúde/educação/segurança. (C) Efetuar a Descentralização Tributária (Atualizar Código Tributário e trazer receitas do Estado e da União para o município). (D) Realizar parcerias com instituições dos setores público e privado para apoio financeiro e em serviços.

Não se observou nos estudos efetuados, nem nas manifestações dos entrevistados, movimento relevante por parte dos municípios da Região Norte do estado de Goiás, incluindo-se Santa Terezinha de Goiás, na busca pela descentralização da arrecadação ou outro com o objetivo de se ampliar as arrecadações de tributos, taxas e contribuições auferidas pelo município ou a busca por firmar parcerias ou concessões estratégicas de áreas ou subvenções com o objetivo de se atrair potenciais investidores, elevar o nível de atividade econômica e gerar emprego e renda local.

Os entrevistados também recomendaram, por meio das respostas dadas às perguntas formuladas quanto ao desenvolvimento local no aspecto econômico, dando-se ênfase à geração de emprego e renda, a respeito de qual área deve ser priorizada pelos gestores municipais.

Dos 193 entrevistados, 73 pessoas (38%) recomendaram que se priorize a área do comércio e da indústria; 44 (23%) a pecuária; 28 (15%) a prestação de serviços em geral; 20 (10%) não informaram, quanto à atividade prioritária a fim de se incrementar o nível de atividade, fortalecer o ambiente de negócios, a abertura de vagas de trabalho e a promoção de maior circulação de recursos

no município. A população entrevistada sinaliza aos gestores, portanto, que devem concentrar esforços no campo da economia, voltados prioritariamente ao desenvolvimento do comércio e da indústria e, secundariamente, da pecuária. Estes aspectos estão presentes na Figura 39.

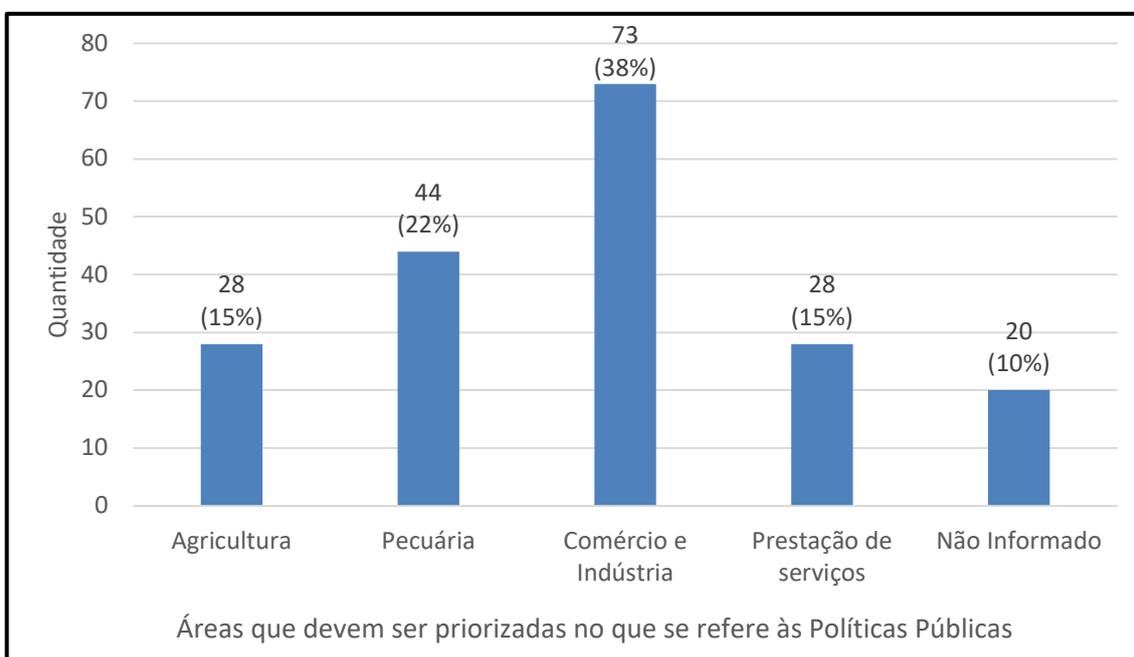


Figura 39: Recomendações dos munícipes para que o município se desenvolva sob o aspecto econômico, com ênfase à geração de emprego e renda no município de Santa Terezinha de Goiás

Percebe-se que as forças de mercado tendem a provocar concentração e desigualdade, segundo Myrdal (1957), e não deram respostas às demandas da população por desenvolvimento e qualidade de vida, além da constatada baixa incidência e o efeito modesto das políticas públicas implementadas na região e em Santa Terezinha de Goiás, excetuando-se a importante permissão de lavra garimpeira concedida pelo Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria n. 442 (BRASIL, 1984), exarada pelo Ministro Cesar Cals de Oliveira Filho (SILVA, 2006).

Por outro lado, as iniciativas de ordem estatal em forma de Políticas Públicas, que tem como foco a redução das desigualdades, não deram origem a polos de desenvolvimento assim definidos segundo a visão de Hirschmann (1961), mas apenas a subpolos ou enclaves como Niquelândia, Uruaçu e Porangatu, aspecto que contribuiu na motivação do processo migratório pós-

garimpo (anos 1990), que ocorreu principalmente para a capital do estado de Goiás (Goiânia) e o exterior.

O processo de desconcentração econômica iniciado por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento instaurados no país a partir dos anos 1970, que permitiu desenvolvimento industrial praticamente em todas as regiões e estados brasileiros, segundo Pacheco (1996), não obteve repercussão de maior contundência na região. Esse processo limitou-se à instalação de indústrias de extração de minerais, inaproveitando oportunidades que poderiam se mostrar viáveis no âmbito da criação de produtos baseados nos gêneros alimentícios e fármacos, por exemplo, derivados dos frutos do cerrado como o pequi, o baru, o murici, a mangaba, dentre outros, abundantes na região.

No que se refere à administração pública, sabe-se que os gestores estaduais e municipais utilizam-se das mais diversas estratégias visando à atração de negócios em geral, principalmente indústrias, visando à geração de emprego e renda, servindo-se de expedientes como a doação de terrenos, apoio na prestação de serviços por meio de máquinas e equipamentos, dentre outros, à desoneração fiscal.

Procurou-se obter dos entrevistados se houve percepção deles quanto à existência destas e outras estratégias como parcerias e atuações em consórcios, no âmbito do município de Santa Terezinha de Goiás, a qualquer tempo, cujos resultados são apresentados na figura 40.

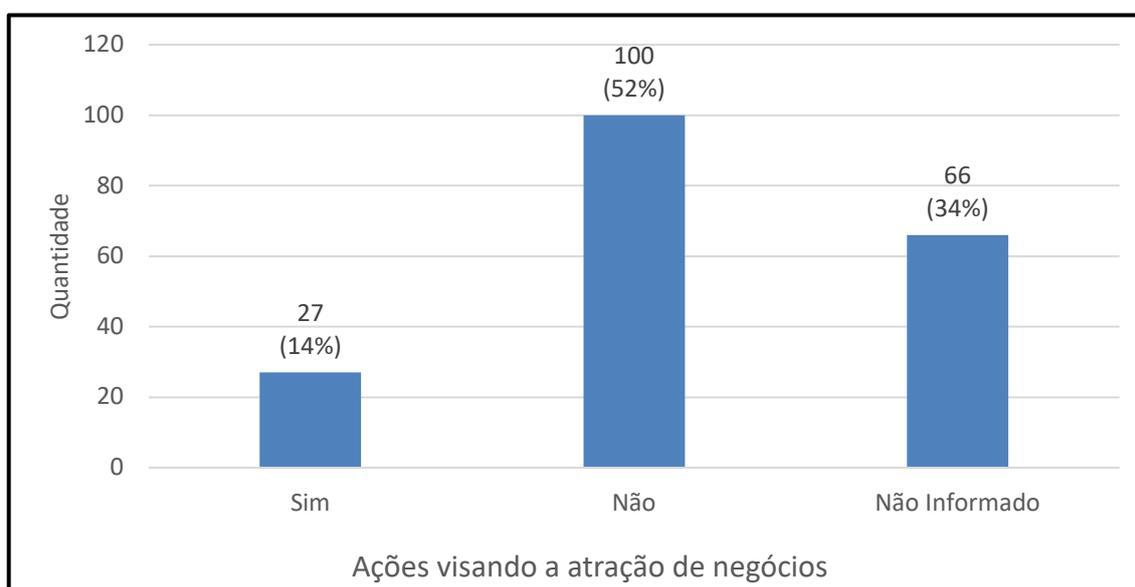


Figura 40: Existência de estratégias de gestão adotadas pelos gestores estaduais e municipais para a atração de negócios em geral, a qualquer tempo, no município de Santa Terezinha de Goiás

Considerando-se que 100 pessoas (52%) responderam não haver estratégias e parcerias voltadas à atração de negócios para o município e 66 pessoas (34%) não tenham sabido informar, depreende-se que, se existem, estas ações não tiveram a sua aplicação percebida pela população local, que não reconhece os seus impactos no nível de atividade econômica e na geração de emprego e renda.

A respeito da existência e trabalho de catalogação de recursos naturais como rios, riachos, cachoeiras, sítios arqueológicos, montanhas etc. no município, que possam tornar interessante a visita dos moradores de outros municípios a esses locais e a promoção de eventos que envolvam a natureza e propiciem o entretenimento, visando promover a indústria do turismo local, também ouviu-se os entrevistados.

Dos 193 moradores entrevistados, 106 (55%) disseram não conhecer; 77 (40%) não informaram; e 10 (5%) informaram a respeito da existência catalogada de recursos naturais como rios, riachos, cachoeiras, sítios arqueológicos, montanhas etc. no município, que podem ser melhor aproveitados visando à promoção do turismo local.

As respostas evidenciaram certo alheamento ou baixa percepção da população quanto ao potencial de atração e geração de postos de trabalho dos recursos naturais existentes no município. A despeito, houve a lembrança sobre a necessidade de catalogação de frutas nativas do cerrado, citação da Feira das Esmeraldas em Campos Verdes, sobre o plano de criação da estação ecológica da Serra de Santa Cruz no município de Santa Terezinha de Goiás, dentre outras. Dados expostos na Figura 41.

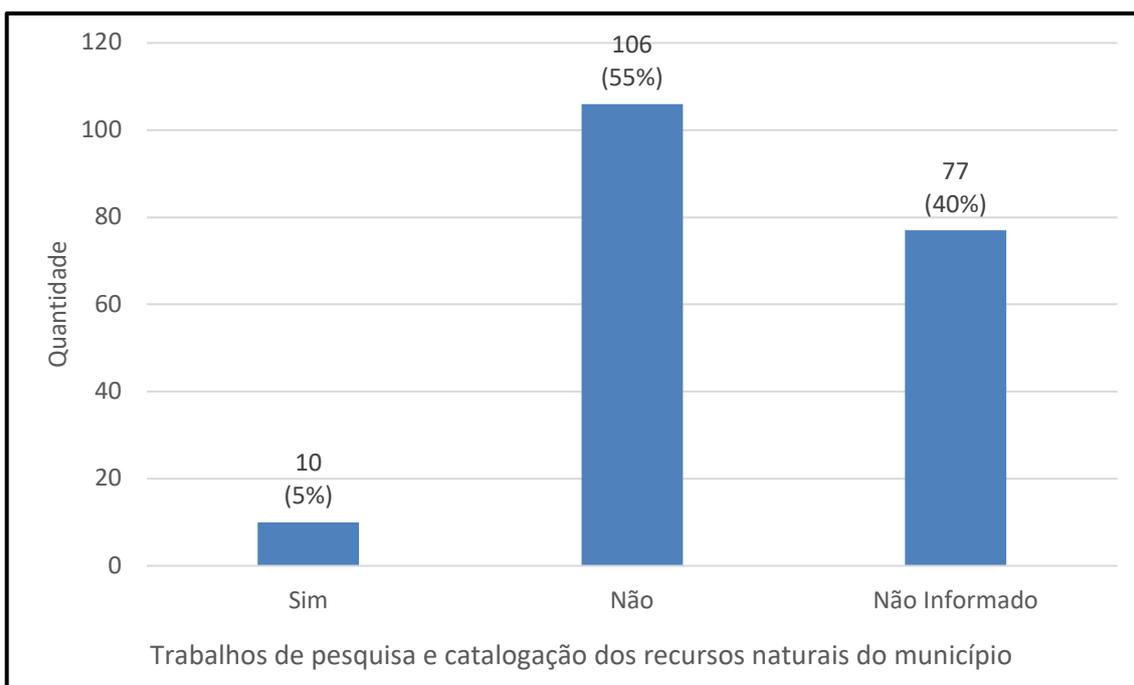


Figura 41: Existência de recursos naturais catalogados no município de Santa Terezinha e Goiás

A respeito do município de Santa Terezinha de Goiás possuir 10 municípios de pequeno porte no seu entorno, distantes até 100 km, de fácil acesso por vias asfaltadas e do aspecto estratégico desta centralidade, de modo a se tornar uma vantagem competitiva, também os entrevistados foram convidados a opinar.

Dos 193 entrevistados, 65 (34%) propuseram ações que atraíam moradores de outras localidades para a prática do turismo no Rio Crixás, cachoeiras do município e outros; 53 (27%) responderam que para se exercer essa vantagem comparativa, precisam atrair moradores de outras localidades para participar de competições esportivas, festas, shows e eventos culturais; 44 (23%) não informaram; e 31 (16%) ressaltaram a importância de se atrair moradores para o município de Santa Terezinha de Goiás, tendo em vista a qualidade de vida, saúde, educação e segurança, aspectos evidenciados na Figura 42.

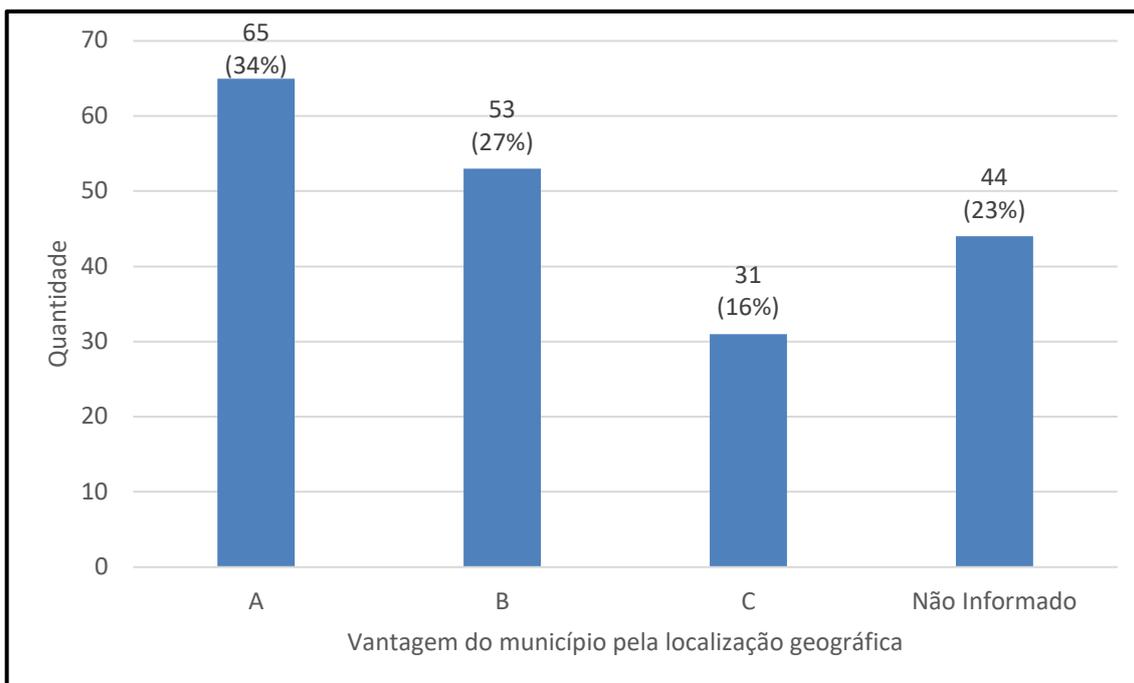


Figura 42: Aproveitamento do fácil acesso e da localização central do município de Santa Terezinha de Goiás no médio norte goiano como vantagem competitiva

Legenda: (A) Atraindo moradores de outras localidades para o turismo no Rio Crixás, cachoeiras no município e outros. (B) Atraindo moradores de outras localidades para competições esportivas, festas, shows e eventos culturais. (C) Atraindo moradores de outras localidades para morar em razão da qualidade de vida/saúde/educação/segurança.

Perguntados quanto à importância de, a exemplo do setor privado, que orienta, capacita, motiva, avalia e reconhece os bons serviços prestados a favor do cliente, o setor público também implementar ações dessa natureza, tendo-se em vista a prestação de melhor serviço público, bem como a satisfação da comunidade e a redução de custos, os entrevistados se manifestaram.

Dos entrevistados, 105 deles (54%) disseram não terem percebido ações similares ao setor privado na gestão, qualificação, acompanhamento dos servidores públicos; 62 (33%) não souberam informar; e 26 (13%) disseram ter ocorrido ações de capacitação dos servidores municipais, tendo-se em vista melhor qualidade na prestação dos serviços aos cidadãos e redução de custos, permitindo-se intuir certo alheamento da comunidade em face a esta importante questão, a se observar a Figura 43.

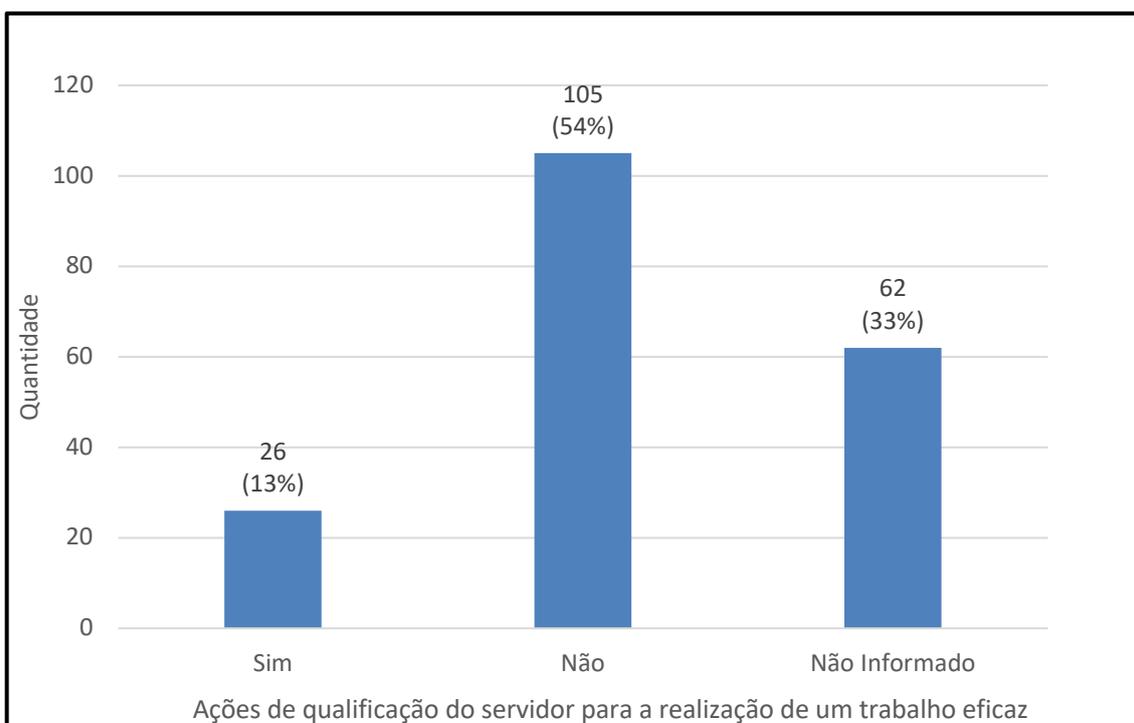


Figura 43: Ações de qualificação dos servidores públicos, a exemplo do setor privado, para melhoria da prestação do serviço e redução de custos no município de Santa Terezinha de Goiás

As respostas evidenciam a importância que a população atribui ao treinamento dos servidores públicos em geral, visando à capacitação necessária para a prestação de serviços com qualidade, eficácia e menores custos, demonstrando a necessidade de otimização do uso dos recursos públicos em geral, dada a sua escassez.

Simultaneamente, pediu-se aos entrevistados que informassem quanto à existência de metodologias e avaliações de desempenho, voltadas ao planejamento estratégico, com a estipulação de metas e objetivos, reconhecendo e premiando as melhores performances, utilizados no município, a exemplo do que ocorre no setor privado. Dos entrevistados, 100 (51%) deles afirmaram existir ações desta natureza na gestão pública local; 59 (31%) não informaram; e 34 (18%) afirmaram não existir ações desta natureza na gestão pública local, de acordo com a Figura 44.

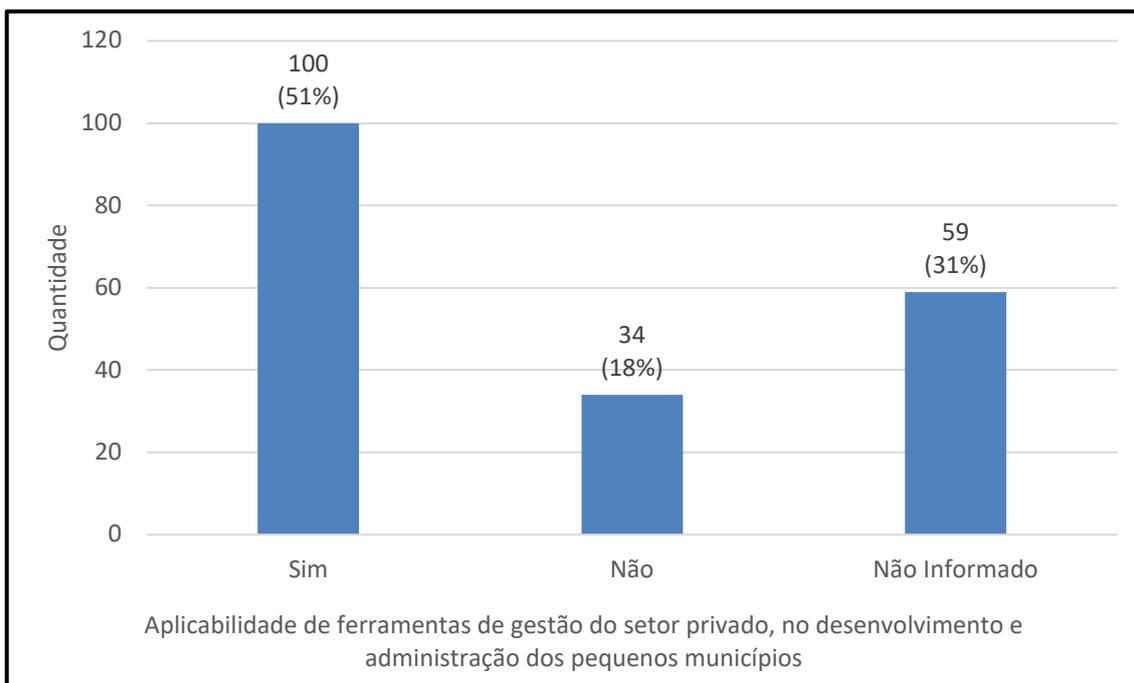


Figura 44: Existência de métodos e avaliações de desempenho, comuns ao setor privado, aplicados na gestão do município de Santa Terezinha de Goiás

Curiosamente, 100 pessoas entrevistadas (51%) afirmaram notar o uso de ferramentas empregadas no setor privado, que orienta, avalia e reconhece o desempenho, na gestão pública local, aspecto positivo no que se refere à inovação na administração pública, embora não tenham reconhecido a percepção direta dos resultados na qualidade dos serviços públicos.

Ouviram-se também os entrevistados a respeito do conhecimento de ações ou metodologias como a prática do diagnóstico e do planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, sob fixação de metas e a mensuração dos resultados, ferramentas típicas do setor privado para permitir às empresas cumprirem os seus objetivos e prosperar, aplicados na gestão pública local.

Do total, 98 entrevistados (51%) disseram não existir tal prática; 79 (41%) não informaram; e apenas 16 deles (8%), afirmaram existir práticas do diagnóstico, do planejamento e da fixação de metas aos servidores, exercidos na gestão municipal conforme se pode observar na Figura 45.

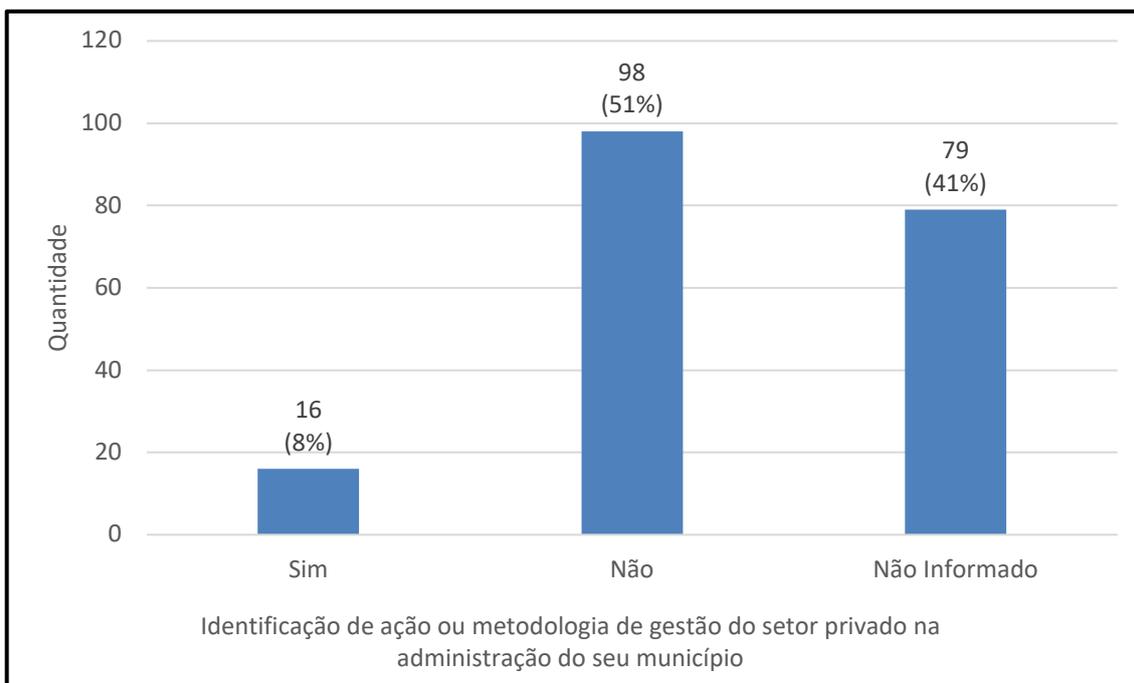


Figura 45: Percepção da existência de ação ou metodologia de gestão do setor privado como o diagnóstico e o planejamento na administração do município de Santa Terezinha de Goiás

A maioria dos entrevistados foram enfáticos ao afirmar que não se percebe na administração pública local a realização de diagnóstico situacional e, posteriormente, a realização de planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, posto que 98 entrevistados (51%) responderam pela sua não ocorrência e 79 (41%) não souberam informar.

Importante observar que os entrevistados também foram provocados a responder sobre o conhecimento da formação de parcerias com o governo federal, estadual, setor privado e organizações do terceiro setor, tendo-se em vista o desenvolvimento econômico e social no município de Santa Terezinha de Goiás.

Dos entrevistados, 108 (56%) deles disseram não ter percebido a realização de nenhuma parceria do gênero no município; 69 (36%) não informaram; e apenas 16 (8%) afirmaram que sim, houve a realização de parcerias da gestão pública local com órgãos de governo federal, estadual, setor privado e organizações do terceiro setor no município de Santa Terezinha de Goiás. De certo modo, percebe-se certo alheamento, desconhecimento ou baixa incidência, quase inexistência de parcerias na gestão pública, voltadas ao desenvolvimento local, sob o ponto de vista da população, conforme demonstrado na Figura 46.

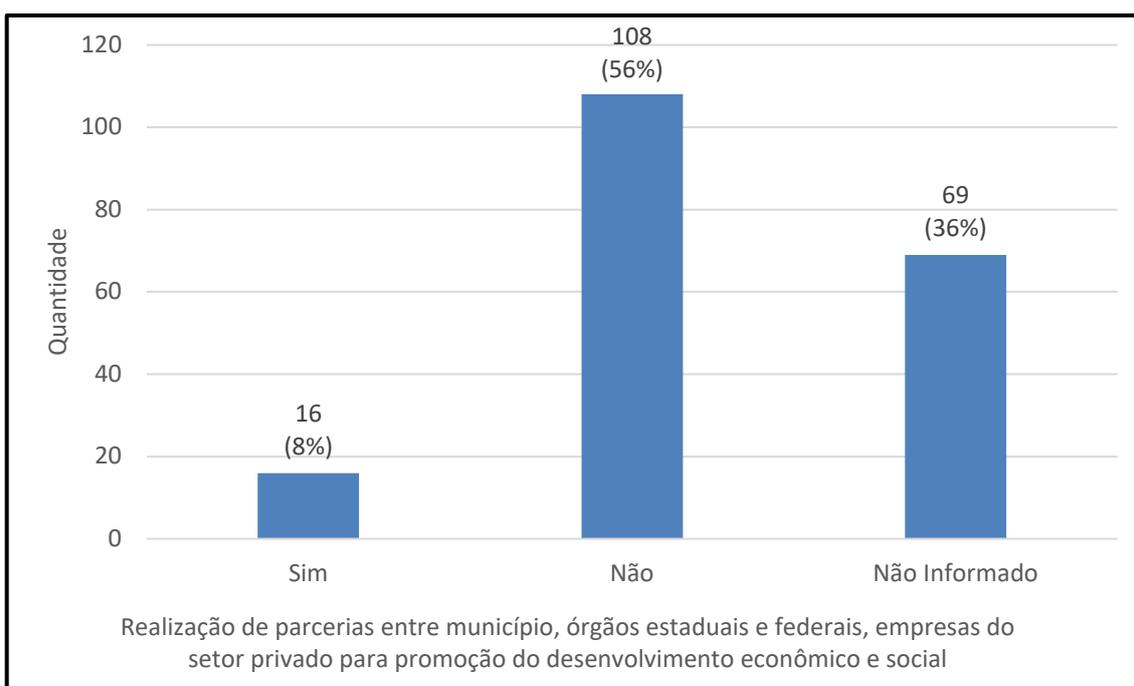


Figura 46: Percepção sobre a existência de parcerias com órgãos de governo federal, estadual, setor privado e terceiro setor, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social, por parte da população no município de Santa Terezinha de Goiás

A escalada da escassez dos recursos públicos em geral, as dificuldades e a morosidade na captação de recursos externos e os custos cada vez maiores na gestão pública municipal, exigem maior criatividade e o emprego de parcerias que integrem os setores público e privado, tendo-se em vista a necessidade de melhoria do nível de atividade econômica e os reclames da população por maior qualidade de vida.

Ao findar o terceiro eixo da pesquisa, tentou-se identificar a percepção da população do município de Santa Terezinha de Goiás, quanto à aplicação das políticas públicas federais e estaduais no território municipal; à qualificação dos servidores; à prática da realização do diagnóstico e do planejamento, bem como a utilização de metodologias típicas do setor privado na gestão pública municipal, tendo-se em vista o desenvolvimento local.

A possível ausência ou a baixa efetividade de políticas públicas de maior impacto econômico, social e ambiental, talvez expliquem o alheamento e o desconhecimento por parte da população, notado nas entrevistas, quanto à implementação de ações estruturantes ou pontuais de maior relevância.

3.4.4 Ferramentas de gestão do setor privado, aplicáveis ao setor público

Terminada a pesquisa, complementarmente, decidiu-se estudar a realização de Planejamento Estratégico através do uso da Análise *SWOT* – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (comumente chamada por FOFA – Forças, fraquezas, oportunidades, ameaças) e a sua aplicabilidade à gestão pública nos pequenos municípios, somando-se ao papel dos gestores municipais.

O surgimento da Matriz *SWOT* foi realizado por meio do trabalho de pesquisa realizado no *Stanford Research Institute* (SFI) de 1960 a 1970, originalmente como Análise “*SOFT*” e depois modificada para Análise *SWOT* (MORRISON, 2012).

A Matriz *SWOT* é comumente utilizada no meio empresarial e avalia as empresas pesquisando as suas forças e fraquezas, bem como as oportunidades e as ameaças ao negócio, considerando os fatores internos e externos da organização. A Figura 47 demonstra o modelo da Matriz *SWOT*, também utilizada com êxito na gestão pública que, por sua simplicidade e facilidade de aplicação, torna-se ferramenta que poderá ser utilizada pelos gestores municipais em face à baixa dinamicidade econômica e à suposta “fuga migratória” comum aos pequenos municípios da região.

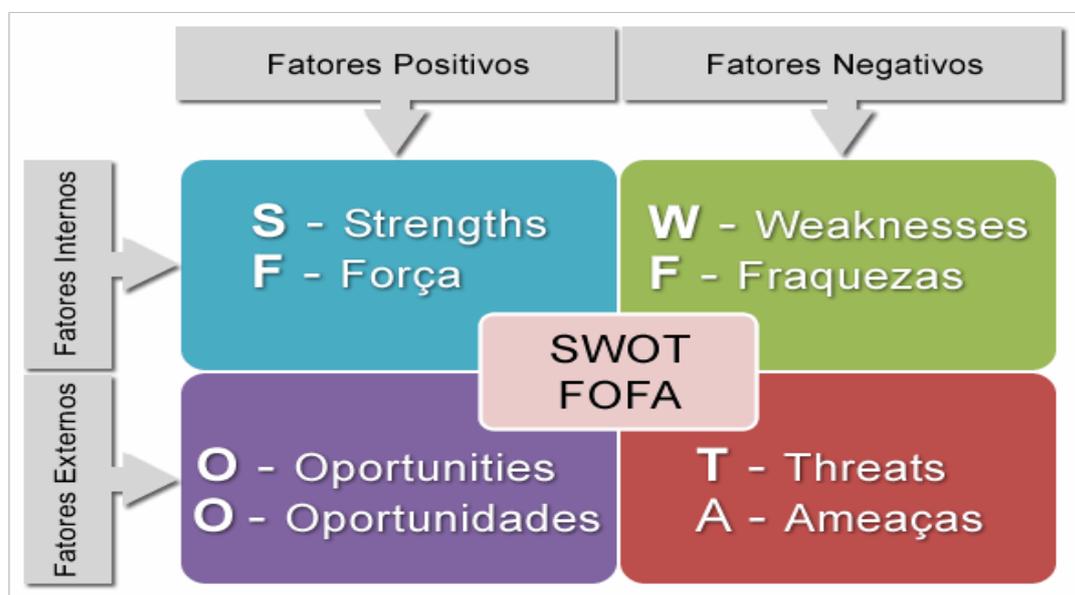


Figura 47: Matriz SWOT/FOFA empregada no meio empresarial, também aplicável à gestão pública

Fonte: Treasy, Planejamento e Consultoria. Adaptações/*SWOT*: Humphrey (2005) e domínio popular

Como se pode observar na Figura 47, as “forças” e as “fraquezas” de determinado município lhe são fatores internos, que podem ser controlados ou desenvolvidos, ao contrário das “oportunidades” e as “ameaças”, que não podem e dizem respeito aos fatores externos.

Segundo Paludo (2016), praticamente todas as organizações utilizam como ferramenta a Análise *SWOT* para construir um mapa situacional com base na identificação das forças e fraquezas da organização (internas, aplicáveis aos municípios) e das oportunidades e ameaças existentes no ambiente (externos, fatores não controlados).

Demonstra-se como aplicável também ao setor público tomando-se como referência o caso do município de Benevides, cuja pesquisa foi realizada junto ao Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto de Benevides (SAEB), da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura (SEMOVI), da Prefeitura Municipal de Benevides do estado do Pará, onde foi aplicado o questionário baseado na Matriz *SWOT*, visando justamente identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, obtendo-se após a tabulação e a geração de dados coletados junto aos servidores, informações valiosas, que auxiliaram no conhecimento e na tomada de decisão.

Dentre várias ações apontadas com base na Análise *SWOT* empregada, visando evitar o estrangulamento e atender às demandas da população, Silva (2016) destaca:

A aplicação da matriz *SWOT* como ferramenta de diagnóstico organizacional no Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto (SAEB) no município de Benevides, através da pesquisa de campo, se mostrou muita promissora como elemento de apoio ao aperfeiçoamento do planejamento dessa unidade. Foi identificado que o uso dessa ferramenta de gestão trouxe contribuições importantes no que tange a análise dos cenários internos e externos, permitindo aperfeiçoar o desempenho organizacional para melhorar a prestação do serviço público de água e esgoto além de seus resultados serem elementos fundamentais na construção de propostas de ações e intervenções (SILVA, 2016, p. 20).

As organizações do meio privado, para o cumprimento dos seus objetivos, elaboram Planejamento Estratégico, estabelecem objetivos e metas, gestão por indicadores, sistema de recompensas e reconhecimento aos

colaboradores. Enfim, utilizam-se dos mais diversos expedientes para atingirem os seus objetivos, justificarem a existência e dar resposta positiva aos investidores.

No setor público, mesmo posicionamento pode ser adotado, de modo a se atingir o objetivo do gestor e superar a expectativa das pessoas sob o ponto de vista econômico, social, ambiental, dentre outros.

Como comparativo, analisou-se a experiência da aplicação do Planejamento Estratégico, utilizando-se da metodologia *Balanced Scorecard* (Resultados Balanceados), ferramenta desenvolvida por Norton e Kaplan (1992), descrita no artigo “*Balanced Scorecard* no setor público: um estudo de caso na Prefeitura de Osasco” de Silva, Barreto, Rocha, Policarpo, Gonçalves e Geremias (2016):

O planejamento, dentro do contexto de gestão e administração, corresponde, sucintamente, ao processo de definição de objetivos de uma organização (pública ou privada) e de maneiras que possibilitem o alcance destes, que vem antes de qualquer outra etapa do processo e objetiva direcionar a organização em suas atividades. Porém, o grande desafio das organizações é fazer o acompanhamento de tais objetivos e, principalmente, do alcance destes no cotidiano. É neste ponto que o *Balanced Scorecard* pode ser uma solução para o cumprimento de tal desafio (SILVA; BARRETO; ROCHA; POLICARPO; GONÇALVES; GEREMIAS, 2016, p. 20).

O estudo de caso do município de Osasco, estado de São Paulo, trouxe várias indagações: como uma organização do setor público pode utilizar o *Balanced Scorecard* em seu processo de planejamento e gestão? E como se dá o processo de adaptação e acompanhamento do desempenho da visão, estratégia e objetivos da organização?

Buscou-se a partir do estudo de caso recomendar o emprego da metodologia desde o processo de planejamento do Plano Plurianual (PPA), escolha de políticas públicas para diagnóstico e aplicação de melhoria na implementação, à definição dos objetivos estratégicos e o acompanhamento dos resultados obtidos, de acordo com a perspectiva de aprendizado e crescimento prevista na ferramenta, posto que maior eficiência das ações se traduzem na otimização de uso dos recursos naturais, humanos, financeiros, dentre outros, traduzindo-se em melhoria na prestação de serviços à comunidade.

A metodologia empregada com sucesso no meio empresarial também é aplicável ao setor público, como assinala os seus próprios criadores Norton e Kaplan (1999) e defendida pelos autores no referido artigo:

Bastante difundido no setor privado, o *Balanced Scorecard*, de acordo com Kaplan (1999), tem um potencial de melhoria de gestão das Organizações do Setor Público (OSP) ainda maior, desde que os objetivos da organização sejam definidos e adaptados às perspectivas que a ferramenta aborda, por exemplo, no caso da perspectiva financeira, que deixa de ter objetivos principais pelo fato de tratar-se de organizações sem fins lucrativos (SILVA *et al.*, 2017, p. 20).

Adicionalmente, desejou-se apontar eventuais alternativas que possam promover o crescimento e o desenvolvimento, mediante o emprego de planejamento estratégico, iniciado por meio de diagnóstico a respeito das potencialidades e limitações da região e de cada município, sugerindo-se a utilização da Análise *SWOT* e o emprego da metodologia *BSC* que propõe a gestão por indicadores, uso de ferramentas de gestão, comuns no meio empresarial, porém já aplicadas com êxito no setor público.

Mediante a análise dos dados das entrevistas relacionados à inobservância no município de Santa Terezinha de Goiás da utilização de ferramentas de gestão, como a realização de diagnóstico (Análise *SWOT*) e Gestão por Indicadores (*BSC*), comuns no setor privado, aplicáveis também ao setor público como no caso da SAEB no município de Benevides, estado do Pará (SILVA, 2016) e de Osasco no estado de São Paulo (SILVA; BARRETO; ROCHA; POLICARPO; GONÇALVES; GEREMIAS, 2016), que exigiriam a construção de Planos de Ação para melhoria, compreende-se a ocorrência de maior dificuldade local no mapeamento dos obstáculos, realização do planejamento e execução de políticas públicas eficazes, tendo-se em vista o desenvolvimento local e a sustentabilidade.

Deduz-se que o estudo e a análise de aplicação por parte dos gestores públicos, especialmente os municipais, de ferramentas gerenciais comuns no meio empresarial, mas aplicáveis ao setor público, como a adoção do Planejamento Estratégico, utilizando-se ferramentas como o *BSC* e a Análise *SWOT*, na administração pública, bem como, a ampliação de parcerias com os setores público e privado, tornem possível a melhora da gestão e auxiliem na busca pela reversão do encolhimento populacional e a baixa dinamicidade

econômica que caracteriza pequenos municípios como Santa Terezinha de Goiás, os 10 (dez) outros do seu entorno e, por extensão, toda a Região Norte do estado de Goiás, principalmente aqueles que apresentam situação análoga.

3.5 Considerações Parciais – Capítulo III

Efetou-se estudo por meio de revisão bibliográfica mediante pesquisas em obras de autores consagrados, bem como coleta de dados em institutos como o IBGE, IPEA e o IMB, elaboração de tabelas e demonstrativo de figuras para tratar da origem, histórico, dinâmica populacional e aspectos econômicos e sociais, bem como auxiliar na busca pela compreensão acerca da povoação, despovoação, dependência do FPM e do Bolsa Família e o baixo desenvolvimento local.

A bibliografia local baseada em Lopes (2010) e Godoi (2012) permitiu conhecer a origem do município, as dificuldades iniciais e os fatores de atração, o crescimento econômico e populacional marcado pela exploração do Garimpo de Esmeraldas (até os anos 1980) e a perda de relevância econômica e redução populacional na cidade de Santa Terezinha de Goiás (a partir dos anos 1990).

A literatura clássica baseada nas visões de Perroux (1967), Hirschmann (1957) e Myrdal (1967) evidenciou a aleatoriedade do desenvolvimento, o fato das forças de mercado tenderem a acentuar a desigualdade e a importância da implementação de políticas públicas que, ao oferecer o Capital Fixo Social (CFS) criem ambiente propício ao investimento privado e ao conseqüente crescimento. A gestão pública eficaz delas pode se utilizar para reduzir a dependência do FPM e dos programas sociais do Governo Federal, atender à expectativa de oferta de melhor qualidade de vida e promover o desenvolvimento local.

Por meio de pesquisa de campo, aplicou-se entrevista contendo 36 perguntas objetivas e subjetivas, de modo a se ouvir, por deliberação do autor, o contingente mínimo de 2% da população de 8.744 residentes, estimada em 2019 (IBGE) e 5% sobre o público alvo (amostragem dentre os 3.410 moradores com idade superior a 40 anos) sobre os fatores de atração e de mudança da cidade, bem como eventuais políticas públicas de

desenvolvimento local e proposições de ações e políticas públicas que desejaríamos ver implantadas, efetuadas pela população aos gestores municipais.

Elaborou-se com base nos dados, tabelas que contribuíram decisivamente na compreensão dos fatores de atração e migração populacional, da percepção local quanto à aplicação das políticas no município de Santa Terezinha de Goiás, bem como, das proposições que os entrevistados apresentaram aos gestores municipais, a cerca de políticas públicas que possam ser implementadas, tendo-se em vista o desenvolvimento do município.

A radiografia extraída sobre o olhar dos entrevistados, expressa nas inúmeras tabelas e gráficos, demonstrou concomitantemente, certo alheamento e desconhecimento da população quando à implementação de políticas públicas de impacto, que pudessem incrementar o nível de atividade, gerar emprego e renda e maior qualidade de vida, aplicadas no município; que não se faz diagnóstico situacional e também não se realiza trabalho de maior rigor técnico ou de maior criatividade, parcerias intragovernamentais e com o setor privado; tampouco se emprega recursos administrativos que reduzam custos, melhorem a qualidade dos serviços prestados e garantam eficácia à gestão.

As respostas também indicam oportunidades inexploradas no âmbito do turismo e dos produtos regionais, a se considerar o patrimônio natural do Rio Crixás, pequenas cachoeiras, a perspectiva da formação de reservas ambientais, a biodiversidade e os frutos do cerrado.

Adicionalmente, analisou-se a viabilidade de se implementar metodologias de gestão do setor privado, como a Análise *SWOT* e o *BSC – Balanced Scorecard* na gestão pública municipal, mediante o estudo das suas aplicações bem sucedidas em outros municípios como proposição para se promover melhora da gestão, tendo em vista a perda da relevância econômica e a redução populacional que marcou Santa Terezinha de Goiás e a maioria dos municípios da Região Norte do Estado de Goiás.

Os estudos demonstraram pouca utilização de ferramentas utilizadas no setor privado voltadas à administração pública, que pudessem melhorar os serviços, trazer dinamicidade econômica e promover o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – GERAIS

A presente dissertação buscou retratar aspectos relevantes relacionados à ocupação da Região Norte do estado de Goiás. Realizou estudo detalhado a respeito do povoamento e de pormenores sobre os 26 municípios que a compõem, bem como realce aos 10 municípios do entorno de Santa Terezinha de Goiás, dadas as similaridades no âmbito da economia predominante (agricultura, pecuária, mineração), do baixo contingente populacional e das características de povoação e despovoação a eles comuns ao longo dos últimos 60 anos (1960/1989 e 1989/2019). Deu-se atenção também aos aspectos econômicos e sociais e aos fatores determinantes dos fluxos migratórios.

Procurou-se também dar ênfase às Políticas Públicas, a princípio definindo-as e tratando das suas tipologias e, secundariamente, sobre a sua aplicação nos âmbitos federal, estadual e municipal, com ênfase ao desenvolvimento regional, que tenham sido colocadas em prática na região e no município de Santa Terezinha de Goiás, tendo em vista a redução das desigualdades e a busca pelo desenvolvimento local.

Ouviu-se a respeito da responsabilidade dos gestores públicos municipais, em se realizar planejamento estratégico na formulação e execução das políticas públicas, da necessidade de empreender maior dedicação e zelo na construção dos Planos Diretores, do PPA, LOA, LDO dentre outras, tendo-se em vista o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Ainda, desejou-se investigar a existência de políticas públicas de desenvolvimento econômico e/ou social cuja aplicação tenha induzido à contenção da migração de moradores para cidades maiores, especialmente para as capitais, Goiânia (estadual), Brasília (Federal) e até mesmo ao exterior, bem como inferir se há alternativas do mundo empresarial privado que possam ser aplicadas à gestão municipal, visando a reversão do quadro de isolamento, encolhimento populacional e perda de relevância econômica.

Não se observou a presença de projetos de maior envergadura, executados pelo poder público federal, estadual ou municipal que tenham

merecido destaque, nem se identificou a proposição e a execução de política pública relevante no âmbito da economia, que tenha causado impacto positivo na contenção e na atração de moradores nos pequenos municípios da Região Norte e em Santa Terezinha de Goiás, após a realização dos estudos e da pesquisa de campo.

Abordou-se, por oportuno, a respeito da PEC 188/2019 que trata justamente da proposta do Governo Federal encaminhada ao Congresso Nacional em novembro de 2019, sobre a fusão dos municípios possuidores de até 5 mil habitantes e geradores de até 10% de receitas próprias em relação à receita total, a municípios limítrofes, dada a sua elevada dependência do FPM e efetiva inviabilidade econômica e financeira, com base em dados do Censo 2020 e incorporação prevista a partir de janeiro de 2025, a se considerar as condições atuais.

Na metodologia, realizou-se estudo de caso, aplicado ao município de Santa Terezinha de Goiás e também procedeu-se à Revisão da Literatura com base em autores clássicos e locais, referentes à origem e história do município, sua dinâmica populacional e aspectos econômicos e sociais. Escolheu-se como objeto o município de Santa Terezinha de Goiás, um dos 26 municípios da Região Norte, possuidor de 10 municípios similares econômica e socialmente no seu entorno para, por amostragem, realizar pesquisa quanti-qualitativa e buscar a identificação dos fatores de atração, a eles comuns nos primeiros 30 anos pós-emancipação, com ênfase ao período 1969/1989 e do suposto afastamento migratório que marcou os 30 anos posteriores, ocorrido também na maioria dos municípios entre os anos 1989/2019.

Buscou-se complementarmente, na bibliografia recente, casos de aplicação da Análise *SWOT* e do método *BSC – Balanced Scorecard*, ferramentas de gestão estratégica utilizadas amplamente no meio empresarial privado, em que sua admissão na gestão pública tenha sido exitosa, visando modelagem, proposição aos gestores e eventual análise de viabilidade de implantação nos pequenos municípios em que o quadro de redução populacional e perda de relevância econômica tenha se instaurado.

Ainda, buscou-se conhecer da população, ouvida nas entrevistas efetuadas junto à amostra proporcional, a percepção sobre a implementação de políticas públicas impactantes, bem como, quais proposições de ações e

políticas os entrevistados recomendariam aos gestores públicos desenvolverem, tendo-se em vista o desenvolvimento local, mediante a perspectiva da retenção e da atração de moradores pela promoção de maior dinamicidade econômica e oferta de maior qualidade de vida no município de Santa Terezinha de Goiás.

O processo histórico e os dados induzem que o isolamento, a distância dos maiores centros consumidores, a ausência de pauta diversificada da economia e a dependência quase que exclusiva da oscilante produção mineral na maior parte dos municípios podem ter sido elementos inicialmente provocadores de maior nível de atividade e, posteriormente, desencadeadores da baixa dinamicidade econômica e da redução populacional dos pequenos municípios do norte do estado de Goiás.

Secundariamente, a busca pela oferta de educação para os filhos, dada as limitações dos serviços educacionais e a ausência de perspectiva para os jovens obterem emprego e renda, podem ter levado os mesmos, inclusive as suas famílias, a migrarem para outros municípios, principalmente para a capital, Goiânia, e até mesmo para o exterior, para países como a Espanha e os Estados Unidos, a partir dos anos 1990.

As dificuldades nas áreas da saúde, a busca por maior segurança, especialmente no auge do garimpo de esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás (década de 1980) e a procura por maior qualidade de vida também podem ter levado à mudança de famílias para outras localidades.

Ao concluir, considera-se que os desafios exigem maior preparo, responsabilidade, dedicação, zelo e criatividade, além de genuíno interesse pelo desenvolvimento local, bem como a adoção de ferramentas gerenciais inovadoras utilizadas no setor privado, aplicáveis ao setor público, por parte dos gestores municipais, na gestão, formulação e execução das políticas públicas que atendam às demandas da população e aos ditames da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Os estudos evidenciaram a presença de recursos naturais abundantes e pouco explorados na região e especificamente em Santa Terezinha de Goiás; a localização desfavorável a se considerar a distância dos principais centros consumidores e as vias de acesso; a centralidade geográfica e o fluxo intramunicipal de pessoas e transportes no médio norte goiano; a exigência

cada vez maior de mão de obra qualificada tanto no setor público quanto no privado; a escassez de recursos internos e externos para o custeio administrativo e os investimentos municipais; a elevada dependência do FPM, do PBF, do BPC e das Emendas Parlamentares; a necessidade e a importância de gestores públicos qualificados ao nível dos desafios impostos ao seu tempo.

Infelizmente, ao “levantar a pedra”, como se ouviu de renomado professor doutor no meio acadêmico, em avaliação de Tese de Mestrado para explicar as nuances diversas que surgem após mergulhar-se na busca pelo conhecimento, havia muitas outras coisas por debaixo dela que, não fizeram parte do objeto de estudo desta pesquisa.

Espera-se que novos pesquisadores se debrucem e aprofundem a busca por respostas que expliquem:

- Quem eram e quais as perspectivas das pessoas que saíram das mais diversas regiões do país e até mesmo do exterior ao migrar para regiões de garimpo, a exemplo de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes?
- Quais os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da migração em massa de pessoas e famílias que ocorrem imediatamente à descoberta e início de exploração de jazidas de minérios, realidade típica da Região Norte do estado de Goiás?
- Quais as consequências para a geração de jovens residentes em pequenas cidades do interior em região de garimpo, no que se refere à violência e à prostituição?
- Qual o tipo e a incidência de doenças e mortes nessas localidades por força do trabalho insalubre e de alto risco, decorrente do exercício do trabalho exercido de forma ainda rudimentar nos garimpos, como o ocorrido na região?
- Qual o trabalho realizado e a legislação atual voltada à implantação da atividade garimpeira do passado e da instalação das modernas minas atuais, efetuado pela Justiça do Trabalho e Ministério Público, tendo-se em vista a sustentabilidade econômica, social e ambiental?
- Qual o impacto do Pronaf, destinado ao apoio à agricultura familiar, na economia dos pequenos municípios do interior do país?
- Qual o perfil adequado e a preparação requerida ao gestor público para que realize gestão estratégica do município para o qual foi eleito, no que se refere à

busca por sua viabilidade econômica e social e a oferta de qualidade de vida ao cidadão?

- Quais estratégias de ordem administrativa, econômica, fiscal, educacional, tecnológica, dentre outras, deve o gestor público utilizar para tornar atrativo o seu município, sob o ponto de vista da qualidade de vida, com foco nas áreas da saúde, educação e segurança?
- Quais alternativas dispõem os pequenos municípios para que possam se viabilizar econômica, social e ambientalmente, em face à dependência crônica do FPM, do Bolsa Família e das Emendas Parlamentares?
- Como promover a revisão do “Pacto Federativo” e descentralizar as receitas da União e do Estado aplicáveis ao seu território e torná-las receitas municipais, a se considerar o município como *locus* residencial e mercantil das pessoas e empresas?
- Como transformar municípios com até 10 (dez) mil habitantes em *smart city* (cidades inteligentes) sob a ótica da sustentabilidade econômica, social e ambiental e as demandas dos tempos atuais?
- Como propor, executar e divulgar a aplicação prática das técnicas da análise *SWOT* e da metodologia *BSC* em pequenos municípios, tendo-se em vista a gestão pública moderna, a otimização dos recursos disponíveis e a sustentabilidade?

Portanto, convida-se por oportuno outros autores para lançarem olhar diferente à realidade que permeia os pequenos municípios de todo o Brasil, principalmente aqueles com até 10 mil habitantes, com o objetivo de se identificar as suas potencialidades e limitações e a propositura de alternativas que os viabilizem sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental, evitar o definhamento de ordem econômica e populacional e transformá-los em lugares melhores para se viver.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; RODRIGUES, Roberto do Nascimento e FÍGOLI, Moema Gonçalves Bueno. Síntese da Migração em Goiás e no Distrito Federal nas Últimas Décadas. *Sociedade Cultura, Revista de Pesquisa e Debates em Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, p. 127-136, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/565/567>. Acesso: 03 nov. 2019.

ANDRADE, Nilton de Aquino; BATISTA, Daniel Gerhard; SOUZA, Cleber Batista de. O Planejamento como base da contabilidade para a gestão pública. *Revista Pensar Contábil*, Conselho Regional de Contabilidade – CRC RJ, maio/jul. 2004. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2321/2014>. Acesso: 26 out. 2019.

ANDRADE, José C. et al. Aplicação da análise SWOT para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação - Universidade do Vale do Paraíba. Cruzeiro, 2008.

ANM. Agência Nacional de Mineração. Departamento Nacional de Produção Mineral, 2010. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ANM. Agência Nacional de Mineração. Portaria n. 442 de 30 de março de 1984. Ministro das Minas e Energia – Cesar Cals. Autorização da Permissão de Lavra na Fazenda São João, Município de Santa Terezinha de Goiás (Garimpo de Esmeraldas). Disponível em: <http://www.anm.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias-do-ministerio-de-minas-e-energia/portarias-do-ministro/portaria-no-442-de-30-03-1984-do-ministerio-de-minas-e-energia>. Acesso em: 26 dez. 2019.

ARAÚJO, Maria da Piedade. *Infraestrutura de transporte e desenvolvimento regional: uma abordagem de equilíbrio geral inter-regional*. 2006. 114 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07062006-162615/publico/MariaAraujo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário, aplicáveis à União, Estados e Municípios. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. Disponível: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74. Acesso: 04 nov. 2019.

BRASIL. III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980-1985. Brasília, DF: Imprensa Oficial, p. 79. 1980. Disponível em:

file:///Users/UbirajaraFerreira/Downloads/III%20Plano%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%201980-1985_PDF_OCR.pdf. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRASIL. Decreto Lei n. 1.881, de 27 de agosto de 1981. Altera a lei n. 5.172/66, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1881.htm. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Portaria n. 442 de 30 de março de 1984. Permissão de Lavra Garimpeira na Fazenda São João, Município de Santa Terezinha de Goiás. *Diário Oficial da União*, D.O.U. 04/04/84, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 abr. 1984. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias-do-ministerio-de-minas-e-energia/portarias-do-ministro/portaria-no-442-de-30-03-1984-do-ministerio-de-minas-e-energia>. Acesso em: 23 dez. 2019.

BRASIL. Medida Provisória N. 132 de 20 de outubro de 2003. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia-documentacao-programa/MEDIDA_PROVISORIA_N_132.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 26 out. 2019.

BRASIL. Ministério Da Fazenda. *Secretaria do Tesouro Nacional*. O que você precisa saber sobre as transferências fiscais da União, nov. 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf. Acesso em: 23 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Decisão Normativa n. 173*, de 04 de janeiro de 2019. Brasília, DF, 4 jan. 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/58029941. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. *I PEC Do Pacto Federativo*. Senado recebe pacote do governo para mudar pacto federativo e regras fiscais. Senado, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/05/senado-recebe-novo-pacote-de-reformas-do-governo>. Acesso: 07 nov. 2019.

BRASIL. *II PEC DO PACTO FEDERATIVO*. Senado, 2019. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/municipios-com-menos-de-5-mil-habitantes-podem-ser-extintos-pelo-governo/>. Acesso: 06 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS GO. Coordenação do Programa Bolsa Família. *Visão Geral das famílias*

cadastradas no CadÚnico, Beneficiários do PBF e do BPC na Região Norte do Estado de Goiás. Relatório enviado pela Coordenação do PBF. 26 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Carta de Serviços ao Usuário. O que é Benefício de Prestação Continuada (BPC). Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>. Acesso em 28 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. *Bolsa Família*, Cadastro Único – conhecer para incluir. Bem-vindo ao Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Relatório. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em 26 jan. 2020.

II CAMINHADA ecológica do Rio Crixás e III *Ecobike Rally* movimentaram Santa Terezinha de Goiás no último final de semana. *Jornal Hora Extra*, 22 out. 2019. Disponível em: <https://jornalhoraextra.com.br/noticias/18274-ii-caminhada-ecologica-do-rio-crixas-e-iii-ecobike-rally-movimentaram-santa-terezinha-de-goias-no-ultimo-final-de-semana/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos. *O Capital Minerador no “Vale do Rio Crixás”*: uma apresentação do projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás. II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG, 20 a 22 de outubro de 2015, Campus Pirenópolis. 2015.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; LUNAS, Divina Aparecida Leonel. O estado e o (re)surgimento da mineração no Brasil. *Revista Interdisciplinar Animus*, [S.l.], v. 1, n. 6, p. 68-78, set. 2018. Disponível em: <http://animus.plc.ifmt.edu.br/index.php/v1/article/view/17>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CIDADE-BRASIL. *Município de Santa Terezinha de Goiás*. 2019. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-santa-terezinha-de-goias.html>. Acesso em: 25 out. 2019.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. FPM: repasse do 1. decêndio ocorre no próximo dia 10 de outubro. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/fpm-repasse-do-1-decendio-ocorre-no-proximo-dia-10-de-outubro>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Biblioteca Finanças Municipais. Coletânea Gestão 2017/2020. Finanças Municipais, o que tenho de recursos. 2016. p. 26. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Financas_Municipais-O_que_tenho_de_recursos.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

CORREA JÚNIOR, Carlos Barbosa; TREVISAN, Leonardo Nelmi; MELLO, Cristina Helena Pinto de. Impacto do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. *RAP – Revista de Administração Pública*. FGV EBAPE, Rio de Janeiro, v. 53, n. 5, p. 838-858, set./out. 2019. p. 840.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v53n5/1982-3134-rap-53-05-838.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CRIAR MECANISMOS e melhor oferecer o norte goiano. Representantes do legislativo e executivo, federal e goiano, Sistema S, Embrapa e lideranças da mesorregião norte do estado de Goiás se reuniram na SUDECO para apresentar a Carta do Norte Goiano à SUDECO. 23 ago. 2019. Disponível em: http://www.sudeco.gov.br/area-de-imprensa/-/asset_publisher/kuXEeWP1pzBt/content/criar-mecanismos-e-melhor-oferecer-o-norte-goiano?inheritRedirect=false. Acesso em: 30 jan. 2020.

DALOSTO, João Augusto Dunck; PASQUALETTO, Antonio. *A influência da infraestrutura de transporte rodoviário nas transformações da mesorregião nordeste de Mato Grosso*. Tese (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3916/2/JO%c3%83O%20AUGUSTO%20DUNCK%20DALOSTO.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

DALOSTO, João Augusto Dunck; DALOSTO, Cássius Dunck; PASQUALETTO, Antônio. Ocupação e estrutura de transporte. XVIII Enanpur, Natal RN. 27 a 31 de maio de 2019. p. 8. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=50>. Acesso em: 31 out. 2019.

GODOI, Júnior Navarro de. Santa Terezinha de Goiás, releitura da história e contemporaneidade. Goiânia: Editora Kelpes, 2012. p. 34.

GOIÁS. *Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA*. Emater e Ceasa oferecem atendimento sobre DAP e novas leis de rastreabilidade. 02 dez. 2019. Disponível: <http://www.agricultura.go.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/3120-emater-e-ceasa-go-oferecem-atendimento-sobre-dap-e-novas-leis-da-rastreabilidade.html?highlight=WyJwcm9uYWYiXQ==> Acesso em: 11 jan. 2020.

GOIÁS. *Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento*. Superintendência do Desenvolvimento e Controle. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano. 2000. p. 9. Disponível: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_156_DetalhesdoPrograma.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

GOIÁS. Governo de Goiás. *Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo*. Evolução de Goiás nas últimas duas décadas. Análise Retrospectiva setembro - 2016. p. 83-84. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2018-03/02_goias2038_analise_retrospectiva.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

GOIÁS. Governo de Goiás. *Ações de Governo*. Desenvolvimento Econômico. Goiás de oportunidades: economia forte, empreendedorismo e inovação. 03 out. 2019. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/index.php/acoes-governo/desenvolvimento-economico>. Acesso em: 12 jan. 2020.

GUIMARÃES, Cibele de Moura; PASQUALETTO, Antônio. Planejamento Urbano-Ambiental e Percepção da Sociedade em Relação ao Parque Zoológico de Goiânia, GO. p. 75. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2019. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4197>. Acesso em: 28 nov. 2019.

G1 GOIÁS. *O Globo*, 2019. Goiás tem mais de 90 municípios que podem ser anexados a cidades vizinhas se pacto federativo for aprovado. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/11/07/goias-tem-mais-de-90-municipios-que-podem-ser-anexados-a-cidades-vizinhas-se-pacto-federativo-for-aprovado.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2019.

G1 GOIÁS. *O Globo*, 2019. Goiás tem mais de 90 municípios que podem ser anexados a cidades vizinhas se pacto federativo for aprovado. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2019/11/07/municipios.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

HIRSCHMAN, Albert Otto. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1961. p. 68.

IBGE. Produção Agrícola Municipal – PAM, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. *Agência de notícias IBGE*, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>. Acesso em: 14 out. 2019.

IBGE. Agência de Notícias IBGE, 2018. Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em: 22 dez. 2019.

IBGE. *Estimativas da População*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IMB. Instituto Mauro Borges. Fecundidade em Goiás no período 2000 a 2014. Estudos do IMB. Dez. 2016. p. 9, 19-20. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2016/estudo-fecundidade-em-goias-2000-2014.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

IMB. Instituto Mauro Borges. Dinâmica Populacional de Goiás: uma análise do Censo 2010 do IBGE. Dez. 2011. p. 8. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2011/dinamica-populacional-de-goias-uma-analise-do-censo-2010-do-ibge.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

IMB. Instituto Mauro Borges. Os polos econômicos do Estado de Goiás. 2019. p. 19. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2011/os-polos-economicos-do-estado-de-goias.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

IMB. Instituto Mauro Borges. Índice Multidimensional de Carência das Famílias. Estudos do IMB, set. 2019. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/%C3%8Dndice-Multidimensional-da-Car%C3%AAncia-das-Fam%C3%ADlias.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O que é? – Índice de Gini. Desafios do Desenvolvimento. Ano 1. Edição 4, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 25 out. 2019.

LEITE, Ubajara Berocan; STEINBERGER, Marília. A nova região mineradora de Goiás: uma proposta de delimitação. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 35, n. 2, p. 305-320. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/37433>. Acesso: 25 out. 2019.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias Clássicas do Desenvolvimento e suas implicações de Política Econômica: o caso do Brasil. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador-BA, Ano XII, n. 21, p. 6-13, jul. 2010. Disponível em: <file:///Users/UbirajaraFerreira/Downloads/878-4416-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

LOPES, Célia Maria Pimentel. *Santa Terezinha de Goiás e suas reminiscências*. Goiânia: Ed. Kelps, 2010. p. 17.

MAGAGNIN, Altair. Dos 295 municípios catarinenses, 105 podem deixar de existir. *In: MAGAGNIN, Altair. Blog nd+*. Santa Catarina, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/altair-magagnin/dos-295-municipios-catarinenses-105-podem-deixar-de-existir/>. Acesso em: 14 out. 2019.

MARQUES, Benedito Ferreira. *Direito agrário brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 156.

MATSUURA, Fudio; PASQUALETTO, Antonio. *Desenvolvimento regional local, territorialidade e desterritorialidade: o caso do garimpo de esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, Goiás*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2019. p. 65.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. *Bolsa Família e Cadastro Único no seu município*. Bolsa Família. Relatório. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso: 22 nov. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. Relatório de Programas e Ações. 2017. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php?localizaDivisao=c aruaru&codigo=0>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. *Efeitos estruturantes dos investimentos em infraestrutura de transporte rodoviário no Brasil: o caso da BR-163 no estado do Mato Grosso*. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29937/R%20-%20T%20%20SONIA%20MAR%20DOS%20SANTOS%20MIGLIORINI.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MORRISON, Myke. *Originaly Soft Analysis (Breve História da Análise SWOT)*. 28 jul. 2012. Stanford Research Institute – SRI. Site RapidBI. Disponível em: <https://rapidbi.com/history-of-the-swot-analysis/>. Acesso: 01 nov. 2019.

OLIVEIRA, Bruno Carneiro de. O papel do Estado no contexto da apropriação dos cerrados e da urbanização no Estado de Goiás. *Revista Casa da Geografia de Sobral*, v. 19, n. 2, p. 67-79, dez. 2017.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para Migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3, out./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400009. Acesso em: 16 nov. 2019.

PACHECO, Carlos Américo. *A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1996.

PALUDO, Augustinho Vicente. *Administração Pública*. 5. ed. 2016. Editora Forense. p. 349. Disponível em: <https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/6447/376-Administracao-Pblica-Augustinho-Paludo-2016.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO – PAI. *Programa Polo de Desenvolvimento Mineral e Turístico do Norte Goiano 2012*. Item 8. Secretaria de Estado de Administração. Governo do Estado de Goiás. 20 dez. 2012. Disponível em: <http://www.administracao.go.gov.br/pesquisar.html?q=polo+de+desenvolvimento+mineral+>. Acesso em: 14 jan. 2020.

PROGRAMA LÍDER ENCERRA 1ª FASE. *Oitavo encontro realizado em Porangatu reuniu representantes de diversas cidades do Norte*. Diário do Norte Online. 06 maio 2018. Disponível em: <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/programa-lider-encerra-1-fase-06050847>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SEMAD. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (SEMAD-GO). *ICMS Ecológico*. Disponível em: <http://www.meioambiente.go.gov.br/meio-ambiente-e-recursos->

h%C3%ADdricos/icms-ecol%C3%B3gico.html e <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2017-05/esclarecimentos-sobre-o-icms-ecolOgico.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

SILVA, Sonilda Aparecida de Fátima. Campos Verdes: memória, história e saberes. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2308/1/SONILDA%20APARECIDA%20DE%20FATIMA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SILVA, Rosidenis Aragão. A Análise Swot como Diagnóstico Organizacional no Serviço de Abastecimento de Água do município de Benevides – PA. 2016. p. 20.

SILVA, Cleiton Almeida da; BARRETO, Alef Santana; ROCHA, Anderson da Silva; POLICARPO, Arthur Ribeiro; GONÇALVES, Letícia Gomes; GEREMIAS, Ricardo Gonçalves. *Balanced Scorecard* no setor público: um estudo de caso na Prefeitura de Osasco. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, v. 1, n. 18, dez. 2016. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/314. Acesso em: 27 out. 2019.

SOARES, Diego; MARQUES, Halle; CHAVES, Otávio; ZAGO, Valéria. *Diagnóstico para a otimização do sistema de gestão dos resíduos sólidos na Regional Centro-Sul do Município de Belo Horizonte: uma análise das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças*. CEGOT, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 334, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317471627_Diagnostico_para_a_otimizacao_do_sistema_de_gestao_dos_residuos_solidos_na_Regional_Centro-Sul_do_Municipio_de_Belo_Horizonte_uma_analise_das_forcas_e_fraquezas_oportunidades_e_ameacas. Acesso em: 10 maio 2019.

SOARES, Haroldo Naves. Artigo “Extinguir não é a solução”. *Jornal o Popular*, 23 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/opiniaio/opini%C3%A3o-1.146391/extinguir-n%C3%A3o-%C3%A9-a-solu%C3%A7%C3%A3o-1.1938646>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SUDECO. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Apresentação SUDECO, 2016. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/apresentacao>. Acesso em: 25 out. 2019.

SUDECO. Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste. *Uma SUDECO econômica, social e sustentável. Carta de Serviços*. Disponível em: http://www.sudeco.gov.br/area-de-imprensa/-/asset_publisher/kuXEeWP1pzBt/content/uma-sudeco-economica-social-e-sustentavel?inheritRedirect=false. Acesso: 07 jan. 2020.

SURVEYMONKEY. Calculadora de Tamanho de Amostra. Calcule o tamanho da sua amostra. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

TESOURO NACIONAL. Transferências Constitucionais. *Fundo de Participação dos Municípios*. Disponível em:
<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::MOSTRA:NO:RP::> Acesso em:
20 fev. 2020.

VALOR ECONÔMICO. Sob nova regra, 21% das cidades seriam extintas. *Jornal Valor Econômico*, 07 nov. 2019. Disponível em:
<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/07/sob-nova-regra-21-das-cidades-seriam-extintas.ghtml>. Acesso em: 25 dez. 2019.

WIKIPEDIA. Brasil, Região Centro-Oeste. Goiás, Região Norte. Região Norte, Santa Terezinha de Goiás. Cidade de Santa Terezinha de Goiás e Rio Crixás. *In: Wikipédia: a enciclopédia livre*, 2019. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Terezinha_de_Goi%C3%A1s.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário aplicado na cidade de Santa Terezinha de Goiás – Alvo: 200 entrevistas (2,28% da população de 8.774 residentes, com base nas Estimativas do IBGE/2019).

Objetivo:

O objetivo geral desta pesquisa refere-se à busca pela compreensão dos motivos que levaram à suposta fuga migratória e à redução populacional, bem como a baixa dinamicidade econômica que caracteriza a maioria dos municípios da Região Norte do estado de Goiás.

Como objetivo específico, elegeu-se o município de Santa Terezinha de Goiás para a realização de pesquisa quantitativa e qualitativa, por meio de questionário aplicado aos moradores locais, possuidores de mais de 40 (quarenta) anos de idade que, por meio de perguntas objetivas e subjetivas, buscou-se identificar os fatores de atração e, em especial, que possam ter provocado a suposta “fuga migratória” ocorrida a partir dos anos 1980 na cidade e região.

Objetivou-se, ainda, identificar se houve a aplicação de políticas públicas e metodologias do setor privado na gestão municipal, com o objetivo de se tornar viável o município, no que se refere à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Perfil dos entrevistados:

Os critérios para se definir o perfil dos entrevistados têm como objetivo ouvir as pessoas que viveram tanto nos anos de crescimento populacional, quanto naqueles que apresentaram redução populacional, bem como identificar se perceberam a existência de políticas públicas de promoção do desenvolvimento e se recomendariam eventuais ações aos gestores públicos municipais, a saber:

- nascido ou morador na cidade de Santa Terezinha de Goiás há mais de 10 anos;
- possuidor de idade superior a 40 anos;
- que teve alguém da família que deixou a cidade a partir da década de 1990;
- que a família permaneceu na cidade a partir da década de 1990;
- máximo de um entrevistado por família.

Perguntas objetivas e subjetivas – responder ou circular a letra com a resposta

Temática I – Fatores de Atração, retenção e de mudança dos moradores

- 1- Qualificação do entrevistado:
Sexo: Masculino () Feminino ()
Idade: _____ Anos
Escolaridade: Fundamental () Médio () Superior () Pós-Graduado ()
Atividade/Profissão: Autônomo () Profissional Liberal () Funcionário Público ()
Funcionário Setor Privado (), Outro () – Qual: _____
Residente na cidade desde: ____/_____/_____
- 2- Qual a sua procedência e da sua família?
 - a) Nordeste – Cidade: _____ Estado de _____
 - b) Sudeste – Cidade: _____ Estado de _____
 - c) Sul – Cidade: _____ Estado de _____
 - d) Norte – Cidade: _____ Estado de _____
 - e) Centro Oeste – Cidade: _____ Estado de _____
 - f) Exterior – Cidade: _____ País: _____
- 3- Qual o principal motivo da sua vinda/sua família para Santa Terezinha de Goiás?
 - a) Trabalho
 - b) Estudos

- c) Mudança da família – Qual motivo?

- d) Qualidade de vida – saúde, educação, segurança...
- e) Outros – Qual motivo específico? _____
- 4- Qual o ano da sua vinda/da sua família para Santa Terezinha de Goiás?
a) Antes de 1980
b) 1980 a 1984
c) 1985 a 1989
d) 1990 a 1994
e) 1995 a 1999
f) De 2000 para frente: quando/qual ano? _____
- 5- Você ou algum membro da sua família migrou para outra cidade ou país a partir da década de 1990?
a) Sim () Não ()
b) Quantos? 1 (), 2 (), 3 (), Mais () Quantos? _____
c) Qual o destino? Goiânia () Brasília () São Paulo () Outra cidade ()
d) Exterior ()? Qual País? _____
- 6- Quais os motivos da migração para outra cidade ou país?
a) Trabalho;
b) Estudos;
c) Família mudou/foi junto
d) Qualidade de vida – saúde, educação, segurança...
e) Outros – Citar motivo específico: _____
- 7- Você e os seus familiares decidiram permanecer em Santa Terezinha de Goiás a partir da década de 1990? Por quê?
a) Trabalho – Citar: _____
b) Estudos
c) Cidade boa para morar, amigos, qualidade de vida
d) Outros – Citar: _____
- 8- Qual a atividade econômica predominante **até a década de 1980** na cidade?
a) Agricultura
b) Pecuária
c) Comércio Varejista e serviços
d) Garimpos
e) Outras:

- 9- Qual era a atividade econômica predominante **entre as décadas de 1980 e 1990** na cidade?
a) Agricultura
b) Pecuária
c) Comércio Varejista e serviços
d) Garimpos
e) Outras:

- 10- Qual é a atividade econômica predominante na cidade **a partir dos anos 1990**?
a) Agricultura
b) Pecuária
c) Comércio Varejista e serviços
d) Garimpos
e) Outras:

- 11- Quantas agências bancárias existiam na cidade **até o início da década de 1980, após a década de 80 e atualmente?** Marque a opção desejada.

Início da Década de 80	Após a Década de 80	Atualmente
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4 ou mais	4 ou mais	4 ou mais

- 12- Como era o aspecto segurança na cidade **antes e após** o Garimpo de Esmeraldas?

	Antes do Garimpo		Após o Garimpo
a)	Cidade tranquila, segura	a)	Cidade tranquila, segura
b)	Cidade agitada, insegura	b)	Cidade agitada, insegura
c)	Cidade violenta, inóspita	c)	Cidade violenta, inóspita
d)	Cidade tranquila, segura	d)	Cidade tranquila, segura
e)	Outros. Quais?	e)	Outros. Quais?

- 13- Qual a sua estimativa de pessoas detidas (presas por crimes) em média que a cidade possuía **antes e após** o Garimpo de Esmeraldas, até o ano de 1990 e atualmente?

	Antes do Garimpo		Após o Garimpo – Até 1990		Atualmente
a)	Até 3	a)	Até 3	a)	Até 3
b)	Até 6	b)	Até 6	b)	Até 6
c)	Até 10	c)	Até 10	c)	Até 10
d)	Mais de 10	d)	Mais de 10	d)	Mais de 10
e)	Não sabe informar	e)	Não sabe informar	e)	Não sabe informar

- 14- Quais os principais tipos de crimes você conhece como praticados na cidade **antes** do garimpo?

- Furto (apropriar-se do alheio, sem uso violência, engodo)
- Roubo (apropriação do alheio, uso da violência ou ameaça)
- Latrocínio (assalto à mão armada, roubo seguido de morte, homicídio, lesões graves)
- Drogas ilícitas (entorpecentes, maconha, cocaína etc.)
- Não sabe informar
- Outros: _____

- 15- Quais os principais tipos de crimes você conhece como praticados na cidade **atualmente?**

- Furto (apropriar-se do alheio, sem uso violência, engodo)
- Roubo (apropriação do alheio, uso da violência ou grave ameaça)
- Latrocínio (assalto à mão armada, roubo seguido de morte, homicídio, lesões graves)
- Drogas ilícitas (entorpecentes, maconha, cocaína etc.)
- Não sabe informar
- Outros: _____

- 16- Como era a rede hoteleira da cidade **antes e depois** do Garimpo de Esmeraldas?

	Antes do Garimpo		Após o Garimpo
a)	Até 3 hotéis	a)	Até 3 hotéis
b)	Até 6 hotéis	b)	Até 6 hotéis
c)	Mais de 6 hotéis	c)	Mais de 6 hotéis

17- Qual era o quantitativo de escolas na cidade **antes** do Garimpo de Esmeraldas?

	Antes do Garimpo		Após o Garimpo
a)	Até 2 escolas	a)	Até 2 escolas
b)	Até 4 escolas	b)	Até 4 escolas
c)	Mais de 6 escolas	c)	Mais de 6 escolas

18- Quantas faculdades (presencial/distância) haviam na cidade **antes e após** o Garimpo de Esmeraldas?

	Antes do Garimpo		Após o Garimpo
a)	Nenhuma	a)	Nenhuma
b)	1	b)	1
c)	2	c)	2
d)	Mais de 2	d)	Mais de 2

19- Quantos hospitais e postos de saúde a cidade possuía **antes e após** o Garimpo de Esmeraldas?

	Antes do Garimpo		Após o Garimpo
a)	1	a)	1
b)	2	b)	2
c)	3 ou mais	c)	3 ou mais
d)	Não sabe informar	d)	Não sabe informar

20- Como era o Rio Crixás no que se refere ao nível e qualidade da água, mesmo na estiagem **até os anos 1980 e após os anos 1980**?

	Até os Anos 1980		Após os Anos 1980
a)	Profundo, limpo, bastante piscoso	a)	Profundo, limpo, bastante piscoso
b)	Raso, sujo, pouco piscoso	b)	Raso, sujo, pouco piscoso
c)	Assoreado, sem matas ciliares, pouco piscoso	c)	Assoreado, sem matas ciliares, pouco piscoso

Temática II – Políticas Públicas (ações de governo em prol do desenvolvimento da cidade e da região)

- 1- Você soube da existência de ações de governo (Federal/Estadual) em prol do desenvolvimento local **entre os anos 1969 a 1989** (primeiros 30 anos do município)?
 - a) 1
 - b) 2
 - c) 3 ou mais
 - d) Pode citar uma? _____
 - e) Não sabe informar

- 2- Você soube da existência de ações de governo (Federal/Estadual) em prol do desenvolvimento local **entre os anos 1989 a 2019** (30 anos posteriores do município)?
 - a) 1
 - b) 2
 - c) 3 ou mais
 - d) Pode citar uma? _____
 - e) Não sabe informar

- 3- Você conheceu ações de ordem econômica, social, ambiental, etc como crédito subsidiado (mais barato, para incentivo agropecuário ou comercial), atendimento social de relevância (grande escala, na saúde/educação/segurança, etc), meio ambiente (recuperações de nascentes/riachos/rios, replantio plantas do cerrado, tratamento resíduos sólidos/lixo orgânico, inorgânico, outros) **até 1989?**
- Não teve
 - Tiveram entre 1 a 3 ações
 - Tiveram entre 4 a 8 ações ou mais
 - Não sabe informar
- 4- Você conheceu ações de ordem econômica, social, ambiental etc., como crédito subsidiado (mais barato, para incentivo agropecuário ou comercial), atendimento social de relevância (grande escala, na saúde/educação/segurança etc.), meio ambiente (recuperações de nascentes/riachos/rios, replantio plantas do cerrado, tratamento resíduos sólidos/lixo orgânico, inorgânico, outros) **de 1990 até atualmente?**
- Não teve
 - Tiveram entre 1 a 3 ações
 - Tiveram entre 4 a 8 ações ou mais
 - Não sabe informar
- 5- Como foi a atuação dos Gestores Municipais (Prefeitos e Vereadores), no que se refere à saúde/educação/segurança/qualidade de vida/desenvolvimento **até a década de 1980 e a partir da década de 1980?**

	Até a Década de 1980		A Partir da Década de 1980
a)	Ruim	a)	Ruim
b)	Regular	b)	Regular
c)	Boa	c)	Boa
d)	Ótima		Ótima
e)	Não sabe informar		Não sabe informar

- 6- Você soube ou participou de ações promovidas ou apoiadas pelo Setor Público, de defesa do meio ambiente (fauna, flora, recursos hídricos etc.) até o início do Garimpo de Esmeraldas e/ou de extração de ouro nos córregos e rios do município **antes e depois** de 1980?

	Antes de 1980		Depois de 1980
a)	Sim, até 3 vezes	a)	Sim, até 3 vezes
b)	Sim, 4 ou mais vezes	b)	Sim, 4 ou mais vezes
c)	Não, nenhuma vez	c)	Não, nenhuma vez
d)	Não sabe informar		Ótima

Temática III – Ações recomendadas pelos residentes aos gestores públicos, para se evitar a migração para outras cidades, reduzir a dependência do Fundo de Participação Municipal (FPM) e visando ao desenvolvimento da cidade e do município, sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica/social/ambiental.

- 1- Para que o município mantenha os seus habitantes, atraia população de outros lugares e melhore o seu nível de atividade econômica, você recomenda:
- Melhoria das condições e ampliação da oferta de segurança/educação/saúde
 - Apoio ao comércio na capacitação dos comerciantes e acesso ao crédito mais barato
 - Apoiar produtos regionais e atrair indústrias para processamento e agregação de valor
 - Não sabe informar
 - Outras: _____
- 2- 95 municípios do estado de Goiás, 13 dos 26 deles da Região Norte (inclusive Campos Verdes), estão na lista daqueles que podem ser incorporados por municípios vizinhos a

partir de 2026, dada a baixa geração de receitas próprias (-10% de receitas próprias) e por possuírem menos de 5 mil habitantes, objeto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 188/2019).

Em sua opinião, o que os gestores (Prefeito, vereadores, administradores) devem fazer para reversão do quadro?

- a) Reduzir quantidade de secretarias e despesas com funcionários públicos que superam 50% do total das despesas municipais
 - b) Capacitar os funcionários públicos para prestarem um melhor serviço
 - c) Fazer parceria com órgãos como SEBRAE, SENAC/SENAI, IEL, CODEGO, SIC – Secretaria Indústria e Comércio, para fomentar negócios, emprego e renda
 - d) Fazer parceria com Bancos Públicos e Privados para ampliar oferta de crédito subsidiado (mais barato) para empreendedores pessoas físicas e empresas
 - e) Não sabe informar
 - f) Outras: _____
- 3- Para se obter maior equilíbrio nas contas de Despesas x Receitas públicas municipais, qual seria a medida que você recomendaria aos Gestores Municipais?
- a) Aumentar os valores cobrados pelo IPTU e Taxas de Serviços Municipais
 - b) Reduzir despesas de uma forma geral, exceto saúde/educação/segurança
 - c) Efetuar a Descentralização Tributária (Atualizar Código Tributário e trazer receitas do Estado e da União para o município)
 - d) Realizar parcerias com instituições dos setores público e privado para apoio financeiro e em serviços
 - e) Não sabe opinar
 - f) Outras: _____
- 4- Para que a cidade e o município se desenvolvam sob o ponto de vista da economia e o incremento dos negócios, geração de emprego e renda no seu município, qual área deve ser priorizada, no que se refere às Políticas Públicas, em sua opinião?
- a) Agricultura
 - b) Pecuária
 - c) Comércio e Indústria
 - d) Prestação de Serviços
 - e) Não sabe opinar
 - f) Outras: _____
- 5- Sabe-se da estratégia adotada por muitos gestores estaduais e municipais visando a atração de negócios em geral, principalmente indústrias e com o objetivo da geração de emprego e renda, mediante a concessão de áreas (terrenos), isenções de impostos por determinado período, apoio na prestação de serviços com máquinas e equipamentos, dentre outros.

Você identificou a existência de ações desta natureza no seu município, a qualquer tempo?

- a) Sim – Qual(is)? _____
- b) Não
- c) Não sabe responder

- 6- Sabe-se da existência de recursos naturais e atrativos turísticos como sítios arqueológicos, cachoeiras, montanhas, rios, etc em todos os municípios do Brasil, inclusive os da Região Norte de Goiás.

Você identificou algum trabalho de pesquisa, catalogação, divulgação, orientação aos residentes e visitantes realizado no município pelos gestores municipais ou terceiros, destes recursos naturais, a qualquer tempo?

- a) Sim – qual(is)? _____

- b) Não
- c) Não sabe responder

7- Santa Terezinha de Goiás possui localização geográfica privilegiada, posto encontrar-se no centro de 10 (dez) pequenos municípios em um raio de até 80 km e cerca de 18 municípios em até 120 km.

Em sua opinião, como este fato pode se transformar em vantagem competitiva?

- a) Atraindo moradores de outras localidades para o turismo no Rio Crixás, cachoeiras no município e outros
 - b) Atraindo moradores de outras localidades para competições esportivas, festas, shows e eventos culturais
 - c) Atraindo moradores de outras localidades para morar em razão da qualidade de vida/saúde/educação/segurança
 - d) Não sabe opinar
 - e) Outros
- 8- As empresas a fim de se obter melhor produtividade, conquistar a preferência e a satisfação dos seus clientes, orientam e capacitam os seus funcionários, para que realizem com maior eficácia o seu trabalho.

No seu município, você já visualizou ações desta natureza, onde se prepara o servidor para a realização de um trabalho eficaz, com menor custo, em menor tempo, em prol dos habitantes e usuários municipais, a qualquer tempo?

- a) Sim – qual(is) _____
 - b) Não
 - c) Não sabe informar
- 9- As empresas do setor privado realizam Planejamento Estratégico (Longo Prazo) e no curto prazo utilizam metodologias que fixam metas, capacitam os seus líderes e funcionários em geral, avaliam desempenho, reveem processos de trabalho, mensuram resultados, reconhecem seus talentos, dentre outras ações, para desenvolverem as suas atividades, evitar o fechamento e prosperarem.

Pergunta 1:

- você entende que estas e outras ferramentas de gestão do setor privado, visando ao desenvolvimento do município, sejam aplicáveis na administração dos pequenos municípios?

Sim () Não () Não sabe responder ()

Pergunta 2:

- você identificou o uso de alguma ação ou metodologia de gestão do setor privado na administração do seu município, a qualquer tempo?

- a) Sim – qual(is)? _____
 - b) Não
 - c) Não sabe responder
- 10- A atualidade traz situações em que até mesmo os rivais do setor empresarial que competem entre si, firmam parcerias para a produção e/ou comercialização de produtos e serviços. Por meio de parcerias as empresas se fortalecem nos seus mercados a fim de que possam crescer, superar os desafios e prosperar.

Você identificou a realização de parcerias entre o seu município, órgãos do estado de Goiás ou Federais e até mesmo empresas do setor privado, a fim de se promover o desenvolvimento econômico e social, a qualquer tempo?

- a) Sim – qual(is)? _____
- b) Não
- c) Não sabe responder

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título DINÂMICA POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM CIDADES DO NORTE GOIANO: ESTUDO DE CASO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS. Meu nome é Ubirajara de Lima Ferreira, sou membro da equipe de pesquisa deste projeto, mestrando o **Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias e em todas as páginas, sendo a primeira via de guarda e confidencialidade da equipe de pesquisa e a segunda via ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador A Ubirajara de Lima Ferreira, no telefone (62) 99800-1888 ou com o orientador da pesquisa Professor Antônio Pasqualetto, no telefone: (62) 981209996 ou através dos e-mails bira237@terra.com.br e profpasqualetto@gmail.com. A participação na pesquisa não acarretará custos para você. O pesquisador fará o deslocamento até o local para a coleta de dados, isentando-o de qualquer ônus financeiro para esse fim. A coleta de dados se dará por meio da aplicação de questionário.

Eu, pesquisador responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima. Você pode sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Todas as informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos a privacidade sobre sua participação. Todas as informações colhidas permanecerão guardadas com o pesquisador por um período de cinco anos e só serão usadas para a finalidade desta pesquisa.

Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar neste estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Goiânia, ____, de _____, de 2019.

_____/_____/_____
Assinatura do participante Data

_____/_____/_____
Assinatura do pesquisador Data